



e-cadernos  
CES

Centro de Estudos Sociais | Publicação semestral | n.24

24

**As mulheres nas profissões jurídicas:  
experiências e representações**



PROPRIADEDE E EDIÇÃO  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS  
- LABORATÓRIO ASSOCIADO  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)

COLÉGIO DE S. JERÓNIMO  
APARTADO 3087  
3000-995 COIMBRA  
PORTUGAL  
URL: <http://eces.revues.org>  
E-MAIL: [e-cadernos@ces.uc.pt](mailto:e-cadernos@ces.uc.pt)  
TEL: +351 239 855 573  
FAX: +351 239 855 589

CONSELHO DE REDAÇÃO DA E-CADERNOS CES  
MARIA JOSÉ CANELO (Diretora)  
ANA CORDEIRO SANTOS  
MARTA ARAÚJO  
OLGA SOLOVOVA  
PAULO PEIXOTO  
PEDRO ARAÚJO  
SILVIA RODRÍGUEZ MAESO  
SUSANA COSTA

AUTORES

MADALENA DUARTE, VITTORIO OLGIATI, SHARYN ROACH ANLEU, KATHY MACK, ROBERTO FRAGALE FILHO,  
RAFAELA SELEM MOREIRA, ANA PAULA DE O. SCIAMMARELLA, SAURABH KUMAR MISHRA, XIMENA RON ERRÁEZ,  
MADALENA DUARTE, ANA OLIVEIRA, PAULA FERNANDO, CONCEIÇÃO GOMES, ULRIKE SCHULTZ.

PERIODICIDADE  
SEMESTRAL

VERSÃO ELETRÓNICA  
ISSN 1647-0737

© CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2015

# **AS MULHERES NAS PROFISSÕES JURÍDICAS: EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES**

**ORGANIZAÇÃO**  
Madalena Duarte



**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS  
2015**

# Índice

Introdução .....	04
Vittorio Olgiati – <i>The Entry of Women as Organic Professionals of Justice Systems: Reflections on Historical Records and Current Trends</i> .....	08
Sharyn Roach Anleu, Kathy Mack – <i>Comparación de mujeres y de experiencias en la judicatura australiana</i> .....	25
Roberto Fragale Filho, Rafaela Selem Moreira, Ana Paula de O. Sciammarella – <i>Magistratura e gênero: Um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro</i> .....	57
Saurabh Kumar Mishra – <i>Women in Indian Courts of Law: A Study of Women Legal Professionals in the District Court of Lucknow, Uttar Pradesh, India</i> .....	78
Ximena Ron Erráez – <i>Estereotipos de género en el discurso judicial ecuatoriano</i> .....	102
Madalena Duarte, Ana Oliveira, Paula Fernando, Conceição Gomes – <i>As mulheres nas magistraturas: uma análise das representações sociais</i> .....	119
@cetera	
Ulrike Schultz – <i>Judiciary and Gender Topics - German Experience and International Perspectives</i> .....	145

# Introdução

No processo de consolidação e fortalecimento do Estado, a centralidade do direito foi identificada principalmente como uma prerrogativa masculina. Na segunda parte do século XX, as teorias feministas demonstraram que a produção masculina do conhecimento através do direito, mas também da ciência ou da cultura, criou hierarquias que consignaram as mulheres para a inferioridade e exclusão.

Um dos vários problemas invocados é o de que o direito é usado sobretudo como um eficaz veículo de transmissão ideológica, ajustando as vidas de todos e todas e assumindo-se como um árbitro em conflitos estruturais, e não como uma parte ativa ou interessada nessas lutas (Ewick, 2004: 85). Neste sentido, o direito contribui para que as pessoas vejam o mundo em que vivem como legítimo, correto e o único possível. Com este argumento, é convicção destas teorias que o direito comporta uma ideologia que tende a confirmar as relações de poder existentes na sociedade e a preservar as desigualdades, entre elas as desigualdades de género. A este respeito, Carol Smart defendia que “o direito não cria relações patriarcais, mas que, através de uma maneira complexa e frequentemente contraditória, reproduz as condições materiais e ideológicas sob as quais estas relações podem sobreviver” (1999: 144).

Entre outros debates, as teorias feministas do direito procuraram, deste modo, saber se as mulheres são ou não iguais aos homens perante a lei e, mais importante, se a luta por essa igualdade deveria ser encetada. Este debate, que ficou conhecido como o “dilema da diferença” (Minow, 1987), colocou-se, desde logo, no texto da lei e, mais tarde, nos seus e suas aplicadores e aplicadoras: os/as profissionais da justiça. Este segundo eixo analítico centrou-se no dia a dia dos tribunais, na medida em que os/as profissionais jurídicos e judiciários podem avaliar se (e ser avaliados/as sobre) a sua identidade de género é ou não relevante no seu desempenho profissional ou na progressão da carreira (Duarte et al., 2014).

Mas esta é uma reflexão recente, uma vez que na maioria dos países o modelo tradicional de socialização das profissões jurídicas foi construído como um espaço desconhecido para as mulheres, confinadas durante muito tempo ao espaço privado,

onde a emoção prevalecia à racionalidade e a subjetividade à objetividade, características que se acreditava interferirem negativamente no processo de decisão e do exercício de poder (Rhode, 1988). Por estas razões, a presença de mulheres em profissões jurídicas é uma tendência recente. Para tal contribuiu a luta dos movimentos de mulheres e o aumento da igualdade no acesso educacional.

Este fenómeno tem contornos diferentes em cada cultura jurídica e não tem o mesmo ritmo em todas as áreas ou, sequer, em todos os países. No entanto, nas últimas décadas tornou-se evidente nas sociedades contemporâneas a crescente feminização das profissões jurídicas. Num primeiro olhar, o aumento exponencial da participação feminina em todas as áreas do direito, incluindo nas magistraturas, assemelha-se à sinopse de uma história de sucesso, na qual a exclusão e a inacessibilidade das mulheres estariam ultrapassadas. Uma análise mais aprofundada revela, contudo, mecanismos e processos de uma persistente discriminação e segregação das mulheres, dissimulados, perversamente consensuais e consentidos (Thornton, 1996; Schultz e Shaw, 2013).

O número da *e-cadernos CES* que aqui se apresenta parte do trabalho de discussão desenvolvido no âmbito do projeto “As mulheres nas magistraturas em Portugal: percursos, experiências e representações”,<sup>1</sup> mas vai mais além, não se confinando às magistraturas nem à realidade portuguesa. O diálogo teórico e empírico que a leitura dos diferentes artigos permite estabelecer, tem como pano de fundo diferentes perspetivas internacionais e tradições jurídicas.

O número é composto por cinco artigos, a que se soma um sexto na secção *@cetera*. O ponto comum na discussão de todos os artigos é a participação crescente das mulheres em profissões tradicionalmente masculinas, incluindo o poder judicial.

O artigo de Vittorio Olgiati intitulado “The Entry of Women as Organic Professionals of Justice Systems: Reflections on Historical Records and Current Trends” inicia o número temático com uma reflexão, historicamente ancorada sobre as principais questões teóricas e debates que os estudos sociojurídicos têm trazido sobre a entrada crescente de mulheres nas magistraturas e na advocacia. Ao diálogo introduzido neste primeiro artigo entre conceitos como género, Estado, justiça e aplicação da lei, segue-se um conjunto de textos ancorados em realidades empíricas específicas (mas que não negligenciam os conceitos atrás mencionados).

Em “Las mujeres en la judicatura: diversidad y desafíos” parte-se das experiências específicas de juízas na Austrália para perceber, por um lado, as razões da opção por esta profissão concreta e, por outro, o grau de satisfação decorrente do exercício da

<sup>1</sup> Projeto (PTDC/CPJ-JUR/115592/2009) desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2011 e 2013 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

função judicial e do seu trabalho. Para apreender estas experiências, as autoras, Sharyn Roach Anleu e Kathy Mack, aplicaram dois inquéritos ao universo judiciário.

A feminização das magistraturas é analisada também no terceiro artigo, de Roberto Fragale Filho, Rafaela Selem Moreira e Ana Paula de O. Sciammarella, que incide sobre a realidade brasileira. Com o título “Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro”, este artigo explora a ascensão das mulheres na magistratura brasileira a partir da análise de um possível “telhado de vidro”, que limitaria a sua chegada de forma representativa à cúpula do judiciário. O estudo realiza uma análise quantitativa da representatividade feminina nas cúpulas da magistratura brasileira tanto na justiça estadual quanto na justiça federal. Os dados compilados foram analisados por segmento funcional e por regiões do país.

Na esteira refletiva sobre a entrada de mulheres em meios profissionais altamente masculinizados, segue o artigo “Women in Indian Courts of Law: A Study of Women Legal Professionals in the District Court of Lucknow, Uttar Pradesh, India”. Saurabh Kumar Mishra, mediante a articulação de metodologias quantitativas e qualitativas, procura analisar criticamente o preconceito e discriminação de género nas profissões jurídicas, a moralidade sexual e discurso penal nos tribunais, a carreira profissional destas mulheres, e as transformações na sua vida privada e familiar.

Ximena Ron Erráez aborda uma questão que tem tanto de polémica quanto de crucial na análise da feminização da justiça: a influência do género do magistrado no ato de julgar. Através de uma análise de jurisprudência, a autora procura identificar estereótipos sexistas quer na linguagem, quer nos conceitos usados nas sentenças dos juízes da Corte Equatoriana.

Por fim, o artigo de Madalena Duarte, Ana Oliveira, Paula Fernando e Conceição Gomes, tendo como ponto de partida a magistratura em Portugal, procura analisar as consequências em termos de impacto social da feminização de uma profissão que foi vedada às mulheres até 1974. Com esse objetivo, e recorrendo a um inquérito à população, as autoras centram-se nas representações por parte da sociedade relativamente ao papel das magistradas, procurando perceber, por um lado, se as opiniões sobre o papel social das mulheres interferem com a imagem de uma magistrada, nomeadamente nas expetativas em questões de resolução de conflitos e, por outro lado, se lhes é conferida a mesma autoridade e legitimidade que a um homem magistrado.

Na secção @cetera, o texto de Ulrike Schultz, partindo da experiência concreta alemã no que diz respeito à presença e progressão na carreira das mulheres magistradas, coloca questões teóricas passíveis de serem aplicadas às mais diversas

tradições jurídicas no panorama internacional e que se relacionam com o género e a justiça.

### **MADALENA DUARTE**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: madalena@ces.uc.pt

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Duarte, Madalena; Fernando, Paula; Gomes, Conceição; Oliveira, Ana (2014), “The Feminization of the Judiciary in Portugal: Dilemmas and Paradoxes”, *Utrecht Law Review*, 10(1), 29-43.
- Ewick, Patricia (2004), “Consciousness and Ideology”, in Austin Sarat (org.), *The Blackwell Compassion to Law and Society*. London: Blackwell Publishing, 80-94.
- Minow, Martha (1987), “Foreword: Justice Engendered”, in Madhavi Sunder (org.) (2007), *Gender and Feminist Theory in Law and Society*. Hampshire: Ashgate, 35-120.
- Rhode, Deborah L. (1988), “Perspectives on Professional Women”, *Stanford Law Review*, 40, 1163-1207.
- Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (2013), *Gender and Judging*. Oxford: Hart Publishing.
- Smart, Carol (1999), *Law, Crime and Sexuality*. California: Sage.
- Thornton, Margaret (1996), *Dissonance and Distrust: Women in the Legal Profession*. Melbourne: Oxford University Press.

## THE ENTRY OF WOMEN AS ORGANIC PROFESSIONALS OF JUSTICE SYSTEMS: REFLECTIONS ON HISTORICAL RECORDS AND CURRENT TRENDS

VITTORIO OLGIATI

**Abstract:** In the last decades a rising number of sociolegal studies have been devoted to the official entry of women into Courts of Justice as lawyers, judges and public attorneys. These studies undoubtedly provided significant cognitive hints. It is apparent, however, that the matter still requires a wider perspective and a deeper introspection in order to enlighten the inner *rationale*, as well as the current social and legal *impact*, of the entry of women into such a traditional, age-old male-dominated, province of law. Accordingly, most significant historical trends will be outlined to mark basic events that fostered the enrolment of women into Advocacy and Magistracy professional guilds, their active role in Law Courts, and the ongoing collateral effects that such an entry implies, and will imply, as regards the traditional image of Justice systems as a whole.

**Keywords:** women, legal practice, law, courts, justice.

## A ENTRADA DAS MULHERES ENQUANTO PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE REGISTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS

**Resumo:** Nas últimas décadas, um número crescente de estudos sociojurídicos têm abordado a entrada oficial das mulheres nos tribunais enquanto advogadas, juízas e procuradoras do Ministério Público. Estes estudos forneceram, indubitablemente, pistas significativas para o conhecimento sobre o assunto. Contudo, este parece necessitar de uma perspetiva mais ampla, bem como de uma introspeção mais profunda, de modo a esclarecer a sua fundamentação lógica interna, assim como o atual impacto social e jurídico da entrada das mulheres na área do direito, tão tradicional e há tantos anos dominada pelos homens. Neste sentido, o artigo salienta as tendências históricas mais significativas, de forma a assinalar os principais acontecimentos que incentivaram a inscrição de mulheres nas ordens profissionais de advogados e magistrados, o seu papel ativo nos tribunais e os efeitos colaterais em curso que daí decorrem e continuarão a decorrer no futuro, relativamente à imagem tradicional do sistema judicial enquanto um todo.

**Palavras-chave:** mulheres, prática jurídica, direito, tribunais, justiça.

## FOREWORDS: GENDER, LAW-IN-ACTION AND JUSTICE IMPERATIVES

As is well known, since ancient times what has been and still is called “Justice” in relation to Law enforcement and State policy *rationale* is communicatively grounded on, represented by, and operationalised with a direct reference to three basic items: Justice as a *normative task* related to social troubles or personal sufferings raising social expectations for expert help-services backed by the institutional intermediation of authoritative *procedural treatments*; Justice as formal-official sign of the *performative action* of the so-called “Law’s Empire”, being this a specialised branch of State-run *legal apparatuses*; and Justice as a legally enforced *procedural outcome* imposing *binding decisions* – technically supported by, and specifically concerned with, context-specific *legal reasonings* related to given empirical evidences – that enables a veritable socio-institutional “neutralization” of actual or potential social reactions and/or political disorders.

The above mentioned first item – Justice as a possible task and expected outcome – is rooted in the theoretical mainstreams that qualify contemporary “Gender Studies” since their beginning. Leafing through the literature on the matter it is apparent that it has been used as a veritable *leitmotif* to support the thesis of the *utility* and *necessity* to culturally promote and socially assess specific gender-oriented values and voices, and thus enhance more suitable – peaceful and ordered – living conditions for society at large. In turn, the other two items – Justice as an officially institutionalized socio-technical display devoted to handle social conflicts and keep steady basic institutional arrangements – have been outlined as main *operational issues* to enhance to what might be called the second stage of sociolegal “Gender Studies”, as they were (and still are) basically devoted to fully assess the right-duty of women to act into in Court as recognised agents *equal* to men, and thus to overcome stereotyped narratives and behavioural cleavages between male and female agency.

Having women gained full access into both higher legal education and legal practice either as lawyers or as judges and prosecutors, all the above mentioned issues are now not only strictly intertwined, but also foster new and relevant aims at broader political and cultural level. It is not surprising, therefore, that a main line of enquiry of current “Gender Studies” is at present devoted to demonstrate the institutional relevance, degree of influence and technical expertise that “Women-in-Law” have been able to achieve so far. Being it so, one might wonder: can indeed the “law-in-action” set up and handled by women in Courts be conceived as a more fair and just “Justice” either as a socially-determined ideal goal or as a pillar of State run public policy?

## THE ICONOGRAPHY OF JUSTICE AS A WOMAN: FROM PAST TO PRESENT

To have a better understanding as regards socio-cultural and political-institutional implications of the official assessment of legally qualified women as organic practitioners in contemporary Court systems, it is not sufficient to emphasize the rise of the specific cognitive styles, professional communicative interactions and way-of reasoning that women are able to assess in Courts' in the course of their sociolegal role-plays. Rather it seems useful to recall also, and above all, a topic that seems anyhow implicit, but it is quite often undervalued at present, especially by empirical studies devoted to "gender judging": the thousand-years-old *icon of Justice as a woman* holding a Sword (symbol of power) in one hand and a Scale (symbol of equity) in the other.

Surely the originary idea of symbolizing Justice, and the self-same Justice system, as a *woman* provided with a Sword and a Scale has been sorted out, and then supported over the course of centuries up to now, by a number of both living-law and official law symbolic and metaphorical images, as ancient paintings and legal documents provided by great civilizations of the past still show. Yet equally relevant references about "Justice-as-Woman" can be found in well documented historical records.

During the Roman Empire, for example, some women acted in Courts as lawyers to defend themselves or their clients. As experts in ritual religious *formulae* and *wordings*, Roman women also performed notarial functions as regards contracts and wills. In the Middle Age, some women of the ruling elites in Europe obtained a law degree and became eminent jurists in most renown universities. During and after the Renaissance women were allowed to act either as lawyers or judges, as the fictitious, but by no means atypical, specimen of Portia in Shakespeare's play *The Merchant of Venice* still makes apparent.

If one has the chance to visit the Royal Palace of Caserta, near Naples, Italy, one finds a large hall called "Astraea Room". Looking at the room's ceiling one can see a painting representing Astraea – i.e. the Goddess of Justice – surrounded, on the one side by Hercules – symbol of mighty force – and, on the other side, by Truth and Innocence – symbols of the human quest for help and salvation. Both figures compel Prepotence, Ignorance and Error, i.e. basic human patterns that go against Reason, to run away. The explicit "message" that this painting still suggests is clear: Justice *is not and cannot be let alone*, for even though Justice can be represented as a Goddess, her performance necessarily requires the support of Power, Knowledge and Truth, i.e. selected "agents" provided with special skills and expertise.

Given the clear meaning of the mentioned Renaissance painting a basic question cannot be avoided: what about the sociolegal representation of "Justice as a woman" *here and now?* In other words: given the increasing entry of women into Judiciary

systems at present, can one still interpret the image of Justice as it had been done in previous centuries? More than that: can one hypothesize to “revitalise” the iconic model of Law-as-Justice – i.e. the coupling of these two items as a proper gender-oriented and as a women-ruled device – as it might have been since the early stage of human societies? These questions are not negligible: the entry of women into Courts as judges and prosecutors is now a worldwide sociocultural and political-institutional trend, as demonstrated by the fact that even the Catholic Church legal system can be added to the list, as in 1970 it allowed women to act either as lawyers or as notaries in its own legal system and in 1973 it entitled the first woman to act, by grace, as *defensor vinculi* and *promotor justitiae* – that is, as a fully qualified judge – at the Supreme Court of Apostolic Signature (Olgiati, 2003). In other words: how can one undervalue the fact that the rate of women provided with higher legal education has grown exponentially, especially in the last decades, to such an extent in almost all Countries of the world that both lawyering and judging in Courts can be conceived as veritable competitive professional arenas for both men and women, and this up to the point that specialised Courts’ systems could even become female-dominated domains if the trend goes on?

Yet, what has been just said is not all there is to the matter. Indeed, leafing through the amount of available scientific studies on Justice systems in contemporary society, one cannot but realise that far from being a Goddess, Justice is actually equated to mere Court’s proceeding and binding decision-making. This means that it is conceived as an *institutional arena* running by virtue of its own formal-abstract normative guidelines, and this up to the point to lead even to *paradoxical* consequences for society at large (Sousa Santos, 1987). It is not surprising therefore that, in view of current Gender-oriented Sociolegal Studies, Justice in present-day society does not appear as provided by that kind of sentimental human *ethos* and *pathos* that in the past suggested to represent it as a nice and proud woman aiming at *reacting* towards social troubles in order to achieve a stable, valuable, societal equilibrium.

Indeed, so much it is so that, due to the mismatch between facts, values and rules typical of contemporary sociolegal pluralism, not even a formal-official “reduction” of the so-called “social complexity” (any sort of claims, conflicts, risks, etc.) that law-making and jurisprudence entail today can actually overturn such an ongoing trend. In turn, and besides, how can one deny that other sorts of *problematic* outcomes or side-effects are implied as a direct consequence of the way in which a variety of Justice systems are officially run today? In this respect, the escape of potential applicants from Courts’ procedural decision-makings, or the rising quest for *alternative* systems as regards disputes’ resolution – including highly specialized (as well as more speedy) private

procedural settlements – are among exemplary cases of that might lead also to veritable Justice's *miscarriages*.

Given all the above, it is not at all surprising therefore that a rising question is now at stake: what about current performances of the Court system's *subsidiary* "agents" surrounding the ancient symbolic icon of Justice-as-Woman outlined in the above mentioned Astraea's painting made in the Royal Palace of Caserta: i.e. *Power, Truth and Reason?*

### **POWER, TRUTH AND REASON AS CONSTITUTIVE PILLARS OF JUSTICE AS STATE-RUN COURT SYSTEMS**

If one looks at current political and institutional performances of contemporary State Law Courts hearings time-tables and decision-making, it is apparent that their once emphasized *Herculean* power is now perceived at best as a symbolic ideal-type vis-à-vis current quests for the expected Justice as such: not only is the epochal project of Nation-Statebuilding as a supreme rule-maker over, having been historically undermined by a conflicting variety of interior structural and ideological mainstreams, but it is now also challenged, and increasingly eroded, by new, exterior and powerful, political-patrimonial transnational private corporations.

As is well-known, in the last decades the above mentioned corporations have been able to create and enforce new, *extra-and-supra* State legal domains of their own. Their strategy – having dismantled already a great deal of the glorious *Jus Publicum* – is now oriented to spread newly-created polycentric as well as asymmetric, asynchronous and asystematic forms of legal pluralism at worldwide level. In other words, they are now *de facto* trying to autonomously rule a great deal of the socio-normative dynamic of society at large according to their own, interior, legal *rationale* (Petersen and Zhale, 1995; Olgiati, 2007).

As a consequence of the above, a serious decline can now be perceived by looking also at the inner consistency of both sociolegal notions of *Truth* and *Reason*. The ideological narrative about the words of the Law in ordinary Law Courts as veritable Truth-bearing devices –historically grounded upon a strict hermeneutical use of Reason – has almost withered away. On the one hand, current Law Courts practices, arrangements, discursive argumentations and binding decisions run around evidences provided to a large extent by a multidisciplinary legal expertise handled in law-offices provided by high-tech devices whose programmes and outcomes, in terms of methods and contents, can hardly be fully questioned – especially by ordinary Lay Juries– or coherently systematized in the course of Court hearings. On the other hand, the kind of legal discourses that legal education, law-policy making and jurisprudence are providing

at present not only are losing a great deal of their once systematic, and therefore hardly contested, logical coherence, but – due to the on-going processes of decodification and legal specialization – are not supported by a socially shared higher cultural reference anymore (Olgiati, 2008).

Surely, Justice as a Court system still gains – as has occurred in the past – support and legitimization by society at large, being these devices still considered unavoidable constitutive pillars of social and political *governmentality*. Yet, not only is contemporary society perceived as a highly mobile – *liquid* – environment, but a large portion of political power and social communication is now increasingly fragmented and therefore constitutively unstable. At the same time the above trends are directly challenged – as it has been already mentioned – by law-policy-makings autonomously produced and enforced by a variety of competing public and private (corporate) agencies. Consequently, even highest national Courts – Courts of Cassation and Constitutional Courts – do not seem to be able to assess a stable jurisprudential and legislative *nomophylactic* – i.e. univocal and coherent – *Ratio Juris*, nor can provide plausible and socially adequate responses to ongoing social claims, as rising quests for the assessment of innovative/alternative forms of disputes' resolution demonstrate.

The questionable “state-of-the-art” of contemporary Justice-through-positive-State-law that has been just briefly outlined cannot not be ignored or undervalued. Surely, as in the past, the icon of Justice can *still* be figured out as holding a *Scale* (Equity) and a *Sword* (Power). But even these symbolic devices do not reflect anymore the original potentials that they once evoked. Both of them are now subdued to the pressure exerted by a variety of other, newly created, technical tools that are able to provide highly binding – but *extra-legal* – punishments and rewards, as well as compulsorily forms of socio-institutional control that have little or nothing in common with the traditional normative *rationale* of State Court jurisprudential criteria. In turn, all this occurs at the time in which the erosion of traditional identity territorial/cultural patterns of “citizenship”, either as in the form of rights or as values, is reaching a veritable threshold.

Under the above circumstances one might thus wonder: what sort of paths should or could women acting in State Courts as Lawyers, Judges and Prosecutors sort out to perform their own mission according to the ideal model of Justice-through-law as a primary expression of social peace and political order? What new kind of sociolegal skills and values should all these professionals individually embody and collectively promote in order to authoritatively *speak* –and be significantly *heard* – within and outside Law Courts to better cope with ongoing social claims for a more socially plausible and institutionally adequate Justice system? Indeed, these are questions that cannot be hidden or ignored. Accordingly, let us now try to deepen and expand the discussion by

looking at the broader historically-determined preconditions that enabled women to enter the Justice system, and focus on the most significant achievements and problematic issues now at stake.

### **GENDER ACCESS TO LEGAL PRACTICE IN COURTS: THE LEGACY OF CONTEXT-BASED PRECONDITIONS**

To a large extent the amount of literature devoted to empirically assess the successful entry of women into State-run Justice systems at present is not devoted to investigate the historically-determined evolutionary preconditions that allowed gaining such an achievement. Yet, it is apparent that, along with the number of studies and research devoted to empirically “measuring” the consistency of such an achievement in terms of women’s numerical quotas and rank positions, the *rationale* of their historical progression into the so-called “Law’s Empire” is also a topic that can hardly be left aside, as it helps to understand *how* and *why* such a radical turn actually only occurred in the course of the 20th century, starting initially in Western countries in clear connection with highly-specific world-wide historically-determined space-time conditions it is necessary to look at the great bloody political conflicts related to rise of new, and previously unforeseen, epochal institutional changes fostered by the rise of new power elites. In relation to the pivotal relevance of such historical records, it is worth noting that, among the few sociolegal studies devoted to explain the first entry of women into the Justice system from a context-based *longue durée* perspective, some are indeed worthy of consideration.

In order to provide evidence to this statement, a reference to two – quite often hidden or ignored but certainly outstanding – historical records drawn from ancient and modern European context cannot be left aside, as they are altogether of fundamental importance to understand the inner *rationale* of women’s entry into a traditionally male-dominated systems such as that of Politics and Law. The first record is about the attitude of women during the wars that occurred in various City-States during the Renaissance (especially Italy) between the middle of the 14th and the beginning of the 15th Centuries. The second record – the one that really redefined and enlarged basic status-role patterns of women’s behaviour in society – is about the individual attitudes and collective performances of women in the 20th Century during World Wars I and II.

In Burrage’s studies on the matter, revolutionary ideals spreading during the American and French revolutions (Burridge, 1989) and political movements that occurred in the wake of the two World Wars favoured the emancipatory cause of women that we are now witnessing (Burridge, 2006). All in all – according to this author – economy, as such, was *not* a catalyst for the institutional changes that legal systems and legal

expertise endured during and after such circumstances. Rather, a rising idealistic cultural appeal and a politically-oriented disposition were the items that drove women to take part actively in such veritable epochal mainstreams. Burrage's ideological-political – and not merely economist – approach is certainly correct. Yet – to my view – his analysis basically emphasizes the *super-structural* dimension of such a rise, thus leaving aside the other basic, and in the long run much more relevant, variable: that of *structural* changes that, in the last instance, led to a much wider and deeper social, institutional and political impetus to the civil "emancipation" of women in any social field, that of the "Law's Empire" included.

Why – one might wonder – were women's attitudes and performances so relevant in the course of such bloody events of the past? Because they marked a real step-point either as regards the relationship between *law-and-society* as well as between *gender-and-power!* As regards these sociolegal "couplings", let us look back firstly to the case of wars fought in Europe in the course of 14th and 15th Centuries and the case of World Wars I and II will be outlined.

As far as the first case in point is concerned, we are lucky enough to have extraordinary documentary sources such as those provided by Cristine De Pizan – an aristocratic French woman of Italian origin, wife of a notary, who, at the very beginning of 1400, wrote a book, titled *Cité des dames*, in which *Reason*, "*Rightness*" and *Justice* are recalled to contrast men's power and women's weakness in public affairs, and, consequently, to emphasize also the necessity for women to have access to a proper education, that is, equal to men, in order to gain a recognised degree of social authority-to-speak and political power-to-act in extra-domestic affairs (de Pizan, 1404/5; Favier, 1967). Having stated this, however, what is even more remarkable is the fact that, in 1410, Christine de Pizan published nothing less than a Treatise on *martial art and military law*. In this Treatise, Cristine not only recalls the kind of military tasks and actions that women were able to perform during periods of war – like other male authors of the time did – but describes women's attitudes and behaviour with reference to the protection of their relatives and/or their birth-places, within or outside the city walls, with or without men's support, in the course of defensive or aggressive dangerous circumstances (De Pizan, 1971). Equally significant it is the fact that in the same Treatise, Christine de Pizan explicitly raises the urge to rethink not only traditional *ordo militum* (i.e. the war asset of the Army), but also the Army strategic rules for war conduct, suggesting to revise and enlarge – let's say "democratise" – the chain-of-command of those in charge, so that to better profit from new technical and political war strategies – such as those offered by new types of fire arms. This implied, for instance, – adding two additional vantage-points: the potential of women's local knowledge of the given battlefields and their

“humanitarian-oriented” social tasks and performances. All this is meant – it should be stressed –, for the compelling general necessity of enabling the saving, at that time, of their own honour, life, city and country altogether, and not so much to politically promote the interests of those directly involved in the struggles.

As one can see, we owe to a gifted woman who lived well before the Thirty Years War, a list of detailed insights in regard to the kind of problems and solutions that women had to face and sort out, just as they actually did in the course of 20th Century World Wars. Interestingly we owe also to Cristine’s personal intelligence the effort to outline cognitive and operational strategic tools – implying higher education, new rules and political changes – that only later on lead to the rise of Enlightenment ideology based on the principle of social equality between men and women.

Having stated the above, the specific attitudes of women during World Wars I and II cannot be left aside (Burridge, 2006). For the purpose of this study, the case in point can be briefly summarised as follows: due to the call to war, all men able to fight had to leave their homes, their towns and their jobs for several years. In turn, and consequently, women, as the only labour force available, were compelled to act as “functional substitutes” of men either in the same kind of jobs, or workplaces, in which their men were previously employed. Both World Wars I and II not only involved millions of men fighting along the front lines, but concerned cities, towns and villages as well, as these areas were basic targets of air strikes. Millions of women, therefore, reacted against such massive destruction, by collectively organizing their own defence to save, besides their lives, the remains of their social environment, acting just as if they were *equal* to men. Being direct witnesses to war’s destruction, women, in turn, could not but raise their voice to reconstruct their places and try to establish new forms of social identity and solidarity. In other words, and put briefly: the fact that both World Wars I and II turned out as veritable *civil wars* also (Schmitt, 1972) is a matter that basically changed not only traditional patterns of what is now called “civil society”, but also the socio-institutional “balance” of basic power relations that were at stake at socio-political level worldwide. This fact, in turn, reframed and enlarged women’s role in society, up to the point of officially gaining, at last, a full active, civil and political citizenship within higher State apparatuses as well. In this respect it is remarkable that just after World War I women began to be increasingly enrolled into Lawyers Bars. In turn, it was just after World War II that a new generation of women began to be recruited within the Judiciary systems also (Olgiati, 2003; Schultz and Shaw, 2003).

The above historical events are absolutely relevant to our concern. *Firstly*, because they demonstrate that the political impact of women’s claims for social emancipation and equalitarian positions at the government level were supported by a highly specific-

historically determined *rationale*: i.e. to restore as soon as possible peaceful, long lasting, living conditions, in order to concur to assess new super-individual—that were determined not just by family-oriented but actually by communitarian-political goals. *Secondly*, because only an explicit reference to the socio-institutional role played by women in such space-time circumstances provides the right key to fully understand the turn that the whole *Ratio Juris* endured in the course of the second half of 20<sup>th</sup> century: the implementation, within public institutions, and for civic purposes, of general standards that did not lead to new law-policy strategies as regards equal labour conditions only, but gave rise to access to a wider range of official public positions which were until then basically reserved only to men, the Judiciary system included. Yet, what has been just said does not tell the whole story.

Albeit in different socio-institutional circumstances, historical experiences such as those mentioned so far occurred also in many countries of the world involved in struggles for national independence. These fights are worthy of being mentioned here, as they give full evidence of a too often neglected fact: i.e. that Law, as such, has been, is, and will always be by necessity strictly related with a *socially controlled use of force as a means of public order*. Indeed, how can one underestimate that the kind of *Justice* legally provided by State-run Court systems is specifically tailored – in the first and last instance – to authoritatively settle any sort of social disputes and political conflicts? It is not by chance, therefore, that besides World Wars, wars for national independence also favoured the first official entry of women into the Army, the Police and many other public security systems, i.e. their entry – either as women and as citizens – within the *entire* set of State-power institutions specifically devoted to defensive and precautionary actions at any micro and macro level.

As one can realise, an explicit reference to the above mentioned epochal outcomes makes clear the limits that, by rule, the division of academic studies and researches too often shows about the topic under consideration, as such a division prevents a full understanding of what has been and still is really at stake in the whole fieldwork of “prevention” and “social defence” ran by official institutions devoted to social control and public order. Indeed, since the official entry of women in such fieldworks, an actual socio-institutional and cultural *transition* occurred from *male communities* to *gendered systems*, i.e. a move that further eroded traditional institutional, organizational and behavioural standards, up to a point when it fostered a variety of problematic issues not only at individual and collective levels as such, but also in regards to male/women’s public image and official representativeness at any numerical, operational and directorial level. These issues are now – due to physical differences – leading towards a *merely formal* equalitarian standing between men and women, while, quite paradoxically, such

a formal standing now couples with the reassessment of new typologies of male/female *functional* differentiations (Farina, 2004).

## **WOMEN'S STATUS/ROLES IN COURTS: TOWARDS NEW LAWYERING AND JUDGING PATTERNS?**

Having briefly outlined historically-determined mainstreams that paved the way for the entry of women – firstly as private lawyers and, later on, as judges and prosecutors – into the so-called “Law’s Empire”, a reference to general consequences regarding the thousand-year-old *rationale* of the constitutional structure and function of Justice systems’ status-roles as such, cannot be left out.

As it is well known since ever and still today the constitutional structure and function of Justice systems is based upon a “great division” and “asymmetric position” of means, performances and prerogative *institutionally* ascribed (or excluded) respectively to private Lawyers, Judges and Public Prosecutors to *necessarily* perform their own respective status/ roles in Court. Indeed, the pivotal importance of such status-roles’ differentiation and asymmetry at any level of any Courts of Justice performances cannot be undervalued and even less ignored. In this respect is worth to briefly recall some basic patterns.

Surely, altogether Lawyers, Judges and Public Prosecutors as official Courts of Justice “organic agents” have been, still are, and will certainly also be in the future at the core of the sociolegal “architecture” of the Judiciary systems. As such, as each and all of them – by virtue, as well as in spite of their specific performances – share a coherent reliability and allegiance vis-à-vis basic Court procedural duties and ultimate aims, being provided with a quite common higher legal culture; and – last but not least – dealing with technical-institutional commitments that, to a large extent, imply their practice in Court not only as a common playground but also as an institutional duty in the view of the achievement of Justice as fair procedural performance and decision-making as their basic common aim. Yet, as we know, what has for ever really mattered in what concerns the actual *functioning* of any Judiciary system is the *different* type of postures, skills and reasoning that any Court case under examination necessarily requires, i.e. *different* technical/ analytical sources; *different* discursive strategies and powers-to-act; and *different* responsibility within and outside the Court as regards the issues at stake.

Unfortunately, up to now sociolegal Gender-oriented Studies about Justice systems rarely focused *comparatively* on actual professional patterns of women lawyers, on the one hand, and of women judges and on women prosecutors, in relation to the above *different* variables – cognition, performance and power – in Court, on the other hand. A comparative analytical effort, the lacking of which looks indeed quite surprising if one

thinks, e.g. that the time-lag between the very first entry of women into the Judiciary system as a lawyer, as a judge and as a public prosecutor was, and still is, far from symbolically and ideologically negligible for a number of socio-technical and political-institutional reasons. In turn, leafing official historical records as well as current sociolegal literature on gender-and-law, one cannot but notice also the time-lag between the first enrolments of women into Lawyers Bars at the very beginning of 20th century, their generalised individual abilitation to act in Court, in the first half of the 20th century, and their first entry into the Magistracy, which took place in the second half of the same century (Schultz and Shaw, 2003).

Perhaps a fact that can explain the lack of studies concerning detailed *comparative* insights as regards gendered lawyering, judging and prosecuting *differences* is that, altogether, higher legal expertise still stems from a somehow commonly shared legal education, often technically handled according to a set of age-old – and therefore accustomed – theoretical and practical *mannish-like* standards. Yet, on closer inspection, this sort of “explanation” seems to go against the grain of some current empirical evidences, such as the fact that, since the entry of women in Law Courts’, common daily communicative and documentary interplays between lawyers, judges, or prosecutors are increasingly conditioned by *extra-legal* discourses, such as those occurring especially in criminal cases, being often concerned with the overlapping of a variety of psychological variables.

Unfortunately, it is not possible to enter into details about the above evidences, given either privacy or secrecy issues at stake, as regards written and oral communicative interactions in Court. However, even this topic deserves to be emphasized here as the discursive and factual “control” that the self-same “division of labour” in Court compulsorily entails is at the very core of the “great division” that runs between lawyers, as client-oriented legal professionals, and judges and prosecutors as State power-oriented administrative public agents. In fact, as we know, and history still teaches us, since time immemorial lawyers’ training, mission and performance only have embodied the quintessence of thousand-year-old *classic traits* of professionalism.

By contrast, judges’ and prosecutors’ training, mission and performance have embodied the quintessence of politically constituted official power. So much is still so, that this basic “division” not only clearly implies different postures in different Courts’ levels, but is a veritable structural-functional pillar of the same Judiciary system. For substantive institutional reasons and actual social necessity, such a structural/ functional differentiation clearly implies, *de jure* and *de facto* an explicit socio-technical *asymmetry* in regard to each and all Court roles: a sharp institutional asymmetry indeed, as it excludes not only the possibility to equate lawyers’, judges’ and prosecutors’ respective

attitudes in relation to the parties involved in any kind of trial, but also to equate their respective “sociotechnical” responsibility regarding Court proceedings, their outcomes and the final decision-makings.

In any case, to fully grasp the institutional rationale of such an asymmetry as a pivotal trait of any Justice system, the most useful and enlightening path is still to rely on the etymology of the word *profession* as it has been assessed conceptually and empirically during the course of the centuries. In this respect, it is not surprising to note that *all existing classic professions* – whether concerned with law, medicine, or other expert knowledge and/ or skill – have always been compelled to handle their “calls-for-help” by means of a highly specific “professional mandate” allowing to provide a veritable *location operarum* i.e. provision of mere means only, instead of a *location operis*, i.e. provision of a given, expected result. Yet, again, one thing is to provide the means to obtain the (expected) Courts’ decisions (as lawyers do), and quite another is being able to fulfil the task raised by the calls-for-help at stake, i.e. to promote the *enforcement* of a coherent decision-making and a right sentence (as Judges do). The only way to deal with these formally *intertwined* performances is therefore that to reshape symbolically and materially the same call and its context-based items by means of an actual *transposition of the aim*: i.e. in the case of lawyers: by placing it into a proper *scenario* (Court hearings), that enables a *therapeutical action* (legal proceedings), allowing the use of particular technical *prostheses* (legal acts), in order to provide a *special result* (legal statements), each and all of these step-points fit to *reduce personal risk and secure social rewards*.

### **THE IMPACT OF WOMEN ATTITUDES AND PERFORMANCES IN COURT AND THEIR IMPLICATIONS FOR SOCIAL DYNAMICS**

Having said all the above, why are also individual attitudes and performances of the rising number of women acting in Court as lawyers, judges and prosecutors so relevant? At a first insight one might answer: because the “great division” between lawyers as private professionals, and between judges and prosecutors as veritable public agents, is not only deeply rooted in the history of the political power as a pillar of the centuries-old “Doctrine of State Interests”, otherwise called *Raison d’État*, but is, also and above all, a factual *precautionary* technical and institutional device for society at large. Yet, again, this is not all.

To the extent that women lawyers, on the one hand, and women judges and prosecutors, on the other hand, perform their own specific tasks according to their specific *feminine* attitudes, at the same time the structural and functional coupling between Court systems, as actual *scenarios*, as well as Law-in-action as a *technical device*, ultimately turn out and act as a veritable social *Pharmacon*, as the ancient

Greeks called it, i.e., as a sort of new socio-institutional “medicine”. The comparison applies also to *antagonistic* performances of the parties in Court or the *strepitus fori* outside Court – i.e. rumors about such performances (sentences included) on the part of the public – imply (Cantarella, 1972). Given the above, it is not an accident that Justice systems have always normatively assessed respectively: the *necessity* for *lawyers* to provide arguments about the case in point before a party – the judge – able and allowed to act *super partes*, i.e. well beyond mere social occurrences of the client or of the case in point; the *utility* for *judges* to exploit, in their turn, the procedural potentials of the Court hearings procedure to legally cover the flaws of their own self-styled “juris-prudential” decision-making power; the *imperative* for the *Court* to assess enforceable statements able to *stop* and/or *limit* the social danger of a never-ending conflictual social dynamic.

Each and all the structural and functional details that have been listed in such a detailed manner so far could not be omitted. Indeed, all of the issues just outlined is the general framework that substantiates and reflects the remains of a sociolegal experience *handled by men alone* for thousands years! In brief: it is nothing less than the recognition of then withering away of the legacies of a long-lasting, systematic and hegemonic, role gained, and refined accordingly, by men. In this respect, if it is true that the entry of women into the once “unpromised land” of the Judiciary is in effect the outcome of quite recent historically-determined circumstances – leading towards an epochal *overturn* of traditional law-and-society interplays – it is true also that one cannot but raise a basic interrogative from now on: which sort of sociolegal consequences and collateral effects – psychological, behavioural, sociopolitical – is the entry now producing, and what will determine in the long run? In other words: will the thousand-year-old sociotechnical precautionary devices, and the whole experiential and jurisprudential *rationale* that they entailed, really over? How far can current and prospective mainstreams leading to the rising entry of women into Justice systems as lawyers, judges and prosecutors be able to keep steady, or definitively refine and change, the age-old male-determined imprinting, and consequently the broader, intertwined, dynamic of Justice systems, law making and social dynamics? In spite of a move from “theory” to “practice” (Hunter, McGlyng and Rackley, 2010) the above questions are open.

### **WOMEN-IN-LAW AS NEW “ORGANIC INTELLECTUALS” OF THE JUDICIARY SYSTEMS?**

Each and all the issues that have been raised in this paper are and will be worth of consideration from now on, as it is likely that women’s numerical rate, social visibility, institutional ranking and specialised expertise within the Justice systems will increasingly match with their gender-specific personal orientations and natural attitudes. Such a coupling however is still on the move. In this respect, leafing through most recent

empirical studies *carried out by women* on the topic so far, one cannot but note that the main trends raised by ongoing empirical variables are backed, by rule, by women's rising quests for *being heard* and *being credited*, i.e. to have better opportunities to attest their gender-specific communicative potentials and gain full recognition as regards their official positions within and outside Courts, i.e. at broader social-institutional and political level (Olgiati, 2011).

A rising emphasis on gender-specific potentials can certainly improve social expectations, refine the area of applications and provide higher rewards. To my view, however, this strategy cannot be carried too far, as it could turn rather misleading and questionable: misleading because explicitly self-referential rather than society-oriented, and questionable as it could soon lead towards a sort of "intraspecific competition" rather than towards the fairest Court interplay and Justice decision-making. But what it seems to be quite questionable at present is the fact that the recurrent appeal to the so-called "feminine added value" too often covers the lack of concerns for the dynamic of two basic, intertwined, epochal trends: the deepening of the "crisis" of the modern State-form, clearly evident since the beginning of the last century, and the ongoing fragmentation of positive official law systematic construction, somehow still based upon general principles of Enlightenment narratives.

Unfortunately, it is impossible to deal here with the amount of problems that the coupling of the above historically-determined trends raise at every level, except for stressing that they cannot be handled with a mere reference to feminine "voices" and "values". The overall impact that such they have, and will exert even more in the future, on the general functioning of the Justice systems (conceived either as public administrative apparatuses or as jurisprudential work-areas) is now driving already towards a real process of *defensive modernization* of all basic valuable social issues and political interests, and therefore also towards a technical and institutional *reconversion* of the jurisdictional patterns and expert socio-professional standards. As current claims for alternative models of disputes' resolutions indicate, these trends, in turn, are transnationally intertwined with equally epochal economic and social transformations. It is therefore likely that any sort of potential local resource – among which "positive State law" included – will be de-re-constructed accordingly. In this case it is likely also that such a re-framing will imply a rising recognition of new forms of extra-infra-super State legal pluralism, and therefore will compel to a deeper revision of the overall *Ratio Juris* that now qualifies Nation-state Justice systems.

To sum up, if the case of contemporary Justice systems is fully considered, one might even expect that all the innovative changes that gender-specific potentials of gender-oriented performances might promote in Court by women could *not* be – as

Gillingan suggested – a new kind of law-making based merely on a *different voice* (Gillingan, 1982) but it should turn into a veritable *new voice* also: that of women acting as veritable leading agents able to execute the mission by performing as true, active, *organic intellectuals* of a more plausible and socially adequate law-and-society interplay.

## VITTORIO OLGIATI

Retired Professor

Dipartimento di Giurisprudenza, Università di Macerata,  
 Piaggia dell'Università, 2, 62100 Macerata, Italy  
 Contact: vittorio.olgiati@unimc.it

Received on 04.02.2014

Accepted for publication on 18.12.2015

## REFERENCES

- Burrage, Michael (1989), "Revolution as Starting Point for Comparative Analysis of the French, American and English Professions", in Richard Abel; Philip. Lewis (eds.), *Lawyers in Society. Comparative Theories, Vol. III*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 322-374.
- Burrage, Michael (2006), *Revolution and the Making of Contemporary Legal Profession: England, France and the United States*. Oxford: Oxford University Press.
- Cantarella, Eva (1972), "Lo scudo di Achille. Considerazioni sul processo in età omerica", *Rivista Italiana di Scienze Giuridiche*, 16, 237-267.
- De Pizan, Christine (1992), *Le livre de la cité des dames*. Paris: Stock Ed. French translation of *The Boke of the Citye of Ladys* (orig. ed.: 1404). London: H. Pepwell.
- De Pizan, Christine (1971), *The Book of Fayttes of Arms and of Chyvalrye*. New York: edition and translation by A. T. Byles.
- Farina, Fatima (2004), *Forze armate: femminile plurale. Il femminile e il maschile del militare nella transizione dalla comunità maschile al sistema di genere*. Milano: F. Angeli ed.
- Favier, Marguerite (1967), *Christine de Pizan, muse de cours souveraines*. Lausanne: Rencontre.
- Hunter, Rosemary; McGlynn, Clare; Rackley, Erika (2010), *Feminist Judgments. From Theory to Practice*. Oxford: Hart Publ.
- Gillingan, Carol (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge Mass: Harvard University Press.
- Olgiati, Vittorio (2003), "Professional Body and Gender Difference in Court: The Case of the First (Failed) Women Lawyer in Italy", in Schultz Ulrike; Gisela Shaw (eds.), *Women in the World's Legal Professions, vol. II*. Oxford: Hart Publ., 419-435.

- Olgiati, Vittorio (2007), "Il nuovo pluralismo sociale, il nuovo pluralismo giuridico e la nuova identità del giurista", in M. Poggi; O. Roselli (eds.), *Trasformazioni sociali e trasformazioni giuridiche*. Napoli: ESI, 59-91.
- Olgiati, Vittorio (2008), "Legal Policentrism and the New 'Struggle for the Law' in Contemporary Legal Education in Europe", in Vittorio Olgiati (ed.), *Higher Legal Culture and Postgraduate Professional Legal Education in Europe*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 21-65.
- Olgiati, Vittorio (2011), "On Women Lawyers' Voice in Europe: Scenarios for a Legal Education Agenda", in Josef Langer (ed.), *Analysis and Visions for Europe. Theories and General Issues*. Frankfurt-am-Main: Peter Lang GmbH, 127-150.
- Petersen, Hanne; Zhale, Henrik (1995), *Legal Polycentricity. Consequences of Legal Pluralism in Law*. Aldershot: Darmouth.
- Schmitt, Carl (1972), *Le categorie del politico. Saggi di teoria politica*, in Gianfranco Miglio; Pierangelo Schiera (eds.), Milano: Giuffrè ed.
- Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (2003), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publ.
- Sousa Santos, Boaventura (1987), "A Map of Misreading: Towards a Post-Modern Concept of Law", *Journal of Law and Society*, 20, 274-302.

## COMPARACIÓN DE MUJERES Y HOMBRES DE EXPERIENCIAS EN LA JUDICATURA AUSTRALIANA\*

SHARYN ROACH ANLEU

KATHY MACK

**Resumen:** Uno de los cambios más significativos que han tenido lugar en la última mitad del siglo veinte es la participación de las mujeres en profesiones de tradición masculina, incluyendo la judicatura. Sin embargo, aunque las cantidades de mujeres estén en aumento, ellas aún constituyen sólo una pequeña proporción de la judicatura. Este artículo de publicación trata de dos aspectos específicos de las experiencias y actitudes de las mujeres en relación con la administración de justicia; en primer lugar, de sus motivos para convertirse en juezas y, en segundo lugar, del grado de satisfacción que derivan del ejercicio del rol judicial y de su trabajo como juezas. Los resultados proceden de las respuestas a dos encuestas diferentes suministrados en 2007, respondidos a través del correo: uno de ellos se refiere a los magistrados, y el otro, a los jueces de los tribunales superiores. Entre ambos cubren todo el espectro del poder judicial de

---

\* Esta investigación fue inicialmente financiada a través de una subvención para investigación en colaboración entre Universidad e Industria en 2001 con la Universidad de Flinders y la Asociación de Magistrados Australianos (AAM) como socios. También recibió soporte financiero del Instituto de Administración Judicial Australiano. De 2002 hasta 2005, la investigación fue financiada por un Consejo Australiano de vinculación de Subvención de Proyectos (LP0210306) con AAM y todos los Magistrados Principales y sus cortes como socios del sector de la industria con el soporte de la Universidad de Flinders como la institución anfitriona. Del 2006, la investigación fue financiada por un Consejo Australiano de Subvención de Proyectos de Descubrimiento (DP0665198), y después 2010 otra subvención DP1096888. La investigación ha sido aprobada por el Comité de Ética de Investigación Social y Comportamiento de la Universidad de Flinders. Estamos muy agradecidos de las siguientes personas: Russell Brewer, Carolyn Corkindale, Colleen deLaine, Elizabeth Edwards, Ruth Harris, Katrina Hartman, Julie Henderson, John Horrocks, Lilian Jacobs, Leigh Kennedy, Lisa Kennedy, Mary McKenna, Rose Polkinghorne, Wendy Reimens, Mavis Sansom, Chia-Lung Tai, Jordan Tutton, Carla Welsh, Rae Wood y David Wootton por asistencia en investigación y administración con este proyecto. Algunos de los resultados de esta investigación contenidos en este papel/documento fueron previamente presentados a *Les Territoires du Droit*. Colocación de la Ley, Reunión Conjunta anual de la Asociación de Sociedad de Ley y Ley Canadiense y Sociedad de asociación, Montreal, Canadá, 29 de Mayo - 1 Junio de 2008, en un taller sobre género y juzgar en el Instituto Internacional para la Sociología de la Ley en Oñati, España, 11-12 de Junio de 2009, en una lectura en la Facultad de Trabajo Social y Política Social, Trinity College, Dublín, Irlanda, 2 de Octubre de 2008, y una lectura a el Observatorio de Justicia y Genero del Consejo de la Magistratura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, ,4 de Agosto de 2012. Agradecemos los valiosos comentarios recibidos de los participantes en estas actividades. También agradecemos los útiles comentarios de los revisores y los editores de este número especial. Muchas gracias a Edmer Anleu por la traducción de este documento y a Beatriz Kohen por su asistencia con la traducción.

Australia. Estos resultados constituyen un importante estudio de caso sobre las mujeres juezas en general.

**Palabras-clave:** cortes, judicatura, judicatura australiana, mujeres juezas, satisfacción en el trabajo.

## COMPARISON OF WOMEN'S AND MEN'S EXPERIENCES IN THE AUSTRALIAN JUDICIARY

**Abstract:** One of the most significant changes in the last half of the 20th century is the greater participation of women in traditionally male-dominated professional occupations, including the judiciary. Nevertheless, despite increasing numbers of women, they still make up only a small proportion of the judiciary. This article considers two specific aspects of women's experiences of and attitudes towards judging: first, their reasons for becoming judges and second, the extent to which they are satisfied with the judicial role and their work as judges. The findings are drawn from responses to two separate mail-back questionnaires conducted in 2007, one of magistrates, and another of judges of the higher courts. Together the surveys and their responses cover the entire Australian judiciary. These findings provide an important case study of women judges in general.

**Keywords:** courts, the judiciary, Australian judiciary, women judges, job satisfaction.

### INTRODUCCIÓN

Tanto en los países desarrollados como en aquellos en vía de desarrollo, las cortes y los jueces resultan esenciales para la administración y la simbolización de la justicia (Messick, 1999; Rock, 1998). Con frecuencia se considera que la justicia y sus miembros gozan de una posición especial dentro del sistema jurídico en relación a otras áreas del derecho y de la sociedad en general.

Uno de los cambios más significativos que han tenido lugar en la última mitad del siglo veinte es la participación de las mujeres en profesiones de tradición masculina, incluyendo la judicatura (Leiper, 2006; Roach Anleu, 2013; Sommerlad, 2002). Sin embargo, aunque las cantidades de mujeres estén en aumento, ellas aún constituyen sólo una pequeña proporción de la judicatura (Bustamante, 1991b; Gastron, 1991; Junqueira, 2003; Kenney, 2004, 2013; Kohen, 2008, 2013; Laster y Douglas, 1995; Rackley, 2006, 2007, 2013).

La diversidad en la judicatura o su ausencia constituyen elementos importantes para el mantenimiento de la legitimidad del poder judicial (Kenney, 2013; Malleson, 2003a, 2003b, 2013). La diversidad del género es la característica que ha recibido mayor atención internacional y ha generado desarrollos conceptuales así como investigación empírica (Bustamante, 1991a; Schultz y Shaw, 2003, 2013).

La investigación empírica que involucra funcionarios judiciales permite ir más allá de las estadísticas que muestran un creciente número de mujeres en el poder judicial y proporcionan un profundo detalle sobre las experiencias de todos los días, las

percepciones y actitudes de las mujeres que han sido designadas para ocupar cargos judiciales.

En este artículo se consideran dos aspectos específicos de experiencias de las mujeres y sus actitudes hacia juzgar: primero, sus motivos para convertirse en jueces y en segundo lugar, el grado en que están satisfechos con la función judicial y la labor de un juez. Estos son avenidas valiosas para la investigación de las mujeres y las experiencias de los hombres de sus puestos de trabajo y lugares de trabajo, ya que pueden identificar el género y otras desigualdades o discriminación (Duarte *et al.*, 2014; Mack y Roach Anleu 2012; Roach Anleu y Mack, 2013). Los datos de las encuestas a nivel nacional, que cubren todo el poder judicial de Australia,<sup>1</sup> ofrecen una oportunidad única para comparar las razones de las mujeres y de los hombres para convertirse en funcionarios judiciales y su satisfacción en el trabajo diario. También, los mismos datos permiten la identificación cuando y donde las experiencias de las mujeres son distintivas. Estos resultados proporcionan un caso de estudio valioso de juezas en general.

#### **DIVERSIDAD SEXUAL EN LA JUDICATURA**

A medida en que en los países occidentales la proporción de mujeres en el sector público creció y su papel se fue ampliando, la judicatura ha sido criticada por excluir a las mujeres y representar la tarea o función de impartir justicia como una capacidad exclusiva de los hombres (Schultz, 2003, 2013; Thornton, 2007). La necesidad de una mayor diversidad dentro de la justicia, incluyendo el nombramiento de más mujeres, se

<sup>1</sup> Australia tiene un sistema de gobierno federal. Ello se reflejado en el sistema judicial, dividido en cortes nacionales y, un sistema de cortes para cada estado y los dos territorios operando separadamente. Cada estado o territorio australiano tiene magistrados o justicia local y un Tribunal Supremo. También hay un tribunal intermedio de primera instancia llamado el tribunal del distrito o tribunal del condado en New South Wales, Victoria, Queensland, South Australia, y Western Australia exceptuando las jurisdicciones más pequeñas (the Australian Capital Territory, the Northern Territory, y Tasmania). En los estados y territorios de Australia los tribunales son de primera instancia con jurisdicción penal y civil; los litigios son atendidos por un solo magistrado. Los juzgados de Distrito/Condado son esencialmente de juicio, atendiendo los casos criminales con jurados y los casos civiles, normalmente sin jurados. Las cortes supremas atienden los casos criminales más serios, usualmente con jurados, los casos civiles más importantes y complejos, usualmente sin jurados y sin apelación. Las apelaciones a las Cortes Supremas normalmente son juzgados por un panel de tres jueces. Algunas jurisdicciones también tienen tribunales especializados tal como las cortes de la tierra y del ambiente, comisiones industriales o tribunales de menores, los cuales pueden operar como tribunales independientes o como una rama de tribunales generales.

Los tribunales del Commonwealth de Australia son tribunales nacionales que atienden casos en toda Australia, e incluyen la Corte Suprema, la Corte Federal, la Corte de la Familia, la Corte Federal Circuito. La Corte Federal tiene juicio especializado, y la jurisdicción de apelación, principalmente en asuntos de derecho comercial y administrativo proviniendo de algún aspecto particular de legislación del Commonwealth. Los juzgados de Familia tratan asuntos de divorcio y custodia de los niños. La Corte Federal Circuito atiende asuntos menos complejos dentro de la jurisdicción de la justicia de Familia y de la Corte Federal. La Corte Suprema de Australia es la máxima corte de apelación de los Estados y del Commonwealth. Hay aproximadamente 130 jueces en las Cortes del Commonwealth, 350 jueces de estados y territorios, y 450 magistrados, totalizando 900 funcionarios judiciales, organizados dentro de 25 cortes diferentes.

basa en varios y diferentes motivos interrelacionados (Bazelon, 2009; Cardinal, 2013; Cooney, 1993; Davis y Williams, 2003a; Evans y Williams, 2008; Gastron, 1991; Feenan, 2008; Kohen, 2008; Russell, 2010).

Permitir que los tribunales continúen funcionando como instituciones de género único pone en cuestión sus propias aspiraciones de neutralidad e imparcialidad (Malleson, 2003a, 2013). Mientras que una mayor diversidad judicial que refleje la composición de la sociedad cuyos miembros están siendo juzgados “es necesaria para mantener la confianza del público, y garantizar la legitimidad de la judicatura como un todo” (Rackley, 2002: 609; también vea Genn, 2008; Malleson, 2003a, 2006; Kenney, 2013). También, el aumento de la diversidad al interior de la justicia puede fortalecer la democracia (Bustamante, 1991b).

Algunos argumentos a favor de incrementar la diversidad sexual en la judicatura afirman que existen diferencias entre mujeres y hombres. Sugieren que incluir mujeres en un contexto como el de la justicia, previamente compuesto casi solamente por hombres, puede contribuir a la incorporación de una voz diferente en el ejercicio de la autoridad judicial, así como también perspectivas diferentes derivadas de sus diferentes experiencias de vida, incluyendo la empatía y la compasión (Baines, 2013; Graycar, 2013; Hunter *et al.*, 2010; Kohen, 2013; Lithwick, 2009; Menkel-Meadow, 1995; Neave, 1995; Resnik, 1988; Sommerlad, 2013). Sugieren también que la adhesión a las normas jurídicas podría limitar el impacto de cualquier diferencia sobre la adjudicación (Hunter, 2008, 2013).

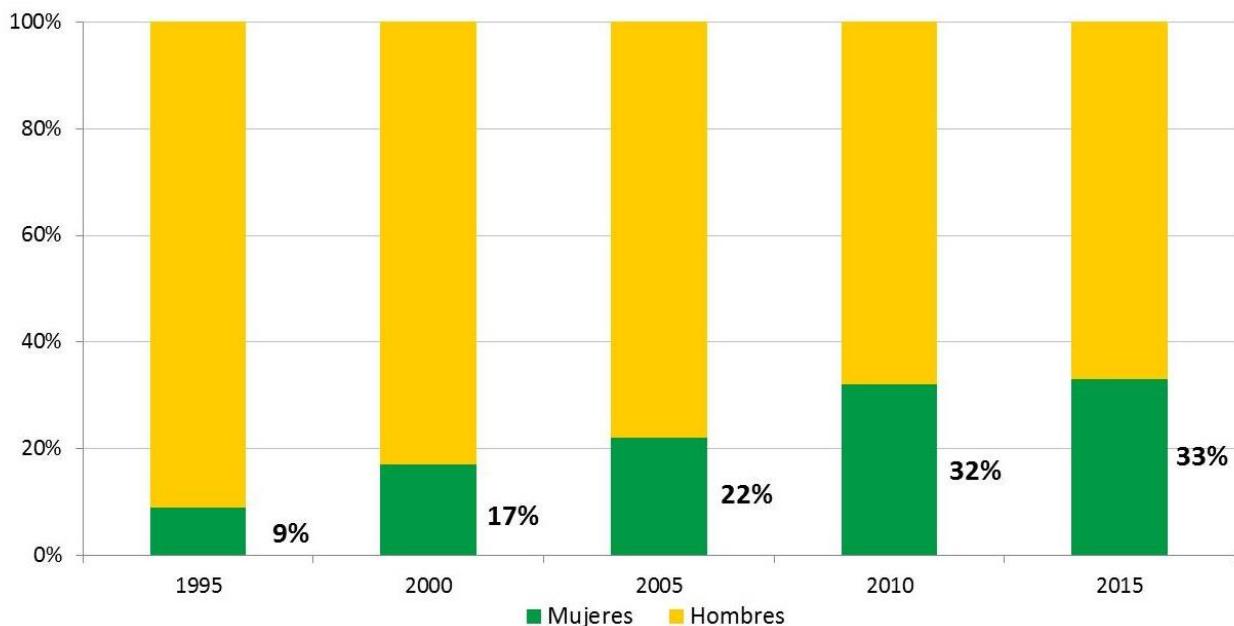
Incluir a las mujeres en la judicatura garantiza nombramientos justos y también igualdad de oportunidades en la carrera profesional, independientemente del sexo (Kenney, 2004, 2013). Por otro lado, poner el énfasis en la diversidad sexual en los nombramientos judiciales supone algunos riesgos. Si las mujeres nombradas son vistas como señuelos, carentes de mérito o, si el porcentaje de mujeres seleccionadas es demasiado, ello podría traer aparejada cierta pérdida de confianza del público (Boigeol, 2003).

Los obstáculos que impedían a las mujeres acceder a la educación jurídica y a la abogacía tuvieron como consecuencia que muy pocas mujeres fueran elegibles para la judicatura hasta después de 1965 (Schultz y Shaw, 2003, 2013; Russell, 2010). La combinación de dichas barreras, con un proceso secreto de nombramiento de magistrados, propio del *common law*, produjo una judicatura que, hasta hace 30 años, era casi exclusivamente masculina (Mack y Roach Anleu, 2010; Hunter, 2003; McGlynn, 2003). En países dentro de la tradición de derecho civil como Francia o Alemania, la selección de jueces a través de un proceso de concursos aumentó las oportunidades de entrada a la judicatura (Boigeol, 2003, 2013; Schultz, 2003b, 2013).

En algunos países que fueron comunistas previamente, la retórica de la igualdad, después de 1945, contribuyó a que las mujeres entraran a la judicatura (Fuszara, 2003). También Israel se comprometió con la ampliación de las oportunidades para las mujeres, que se vio reflejada en la composición del poder judicial (Bogoch, 2003; Katvan, 2013).

Así como en el caso de otras ocupaciones y profesiones previamente cerradas a las mujeres, se esperaba que, en la medida que las mujeres fueran ingresando a las profesiones jurídicas, ellas avanzarían hacia los cargos más altos incluyendo la judicatura. Sin embargo, este “avance” (Malleson, 2006: 131; también Kenney, 2013) no se ha materializado. Tal como fuera descripto por Margaret Thornton (1996), las primeras mujeres en la judicatura fueron consideradas excepcionales. Justice Gaudron, la primera mujer en el Tribunal Superior de Australia, habló de la necesidad de convertirse en un hombre honorario (Feenan, 2008; Gaudron, 1997). Kate Malleson (2003b) describe el modelo de la primera mujer pionera frecuentemente nombrada en un tribunal superior hasta que, mucho tiempo después se nombra a otra mujer para una posición similar (Choc, 1991; Martin, 2013; Mossman, 2013; Kamau, 2013). Estos nombramientos de mujeres de alto perfil en ciertos tribunales específicos no resuelven problemas importantes y profundos relacionados con la persistente dominación masculina en la composición de la justicia como institución. Estas descripciones son similares al concepto de las mujeres simbólicas – *token women* – que Rosabeth Moss Kanter (1977) fue pionero en su estudio de una gran corporación dominada por los hombres.

En los últimos 10 a 20 años ha habido un incremento de las mujeres en la justicia en muchos países. La evolución para Australia se muestra en el Cuadro I ubicado a continuación. En 1995, mujeres constituían menos del 9% de la judicatura (Thornton, 1996: 202 y Tabla IV, Apéndice B). En 1999, esta proporción alcanzó el 14% (Hunter, 2003: 91), incrementando a 30% en 2009 y 33% en 2015 (Australasian Institute of Judicial Administration, 2015). Sin embargo, los números absolutos suelen ser muy pequeños. Este modelo es típico de los países del *common law* (Hurwitz y Lanier, 2008: 63; Kenney, 2004, 2013; Laster y Douglas, 1995; National Association of Woman Judges, 2013; Office of the Commissioner for Federal Judicial Affairs Canada, 2013; Rackley, 2006, 2007, 2013; Malleson, 2003b; Murray, 2003; Thornton, 2007). Como Clare McGlynn ha explicado, un incremento del 1,4% a 6% en la Corte Suprema Inglesa significaría el nombramiento de siete mujeres en un lapso de 10 años (McGlynn, 2003). En los países de tradición civil, el incremento de las mujeres en la judicatura es mayor, especialmente en los rangos inferiores (Boigeol, 2003, 2013; Kohen, 2013; Schultz, 2003b, 2013; Fuszara, 2003).



**CUADRO I - Porcentaje de mujeres en la judicatura australiana**

Origen: Australasian Institute of Judicial Administration (<http://www.aija.org.au/index.php/judicial-gender-statistics>).

A pesar del incremento de la proporción de mujeres, en muchos aspectos, la justicia es todavía una institución dominada por hombres. Las mujeres juezas están concentradas en los rangos inferiores de la judicatura en los países de *common law*, como los Estados Unidos de Norte América, Canadá, o el Reino Unido, y en los países basados en el sistema de Estructura Europea como Francia y Alemania (Schultz, 2003a: xlvii, 2013) y en América Latina (Bustamante, 1991a, 1991b; Gastron, 1991, Gastron *et al.*, 2013; Kohen, 2008, 2013). Investigación en Portugal muestra un aumento sin precedentes en el número de mujeres fiscales y los jueces después de la revolución democrática en 1974. Sin embargo, las mayores ganancias están en los tribunales de primera instancia, donde aproximadamente dos tercios de estos jueces son mujeres, mientras que “el acceso de las mujeres a los niveles intermedios y altos de la jerarquía judicial ha sido un poco lento” (Duarte *et al.*, 2014: 34). En 2012, sólo cinco de los 65 jueces del Tribunal Supremo de Portugal, y un tercio, más o menos, de los jueces del tribunal de apelación, eran mujeres (*ibidem*: 35).

En una comparación de las judicaturas francesas y norte americanas, Remiche (2015) apunta a cuestiones legales culturales para explicar la diferencia en la diversidad sexual. Ella argumenta que las diferencias en el papel del juez y de la imagen del poder judicial afectan la apertura a la designación o al nombramiento de

mujeres. Cuando el papel del juez se enmarca como un poderoso legislador – como en los Estados Unidos de América las mujeres están subrepresentadas, en contraste a las jurisdicciones donde el juez se expresa como una “autómata impotente, pero bien informado” (*ibidem*: 109), como en la Francia.

Aunque en Australia la proporción total de las mujeres ha crecido, esta proporción se mantiene consistentemente menor en los tribunales más altos, como la Corte Suprema, que en los tribunales de menor jerarquía, como puede verse en la Tabla I ubicada a continuación (Thornton, 1996: 203; Hunter, 2003: 91; Australasian Institute of Judicial Administration, 2015).

**TABLA I - Porcentaje de mujeres en la judicatura australiana**

	Cortes Magistrados <sup>1</sup>	Cortes Supremas <sup>2</sup>
1995	9%	6%
1999	16%	9%
2004	25%	15%
2009	35%	22%
2013	40%	24%

<sup>1</sup> Los juzgados de Paz en los Estados y Territorios de Australia son Tribunales de Primera Instancia de Jurisdicción Criminal y Civil; las causas son atendidas por un único magistrado.

<sup>2</sup> La Corte Suprema atienden casos criminales más serios usualmente con jurados, los casos civiles grandes y complejos sin jurados, y sin apelación.

Origen: Australasian Institute of Judicial Administration (<http://www.aija.org.au/index.php/judicial-gender-statistics>).

En algunos países, las mujeres se encuentran concentradas en forma desproporcionada en áreas específicas tal como derecho de familia (Kohen, 2008, 2013; Schultz, 2003b) o son excluidas de ciertos tribunales, como los Tribunales Rabínicos en Israel (Bogoch, 2003) o de ciertas áreas del derecho tales como el derecho penal (Fuszara, 2003). Aún en jurisdicciones donde la mayor parte de los jueces son mujeres, hay pocas mujeres jefas de jurisdicción o en cargos de alto rango dentro del ejecutivo (Fuszara, 2003; Mack y Roach Anleu, 2010; Boigeol, 2003, 2013). En algunos países donde las mujeres ocupan una parte importante de los juzgados de primera instancia, los jueces gozan de menor prestigio que otros funcionarios jurídicos (Boigeol, 2003, 2013; Szto, 2008). Malleson (2003b) se refiere a esta situación como

una amplia correlación inversa entre el prestigio de los jueces y la proporción mujeres en la judicatura (véase también Remiche, 2015).

Las razones de esta tendencia, y las explicaciones acerca de este padrón de participación de las mujeres en la judicatura – concentración en los rangos inferiores y en áreas de trabajo con menor prestigio – exceden el propósito de este capítulo. Sin embargo, vale la pena notar que esta pauta es similar a la observada cuando se analiza el ingreso de mujeres a otras ocupaciones profesionales dominadas por hombres, incluyendo la abogacía (Schultz y Shaw, 2003, 2013; Epstein, 1993; Lorber, 1984).

Existe una relación directa entre las oportunidades para las mujeres en la abogacía y los nombramientos judiciales. En el Reino Unido y en Australia, las mujeres están subrepresentadas en las filas de los abogados litigantes, entre quienes se recluta a los candidatos a la judicatura (Feenan, 2005; Hunter, 2003). En otros países, como se señaló anteriormente, es mayor el prestigio y dominación masculina de ciertas áreas de la práctica jurídica, ha traído aparejada una competencia menor para los puestos en la judicatura. Tal como fuera descripto por Beverley Blair Cook, citada por Malleson (2003b: 185), el incremento de las mujeres en la composición de la judicatura podría reflejar cambios en la estructura de oportunidades dentro de las profesiones jurídicas. Dichos cambios implican: un número suficiente de mujeres candidatas, un crecimiento en el número de posiciones judiciales, y la voluntad de seleccionar mujeres entre de los responsables de los nombramientos. Schultz (2003b) señala que el compromiso del gobierno federal de Alemania con la igualdad de género constituyó un factor clave en ese sentido. Sally Kenney (2013) enfatiza el compromiso individual de los líderes gubernamentales con el nombramiento de mujeres, independientemente del método de selección judicial.

Se ha mencionado una gama de explicaciones acerca de los obstáculos que han limitado el rol de las mujeres en la judicatura, incluyendo explicaciones históricas y estructurales (Schultz y Shaw, 2013). Por ejemplo, se ha señalado que las mujeres son mucho más jóvenes (Hunter, 2003) y fueron nombradas más recientemente que sus colegas varones (Murray, 2003). En los países dentro de la tradición del derecho civil se han mencionado los diferentes puntos de ingreso (De Groot-Van Leeuwen, 2003: 343) y los obstáculos para la promoción (Shultz, 2003b). Otros obstáculos que bloquean la participación plena de las mujeres en la judicatura incluyen la discriminación femenina, las creencias culturales sobre lo que se considera conductas apropiadas para mujeres y hombres y, especialmente, las obligaciones domésticas y de crianza de los niños de las mujeres en el seno del hogar (Michelson, 2009; Schultz, 2003b; Bustamante, 1991b: 69; Szto, 2008; Mack y Roach Anleu, 2010).

Sin embargo, hoy en día las mujeres gradualmente están consolidando su presencia en la judicatura. Estos incrementos numéricos no revelan las experiencias o percepciones de las juezas y los jueces ni sus actitudes hacían sus trabajos diarios. Los datos empíricos obtenidos directamente de los funcionarios judiciales pueden ayudar a llenar este vacío en el conocimiento. Este artículo de publicación analiza los resultados de dos cuestionarios de devueltos por correo realizados en 2007, uno de los magistrados y el otro de los jueces de los tribunales superiores en Australia. Estas encuestas, realizadas por los dos coautores, cubren todo el poder judicial de Australia hechas a un punto diferente de tiempo, cuando las mujeres estaban entrando en la judicatura en cantidades suficientes para hacer posible dicha investigación comparativa. Estas mujeres no habían estado en funciones judiciales por suficiente tiempo como que su presencia fuera totalmente normalizada por sí mismos, a sus colegas masculinos o los tribunales como instituciones. Debido a que las encuestas incluyeron preguntas cerradas y abiertas, dos tipos de datos están disponibles: datos cuantitativos agregados de las preguntas de cierre indefinido y datos cualitativos que incluyen los comentarios realizados a los encuestados con preguntas abiertas (detalle del diseño de la investigación está contenida en el Apéndice).

## RESULTADOS

### FACTORES DETERMINANTES EN LA DECISIÓN DE CONVERTIRSE EN JUEZ

La oportunidad y la decisión de convertirse en juez se dan en el contexto de normas y prácticas vinculadas al nombramiento de jueces. Las calificaciones profesionales, la capacidad y los procesos para el nombramiento de jueces en muchos países europeos y de América del Sur (Kohen, 2008, 2013). Estos se basan en un sistema de concursos y entrenamiento especializado durante o inmediatamente después de obtener el título de abogado. En cambio, en los Estados Unidos de Norte América, existen diferentes métodos, incluyendo el nombramiento por parte del poder ejecutivo, algunas veces incluyendo una solicitud formal o una evaluación del mérito por parte del gobierno u organizaciones independientes (Kenney, 2013). En los Estados Unidos de Norte América, la designación de los jueces federales requiere confirmación por parte del Senado, la cámara alta del poder legislativo.

En Australia, Canadá, Reino Unido y Nueva Zelanda, el poder ejecutivo del estado o territorio del que se trate nombra la judicatura para la justicia local, en su caso, el gobierno nacional selecciona los jueces nacionales. El requerimiento legal básico para ser nombrado a la judicatura es poseer el título de abogado, con un período mínimo de tiempo de graduado, y con respecto a la edad, estar por debajo de la edad obligatoria para la jubilación (Roach Anleu y Mack, 2005). Normalmente, los

nombramientos judiciales ocurren una vez que la persona ha acumulado de 15 a 25 años de práctica profesional, generalmente contando con una experiencia amplia de litigio (Mack y Roach Anleu, 2008: 13).

En Australia, existe un compromiso generalizado con el principio de que el nombramiento de jueces se realice sobre la base del mérito (Roach Anleu y Mack, 2005; Evans y Williams, 2008), sin embargo las normas y procesos utilizados no implementan este objetivo de una manera transparente. No hay ninguna declaración jurídicamente vinculante que ayude a determinar qué es lo que se entiende como mérito en el nombramiento de jueces. El proceso de consideración de los candidatos es secreto, no existen métodos transparentes para evaluar la capacidad de los candidatos (Evans y Williams, 2008). No se requiere capacitación especial para ser parte de la judicatura y tampoco hay un proceso de selección o un concurso. El sistema de nombramientos que hoy existe en Australia es incompatible con las prácticas utilizadas en Nueva Zelanda, El Reino Unido y Canadá, y con el sistema de nombramiento de otros altos funcionarios públicos en Australia (Davis y Williams, 2003b; Russell, 2010; Sackville, 2005).

Con el contexto del método de nombramiento de jueces en Australia, como telón de fondo hemos podido investigar algunos de los motivos declarados por mujeres y hombres para convertirse en jueces o magistrados.

Las encuestas plantean a los magistrados y a los jueces preguntas idénticas relacionadas con el grado de importancia atribuida a una lista de diferentes factores que tuvieron en cuenta cuando escogieron por primera vez una posición judicial y en su propia decisión para convertirse en juez o magistrado. Las categorías de respuestas se clasificaron como muy importantes, importantes, algo importantes, no muy importantes y no importantes.

Casi dos terceras partes de los encuestados mencionaron que el contacto personal de algún miembro de la justicia o del gobierno había sido muy importante o importante en su decisión de convertirse en jueces o magistrados. Este sistema basado en el método del ‘golpecito en la espalda’ ha contribuido al escaso número de mujeres en la judicatura (Evans y Williams, 2008). Casi todas las personas en posición de identificar candidatos adecuados, como el Procurador General o las cabezas de los tribunales son hombres. Informes de investigación provenientes del Reino Unido indican que los hombres tienden a ignorar que la judicatura está mayormente constituida como un ámbito masculino, no son conscientes de la ausencia o la baja representación femenina y, en consecuencia, aceptan el statu quo como la norma (Feenan, 2007). Por otra parte, el proceso de auto postulación también presenta desafíos para las mujeres. El mencionado informe ha mostrado asimismo que también

las mujeres tienden a ser poco conscientes de los procesos formales e informales de ingreso en la judicatura (Feenan, 2007).

La gran importancia de un acercamiento por parte de alguien de la justicia o del gobierno sugiere que si hubiera una pretensión de ampliar el conjunto de candidatos con capacidad y potencial para convertirse en jueces incluyendo un grupo diverso de mujeres con las calificaciones adecuadas, sería necesario que la justicia y el gobierno implementasen estrategias tendientes a despertar su interés en el desarrollo de carreras profesionales dentro del poder judicial.

Las varias respuestas individuales específicas a la pregunta sobre los motivos de la decisión de convertirse en jueces fueron agrupados en cuatro categorías: las cualidades *intrínsecas* del trabajo en sí mismo,<sup>2</sup> los factores *extrínsecos* o condiciones de trabajo,<sup>3</sup> los factores relacionados con el valor social<sup>4</sup> y los factores vinculados a la trayectoria profesional.<sup>5</sup> La distinción entre lo intrínseco y extrínseco proviene de Rose, quien propone que “hay una distinción fundamental entre los aspectos *extrínsecos* (instrumentales, materiales) de trabajo, como la promoción, el salario o la estabilidad laboral y, por otro lado, los aspectos *intrínsecos* (calidad de trabajo) como el tipo de trabajo” (2003: 506, énfasis en el original).

Tanto para las mujeres como para los varones, las respuestas a estas preguntas muestran que la decisión de convertirse en un magistrado o juez surge de un claro deseo personal de desempeñar esa función, atraído por el trabajo, más que empujado por otras motivaciones como, por ejemplo, el haber estado insatisfecho en posiciones u ocupaciones previas.

Como muestra la Tabla II que se presenta a continuación, las cualidades intrínsecas del trabajo desempeñan un papel primordial en la decisión de asumir la función judicial, la proporción de cualidades intrínsecas es mucho más alta que cualquier otra categoría. Factores relacionados con la carrera laboral como, por ejemplo, la insatisfacción en relación con posiciones laborales previas, las oportunidades de promoción profesional, o un sostenido anhelo de convertirse en juez o magistrado tuvieron un impacto mínimo en sus decisiones. Para la mayoría de los jueces, el único factor relacionado con la trayectoria profesional que cuenta es el deseo de cambio, con el mismo nivel de importancia para mujeres y varones.

---

<sup>2</sup> Cualidades intrínsecas incluyen al tipo de trabajo, al reto intelectual, y la diversidad de trabajos.

<sup>3</sup> Factores extrínsecos o condiciones de trabajo incluyen la seguridad del empleo, el salario, los beneficios, la ubicación, las horas y la compatibilidad con las responsabilidades familiares.

<sup>4</sup> Los factores sociales de valor incluyen el prestigio ocupacional, el deseo de mejorar el sistema judicial, y el beneficio para la sociedad.

<sup>5</sup> Los factores de trayectoria profesional incluyen el deseo de convertirse en un juez (o magistrado), el deseo de cambiar, la insatisfacción en relación con posiciones anteriores y la oportunidad de desarrollo profesional.

Relativamente pocas mujeres y hombres jueces o magistrados, parecen haber planeado iniciar una carrera en la justicia. Sólo una tercera parte confirmó que este factor hubiera tenido un papel importante o muy importante en su decisión de convertirse en un miembro de la justicia, mientras que, para más de la mitad de los encuestados, el fuerte deseo de convertirse en magistrado no era muy importante o no era importante.

**TABLA II - Factores influenciando la decisión de convertirse en un funcionario oficial<sup>1</sup>**

Nivel de importancia	Cualidades intrínsecas de trabajo		Cualidades extrínsecas de trabajo		Valor social		Trayectoria profesional	
	Hombres (n=385-390)	Mujeres (n=156-157)	Hombres (n=383-391)	Mujeres (n=149-157)	Hombres (n=386)	Mujeres (n=153-157)	Hombres (n=382-388)	Mujeres (n=154-157)
Muy importante	38%	50%	15%	20%	13%	22%	12%	15%
Importante	41%	35%	31%	29%	27%	29%	21%	24%
Poco importante	14%	8%	26%	24%	27%	21%	15%	15%
No muy importante	5%	5%	17%	15%	18%	13%	20%	15%
No importante	3%	2%	11%	11%	15%	14%	31%	28%

<sup>1</sup> Los porcentajes no siempre dan un total de 100% por el redondeo decimal. El número total varía porque cada uno de los entrevistados no respondió todas las preguntas o todas las componentes de cada una de las preguntas. Los porcentajes en la Tabla II que se encuentra a continuación bajo resultaron del promedio de las respuestas relacionadas con las cualidades y habilidades específicas en cada agrupación.

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos, 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos, 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>)

En general, los jueces y magistrados varones y mujeres concordaron en que los factores relacionados con la naturaleza del trabajo, sus cualidades intrínsecas, fueron sido muy importantes en su decisión de convertirse en jueces, aunque las mujeres expresaron su punto de vista con más intensidad (la proporción de mujeres que identificó todos los factores como muy importantes es mayor que la de los hombres).

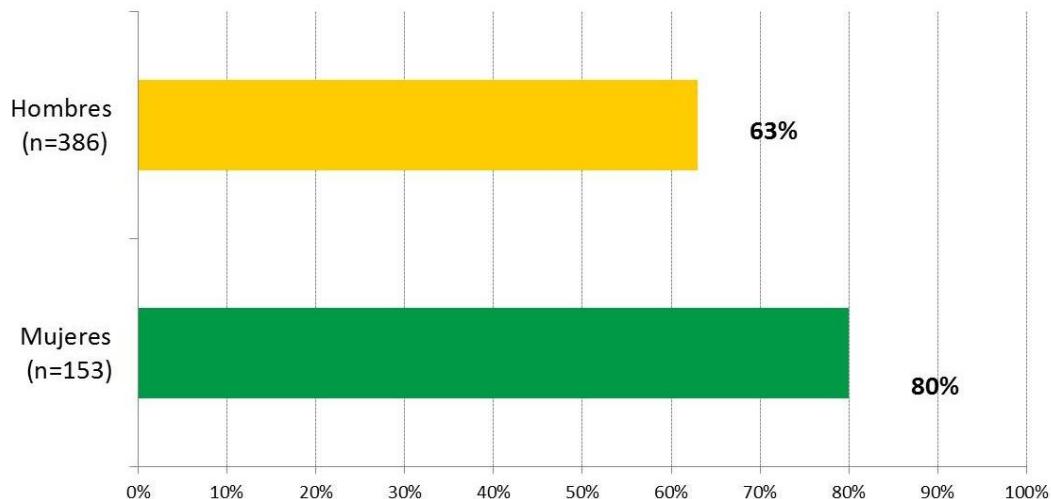
El tipo de trabajo y el desafío intelectual propios de la posición judicial son claramente dos factores muy importantes que influyen la decisión de hombres y mujeres de convertirse en un magistrado o un juez. Alrededor de nueve de cada diez jueces identificaron estos factores como importantes o muy importantes.

A pesar de que algunos hombres y mujeres de manera explícita o conscientemente planificaron o anticiparon una carrera judicial, cuando se le presenta

la oportunidad de convertirse en un funcionario judicial, el tipo del trabajo es factor más importante al hacer la decisión de carrera.

Investigaciones previas realizadas en juzgados de primera instancia en Australia han detectado un entusiasmo entre los magistrados con la idea de mejorar la vida de la gente y de contribuir a un cambio social progresista (Laster y Douglas, 1995; Roach Anleu y Mack, 2013). Los funcionarios judiciales recién nombrados son descriptos algunas veces como “apasionados por la justicia social” (Law Institute of Victoria, 2000a: 13), o como deseosos de “cambiar la sociedad e introducir cambios positivos” (*ibidem*: 16). Un magistrado opinó que: “si uno (como juez) puede hacer una pequeña contribución para crear una sociedad más justa, entonces uno ya está haciendo algo de mucho valor en beneficio de la comunidad” (Law Institute of Victoria, 2000b: 27).

Dicha orientación se refleja también en los resultados de la encuesta. Representa especialmente el punto de vista de las mujeres en la judicatura de Australia. Factores vinculados al valor social tal como el deseo de contribuir a la sociedad o mejorar el sistema judicial constituyen los factores mencionados en segundo lugar como los más importantes para mujeres, seguidos muy de cerca por una variedad de condiciones de trabajo o factores extrínsecos. Las mujeres en la judicatura australiana otorgan una mayor importancia a los factores altruistas relacionados al “valor social” (80%), mientras que la proporción de hombres en esa misma categoría es menor (63%).



**CUADRO II - Razones para convertirse en magistrado o juez: valor social  
(combinación de las categorías muy importante e importante en las respuestas)**

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>).

Estos resultados indican que, a pesar de que las respuestas de las mujeres identifiquen el valor social como una razón muy importante con mayor intensidad, ésta

constituye un aspecto muy importante para emprender funciones en la justicia para todos. Son muy pocos los hombres y las mujeres que no toman en cuenta este factor (Roach Anleu y Mack, 2007).

De Groot-Van Leeuwen menciona un hallazgo similar: en 1996, dos tercios de las mujeres capacitándose para convertirse en jueces en los Países Bajos (Holanda y otros) "optaron por la judicatura por su vinculación inmediata con el concepto de justicia, comparado con menos de la mitad de los hombres" (2003: 345). La autora también descubrió que, para los hombres el desafío y la variedad constituyen aspectos más importantes.

En contraste, para los hombres en la encuesta de Australia, las condiciones de trabajo, especialmente la seguridad de trabajo (o estabilidad en el trabajo), fueron factores muy importantes, seguidos de cerca por factores de valor social, aunque la diferencia es muy pequeña. Mientras que casi la misma proporción de hombres y mujeres en la judicatura considera que condiciones de trabajo como la estabilidad laboral es importante o muy importante, éste es el tercer factor en importancia para los hombres, pero el cuarto para las mujeres.

Una de las juezas encuestadas (con nueve años en ejercicio de este cargo) comenta en la encuesta:

Es maravilloso tener la oportunidad de desempeñar este trabajo de tanta responsabilidad, una función tan estimulante intelectualmente y con la capacidad de marcar una diferencia real en la vida de los ciudadanos.

En resumen, convertirse en funcionario judicial en Australia es una historia de fuertes semejanzas y relativamente pocas diferencias entre hombres y mujeres jueces y magistrados. Todos están de acuerdo en que las cualidades intrínsecas de la función tienen mucha importancia – el tipo de trabajo y el desafío intelectual – aunque vale mencionar que las mujeres expresan estas perspectivas con mayor intensidad. Mujeres y hombres también comparten el mismo punto de vista en relación al limitado impacto que la trayectoria profesional ha tenido en su decisión. Las mujeres califican los factores vinculados con el valor social apenas un poco más alto que los factores extrínsecos o las condiciones sociales. Los hombres dan mayor importancia a las condiciones de trabajo, tales como la estabilidad laboral que a los factores vinculados al valor social, ello podría estar reflejando que la mayor parte de los hombres son responsables del sostén de la familia.

La siguiente pregunta de investigación se refiere a las áreas de satisfacción o insatisfacción de mujeres y hombres en relación con la experiencia del trabajo

cotidiano en la justicia. Por lo general, éstas áreas también reflejan actitudes similares aunque también algunas diferencias notables.

### SATISFACCIÓN EN EL TRABAJO

La mayor parte de las personas, cualquiera que sea su ocupación, tiende a reportar satisfacción con su trabajo (Firebaugh y Harley, 1995; Martin y Pixley, 2005). Las conexiones entre género y satisfacción con el trabajo no son muy claras. Algunas investigaciones han encontrado que, para las mujeres la satisfacción con el trabajo es por lo general igual o talvez mayor que la de los hombres, aunque el salario de las mujeres es frecuentemente menor y sus oportunidades de promoción son un poco más limitadas, factores éstos que podrían reducir satisfacción con el trabajo (Crosby, 1982; Hodson, 1989).

Los datos sobre la satisfacción con el trabajo de los jueces son escasos, especialmente los que se refieren a las mujeres, en parte porque ellas mujeres son un grupo relativamente pequeño. La encuesta de mujeres jueces de Ryan *et al.* (1980) en los Estados Unidos de Norte América descubrió que las mujeres estaban muy satisfechas con el personal del tribunal, se sentían que controlaban el horario de trabajo, que estaban cómodas con la variedad de casos que les llegaban pero estaban menos satisfechas con la cantidad de casos y con la remuneración obtenida (Ryan *et al.*, 1980; también ver Smith, 1983).

Una encuesta sobre las actitudes de los jueces asalariados en Inglaterra y Gales reportó sentimientos generalizados de un fuerte apego personal a la oficina judicial y el importante servicio a la sociedad, pero había una preocupación por el deterioro de las condiciones de trabajo y la insatisfacción con los derechos salariales y de pensiones (Thomas, 2015). Un estudio más pequeño de mujeres en funciones judiciales en el Reino Unido encontró altos niveles de satisfacción con el trabajo, a pesar de la fuerte carga de trabajo (Derbyshire 2006, 2011). Schultz (2003b) también reportó altos niveles de satisfacción entre las juezas en Alemania.

En países como Australia, donde los magistrados son reclutados entre las filas de los abogados, el nivel de satisfacción con el trabajo entre abogados podría constituirse en una base de comparación para entender la satisfacción de los jueces con el trabajo así como proveer puntos de referencia para su investigación. Las investigaciones realizadas sobre el particular han tendido a encontrar altos niveles de satisfacción entre los abogados y abogadas (Hagan y Kay, 1995; Lempert *et al.*, 2000; Hull y Harter, 2005: 260). Sin embargo, a veces, las abogadas expresan menor satisfacción en relación con aspectos específicos del trabajo jurídico que ejercen (Hull y Harter, 2005; Leiper, 2006; Brockman, 2001; Hull, 1999; Chiu, 1998; Chiu y Leicht, 1999). Esta

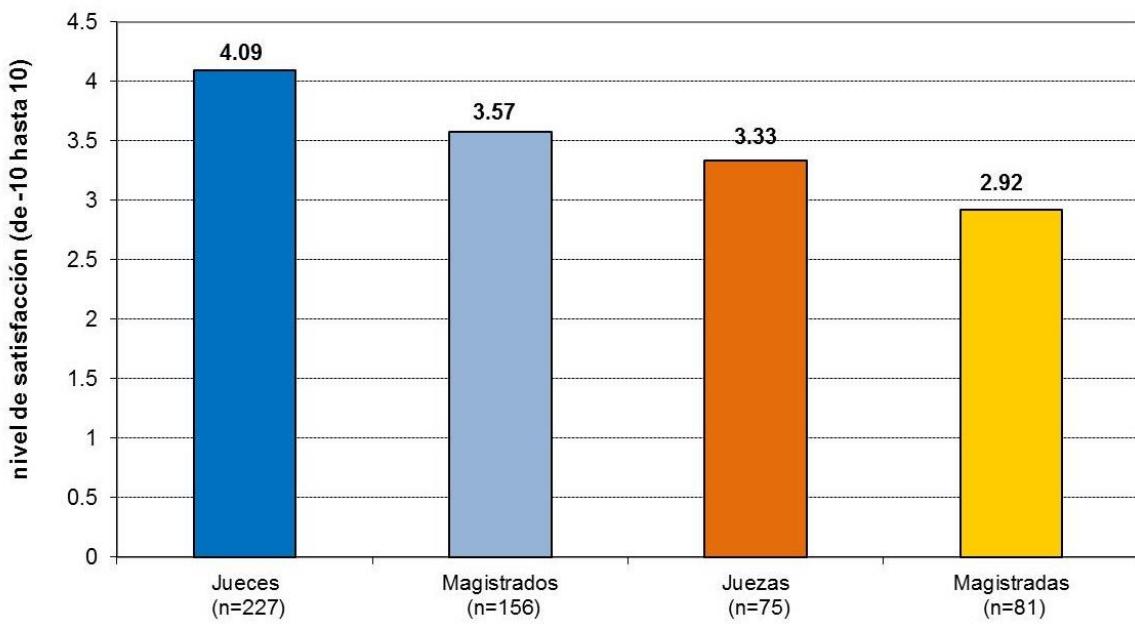
relativa insatisfacción es un factor importante en la decisión de las mujeres de dejar la práctica privada de la profesión por otra ocupación (Dinovitzer *et al.*, 2004; Sommerlad, 2002; Webley y Duff, 2007; Hagan y Kay, 2007; Sommerlad y Sanderson, 1998).

En sus respuestas a la encuesta, todos los funcionarios judiciales australianos expresaron una satisfacción considerable en relación con varios aspectos de su trabajo. Casi todos los encuestados, hombres y mujeres, consideran su trabajo como una fuente muy importante de satisfacción en sus vidas y, como tal, la mayoría de ellos volverían a elegir la magistratura o abogados otra vez, incluso con el beneficio de la visión retrospectiva. Ellos están satisfechos con el trabajo en general, en particular con el nivel de responsabilidad y con el desafío intelectual que les da su trabajo. Todos ellos encuentran el trabajo variado e interesante, y sienten que su trabajo es importante para la comunidad. En términos generales, todos ellos están satisfechos con varios aspectos de sus condiciones de trabajo (Roach Anleu y Mack, 2013).

Los altos niveles de satisfacción en el trabajo reportado por mujeres en la judicatura de Australia podrían reflejar un contraste con la práctica de la abogacía. Una magistrada, en respuesta a una pregunta de la encuesta de composición abierta, escribe:

Talvez todavía estoy al principio de la luna de miel (5 meses), pero estoy muy feliz de estar aquí, es como si yo me hubiera ganado la lotería. El trabajo es interesante, desafiante, variado y con buen salario. Yo no estoy estresada como estaba en mi trabajo anterior.

Aunque el grado de satisfacción de las mujeres, en las áreas de mayor y menor satisfacción, son similares a los identificados por hombres, cuando todas las facetas de su trabajo son agregados, la proporción de las mujeres expresa satisfacción completa es ligeramente menor que la de los hombres, o ellas expresan su grado de satisfacción con menos intensidad que los hombres (Roach Anleu y Mack, 2009, 2013). El cuadro a continuación da una comparación completa de las actitudes de los jueces a través de diferentes tipos de tribunales y de ambos sexos refleja un cuadro general en el que las mujeres están menos satisfechas que los hombres, y los magistrados menos satisfechos que los jueces.



**CUADRO III - Nivel de satisfacción total<sup>6</sup>**

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>).

En la encuesta una jueza comenta:

Muchos aspectos son muy satisfactorios, pero la cantidad de trabajo no es controlada, y, si uno es muy consciente, la vida se te distorsiona. Hay poca flexibilidad (ejemplo: permiso para no presentarse a trabajar sin cobrar para atender la familia en caso de enfermedad, otras necesidades etc.). El volumen de trabajo pesado e inflexible es la única razón de mi insatisfacción, pero es una razón muy seria.

---

<sup>6</sup> Esta gráfica fue obtenida otorgando valores numéricos a las respuestas sobre la categoría del nivel de satisfacción y promediando la suma de estas respuestas para todos los aspectos de trabajo listados en la pregunta de satisfacción de trabajo. Las categorías relacionadas con la respuesta de satisfacción y sus valores fueron las siguientes: Muy satisfecho = 10, Satisfecho = 5, Neutral = 0, Insatisfecho = -5, Muy insatisfecho = -10. Por ejemplo, tomando el aspecto de trabajo 'horario', si tres entrevistados estaban muy satisfechos y un entrevistado estaba insatisfecho, éste daría un valor de 6.25 para 'horario' [10+10+10-5]/4= 6.25]. Si dos entrevistados estaban muy satisfechos y dos entrevistados estaban insatisfechos, esto daría un valor de 2.5 [(10+10-5-5)/4=2.5] etc. Esto proporciona una medida relativa de satisfacción por cada aspecto del trabajo. También facilita las comparaciones concisas de género y tipo de tribunal. Los resultados de cada aspecto de trabajo han sido combinados para poder dar una medida completa de satisfacción. Sin embargo, es importante notar que otorgar valores de esta manera puede enmascarar otros resultados. Por ejemplo, si 100 entrevistados tiene el convencimiento de estar muy satisfechos y 100 están muy insatisfechos, esto daría un valor de 0. Porque casi todas las facetas del trabajo fueron calificadas positivamente, más valores pequeños positivos pueden indicar satisfacción relativa en comparación a más respuestas positivas (también vea a Hull y Harter, 2005: 260).

Las dos áreas donde las mujeres indican menor satisfacción que los hombres se relacionan con las horas de trabajo y la compatibilización del trabajo con las responsabilidades familiares (también ver Duarte *et al.*, 2014). Aunque un número grande de mujeres están satisfechas con estos aspectos de su trabajo, se trata de proporciones pequeñas cuando se las compara con las de sus colegas hombres (Roach Anleu y Mack, 2009, 2013).

La mitad de hombres y mujeres indica que trabajan después de las horas regulares de trabajo en la oficina (quiere decir que trabajan más allá de Lunes a Viernes entre las 9-5) todos los días y un otro cuarto de ellos indica que hace lo mismo algunos días en la semana, y no se observan diferencias de género en relación a estas respuestas. Una jueza vincula este patrón de trabajo específicamente a las normas de género:

Los tribunales continúan operando bajo un régimen de trabajo masculino. Esta situación contribuye a mantener arreglos de trabajo inflexibles. También esta situación crea un ambiente en el cual los jueces que procuran cambiar estos arreglos para ganar tiempo y así poder escribir fallos y sentencias (para evitar trabajar en la noche, o en el fin de semana, o cuando están de vacaciones) son vistos como jueces sin capacidad y inefficientes. Esto, y además el requerimiento de que un juez solicite no estar de turno y así poder atender importantes funciones judiciales tales como redactar fallos y sentencias durante el horario normal de trabajo en el juzgado, es como esta norma/requerimiento de trabajo fuerza a muchos jueces a trabajar horas extraordinarias + adoptar un régimen de trabajo no muy sano.

Hay diferencias notables entre varones y mujeres en cuanto al grado de satisfacción respecto del horario de trabajo como un aspecto del trabajo cotidiano. En el total, una menor proporción de mujeres reporta satisfacción si se la compara con los colegas hombres y una mayor proporción de ellas reporta un alto nivel de insatisfacción respecto del horario de trabajo cotidiano, con un 79% de los hombres indicando que están satisfechos, incluso algunos muy satisfechos con el horario de trabajo, mientras que sólo un 65% de las mujeres se encontraría en la misma categoría.

**TABLA III - Satisfacción/insatisfacción con el horario de trabajo cotidiano**

<b>Horas</b>	<b>Hombres (n = 384)</b>	<b>Mujeres (n = 155)</b>
Muy satisfecho(a)/satisfecho(a)	79%	65%
Muy insatisfecho(a)/insatisfecho(a)	10%	22%

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>).

Un análisis del alcance o la dimensión de la experiencia de las mujeres en relación con la demanda de tiempo de su trabajo cotidiano no puede dejar de considerar los aspectos relativos a las actividades hogareñas y familiares. El conflicto entre trabajo remunerado y los compromisos familiares constituye un gran desafío para las mujeres en muchas ocupaciones, incluyendo las profesiones jurídicas (Pocock *et al.*, 2009).

Hay diferencias entre las mujeres y los hombres en la judicatura australiana en relación a su nivel de satisfacción en el área de la compatibilización entre el trabajo y las responsabilidades familiares.

**TABLA IV - Satisfacción/insatisfacción con la compatibilización del trabajo con las responsabilidades familiares**

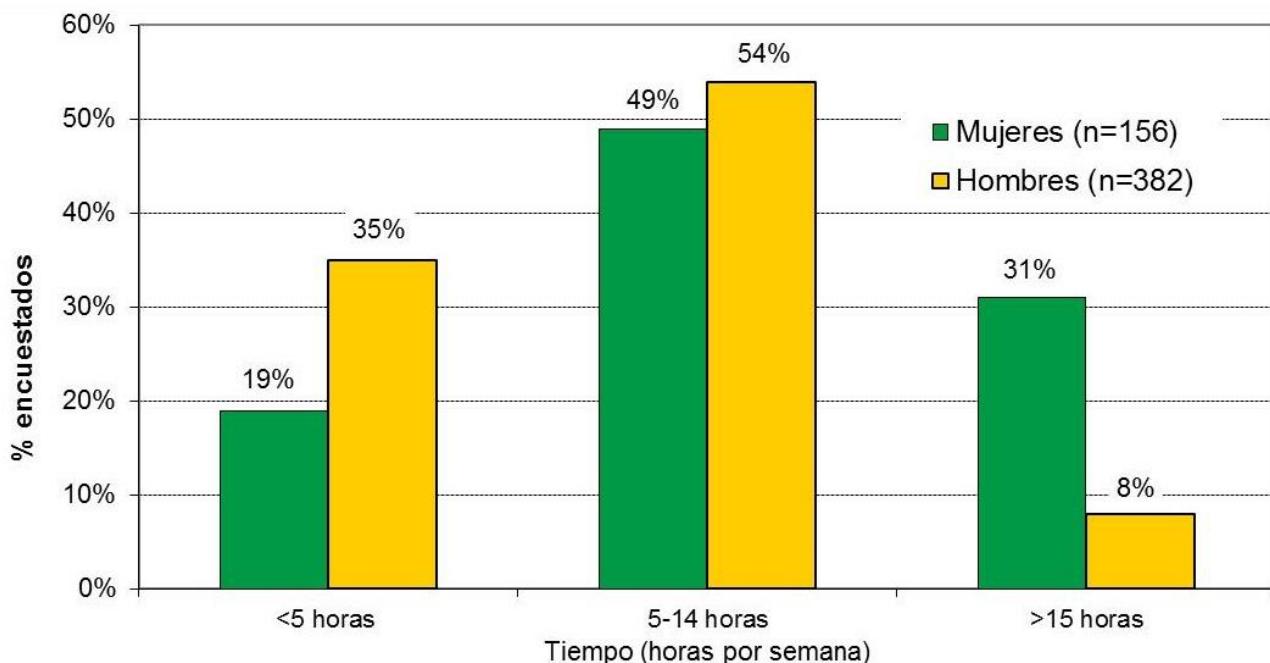
<b>Compatibilización con las responsabilidades familiares</b>	<b>Hombres (n = 381)</b>	<b>Mujeres (n = 148)</b>
Muy satisfecho(a)/satisfecho(a)	79%	64%
Muy insatisfecho(a)/Insatisfecho(a)	7%	20%

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>).

Mientras que esta característica fue importante para la mitad de las mujeres y los hombres encuestados en relación con su decisión de ejercer funciones judiciales, una proporción alta de hombres (79%) expresa satisfacción en el grado de compatibilidad entre su trabajo como magistrado y responsabilidades familiares. En contraste, solamente un poco menos de los dos tercios (64%) de las mujeres están satisfechas. En relación a las actitudes relacionadas con el horario de trabajo, la mayor parte de

mujeres está satisfecha con este aspecto de su trabajo, pero la proporción de mujeres con ese nivel de satisfacción es menor que la de sus colegas hombres.

La encuesta solicitó a los encuestados que estimaran la cantidad de tiempo utilizado semanalmente para el trabajo doméstico durante la semana anterior a la encuesta, proveyendo varios ejemplos de lo que se podría definir como trabajo doméstico. Alrededor de la mitad de los encuestados reportaron dedicar entre cinco y quince horas a la semana en trabajo doméstico. Sin embargo, hay diferencias notables en el tipo de experiencias reportadas por hombres y mujeres (Cuadro IV).



**CUADRO IV - Tiempo dedicado al trabajo doméstico**

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>).

Casi una tercera parte de las mujeres refirió haber dedicado más de 15 horas esa semana al trabajo doméstico. En contraste, menos de uno en diez jueces o magistrados reportó dedicar esa cantidad de horas al trabajo doméstico.

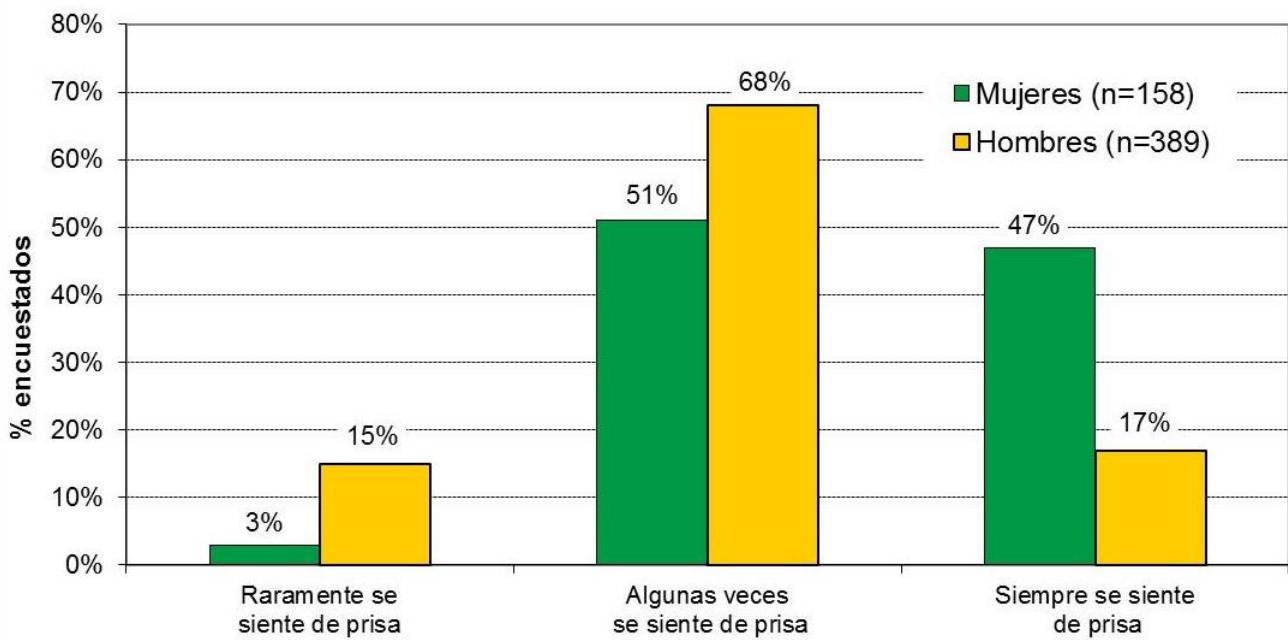
Un poco más de la tercera parte de los hombres dedicó menos de cinco horas en la semana al trabajo doméstico, incluyendo 11 hombres que reportaron no dedicar tiempo alguno al trabajo doméstico la semana previa. En comparación, menos de dos en diez mujeres reportaron dedicar menos de cinco horas a la semana al trabajo doméstico y, solamente una mujer reportó no dedicar tiempo alguno al trabajo doméstico esa semana.

Una respuesta posible a las demandas de tiempo del trabajo remunerado y los compromisos domésticos es emplear servicios remunerados o apoyarse en el soporte familiar. Sin embargo, considerando todas las actividades del hogar preguntadas en la encuesta, menos del 10% de encuestados indicó que este tipo de trabajo fuera realizado por otras personas remuneradas o no remuneradas (personas sin el rango de esposo/a o compañero). Las diferencias de género al respecto son pequeñas: 13% para las mujeres comparado con 9% para los hombres.

Aunque los salarios en la justicia australiana son altos (tres a cuatro veces el salario medio anual), relativamente pocos reportan usar servicios privados remunerados. Solamente tres en cada diez mujeres en la judicatura reporta actividades de limpieza y mantenimiento del hogar primordialmente realizado por una tercera persona remunerada. Otras tareas, como la planificación alimenticia y su preparación, o el cuidado de los niños o otros dependientes familiares (cuando aplicable), virtualmente nunca es realizado por personal remunerado. Para los jueces y magistrados hombres, el mantenimiento del hogar es hecho por sí mismos o por personal remunerado, mientras que planificación alimenticia la, limpieza y el trabajo de cuidado (cuando aplicable) es realizado por sus esposas o, a veces, esta actividad es compartida entre ellos. Una proporción mucho mayor de mujeres en la justicia reporta realizar ellas mismas tareas en relación a comida, limpieza, o de cuidando de otros, algunas veces compartiendo estas actividades con el esposo o compañero. En contraste con las esposas de los colegas hombres, muy raramente los esposos son directamente responsables de este tipo de tareas o actividades.

Otro aspecto relacionado con las demandas de tiempo del trabajo y de otros compromisos es el hecho de sentirse muy presionados. La encuesta preguntó a los encuestados: "Como se sentían en general en relación a su tiempo - si dirían que siempre están apurados para hacer las cosas, siempre, solamente algunas veces, o raramente?".

Aunque casi todos los funcionarios judiciales, hombres y mujeres, reportan como mínimo sentirse apurados, se observan diferencias de género substanciales (Cuadro V). Mientras que dos de cada diez hombres (17%) dicen que siempre se sienten apurados, casi la mitad de mujeres (47%) reporta que siempre se sienten apuradas. Solamente cuatro mujeres (2,5%) reportan estar apuradas muy raramente, comparado con 59 (15%) de sus colegas hombres. Más de dos terceras partes de los hombres solamente algunas veces se sienten apurados, comparado con la mitad de mujeres (51%).



**CUADRO V - Sensación de estar apurado**

Origen: Encuesta Nacional de Jueces Australianos 2007 y Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 (<http://www.flinders.edu.au/law/judicialresearch/>).

En resumen, mientras que las mujeres en la judicatura australiana reportan dedicarle la misma cantidad de tiempo al trabajo fuera de horas de oficina, ellas utilizan mucho más tiempo en las tareas domésticas. Mientras que casi dos terceras partes de mujeres en la judicatura están satisfechas con el horario de trabajo cotidiano y el nivel de compatibilidad con responsabilidades familiares, esta proporción es más pequeña que la de sus colegas hombres, y una proporción más alta de mujeres reporta sentirse apurada.

Un juez comenta:

Como se ha señalado, hoy en día mi trabajo es más compatible con mis responsabilidades familiares y mucho menos presionado que antes - las horas de trabajo son largas, pero el estrés y la presión no existen, y considero que el salario y beneficios de pensión son muy buenos en comparación a la norma de salarios que se remunera en la comunidad.

Una jueza que no considera su posición en la judicatura suficientemente flexible como para poder balancear trabajo y obligaciones de familia comenta:

El balance entre trabajo/vida está seriamente desequilibrado en comparación con expectaciones razonables. Tiene impacto negativo en el modo de vida de la familia.

## CONCLUSIÓN

Mientras que los datos obtenidos en la encuesta no pueden desentrañar todos los factores de conexión entre el género y la tarea de juzgar, éstos contribuyen a comprender el tipo de experiencia de las mujeres y los hombres que ejercen como jueces. "La presencia de las mujeres expone claramente el carácter genérico de la esfera y de las relaciones de trabajo y las sujetas... un escrutinio mayor" (Wells, 2003: 239). Entender más la actividad de adjudicar como una ocupación y la justicia como un lugar de trabajo de mujeres y hombres trae a la luz importantes similitudes y diferencias.

Una jueza resume su experiencia en su carrera judicial profesional de la siguiente manera:

Ha sido y continua siendo una carrera maravillosa pero me gustaría tener más tiempo libre y un mayor equilibrio - no lo quisiéramos todos nosotros!!! Es muy estimulante intelectualmente y uno tiene la sensación de contribuir a la comunidad. Es mucho más duro cuando hay que tomar decisiones no muy populares que son atacadas públicamente. Los jueces con quien trabajo actualmente son un grupo de mujeres y hombres simpáticos; pero esta situación puede cambiar: si uno no se lleva bien con sus colegas, el lugar de trabajo puede tornarse poco feliz.

Talvez, el hallazgo más importante de la encuesta sea la naturaleza y alcance de las semejanzas entre mujeres y hombres en la judicatura australiana. Si bien las mujeres todavía son una minoría distinta y visible dentro de la judicatura, las mujeres y los hombres todavía comparten actitudes similares en varias de las dimensiones consideradas. Las mujeres se convierten en jueces casi por las mismas razones que los colegas hombres. Hombres y mujeres reportan altos niveles de satisfacción con respecto de casi todos los aspectos de su trabajo. Sus experiencias en relación a las demandas del trabajo son ligeramente diferentes.

Indudablemente, la diferencia de género más notable en la judicatura de muchas naciones es precisamente de tipo numérico: A pesar de los incrementos ocurridos recientemente, las mujeres continúan substancialmente subrepresentadas en la judicatura, especialmente en las cortes supremas. Mientras que la judicatura continúe

siendo una ocupación dominada por hombres (numéricamente y culturalmente), políticas o prácticas aparentemente neutrales en términos de género, como la expectativa de trabajar después del horario de trabajo, pueden traer dificultades para los operadores de justicia, principalmente para las mujeres con compromisos familiares, estas consecuencias se ven en los niveles de satisfacción con el trabajo que son comparativamente más bajos.

La diferencia más obvia respecto de las actitudes o experiencias entre mujeres y hombres en la judicatura australiana son sus obligaciones domésticas. Las mujeres le dedican mucho más tiempo en ese tipo de actividad y el tipo de trabajo que realizan en el hogar es diferente. La investigación muestra las magistradas y juezas reportando sufrir más presiones de tiempo que sus colegas hombres. Las diferencias relativamente leves en sus actitudes hacia el trabajo – menor satisfacción en general con el trabajo – puede ser que no se basen únicamente en sus experiencias de trabajo sino que además pueden reflejar los contextos a nivel personal y social donde hacen su labor judicial que son basados en el género. Estos resultados van a resonar en muchas mujeres dentro de las profesiones jurídicas y en la sociedad en general.

## APPENDIX

### EL DISEÑO DE INVESTIGACIÓN

Los datos que se discuten en este artículo de publicación se basan en los resultados de la Encuesta Nacional de Jueces y de la Encuesta Nacional de Magistrados Australianos, la encuesta fue conducida en 2007. Las dos encuestas fueron esencialmente idénticas, pero conducidas separadamente con la intención de mantener claridad de terminología y de reconocer algunas diferencias en el tipo de trabajo; por ejemplo, preguntas acerca de los jurados para los jueces, que no se aplican a los magistrados. Las encuestas fueron realizadas usando cuestionarios de vuelta por correo. La participación fue completamente voluntaria. Debido a la preocupación muy fuerte de la judicatura sobre la confidencialidad de los datos no se usó seguimiento o identificación en las encuestas, por lo que la identidad de los que retornaron o no retornaron las encuestas no se conoce. Todas las encuestas realizadas son anónimas.

La Encuesta Nacional de Jueces Australianos se envió a todos los 566 jueces en toda Australia en marzo 2007. La encuesta fue impresa en un folleto con una cubierta de color azul muy brillante para distinguirla de la encuesta de los magistrados. Respuestas se recibieron hasta junio 2007; 309 encuestas fueron retornadas, dando

una tasa de respuesta nacional de 54,5%. Los jueces que respondieron son representativos de los jueces en su conjunto, en términos de sexo, tiempo en el banquillo y tipo/nivel de corte parecen ser representativos de edad, aunque edad no se puede calcular totalmente, porque fecha base de datos de nacimiento para la judicatura en su totalidad no está disponible.

La Encuesta Nacional de Magistrados Australianos 2007 fue enviada a todos los 457 magistrados en toda Australia a finales de mayo 2007. La encuesta fue impreso en un folleto con una cubierta de color naranja fuerte para distinguirla de la encuesta previa de magistrados en 2002 y de la encuesta de jueces. 242 encuestas se recibieron dando una taza de respuesta de 52,9%. Los magistrados que respondieron son representativos de la judicatura en su conjunto, en género, edad y tiempo en el banquillo. Hay alguna variación en términos de jurisdicción, con una representación un poco más grande de magistrados de New South Wales, cuando comparado con magistrados de otras jurisdicciones.

La encuesta incluyó varias preguntas abiertas lo cual dio a los encuestados la oportunidad de comentar en manera general acerca de su carrera jurídica o acerca de otros tópicos mencionados en la encuesta. Las citas en este artículo de publicación se dan a pie de la letra, como fueron escritas en el folleto de la encuesta, aunque cualquier información que pudiera identificar al encuestado ha sido eliminada. Cada encuesta incluyó preguntas relativas a la posición actual de los jueces y los magistrados, fondo carrera y de educación, trabajo todos los días y otras actividades, satisfacción en el trabajo y la información demográfica, como la fecha de nacimiento.

#### **SHARYN ROACH ANLEU**

School of Social and Policy Studies, Flinders University, GPO Box 2100, Adelaide SA 5001, Australia

Contacto: [judicial.research@flinders.edu.au](mailto:judicial.research@flinders.edu.au)

#### **KATHY MACK**

School of Law, Flinders University, GPO Box 2100, Adelaide SA 5001, Australia

Contacto: [judicial.research@flinders.edu.au](mailto:judicial.research@flinders.edu.au)

Recibido: 13.01.2014

Aceptación comunicada: 02.09.2015

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Australasian Institute of Judicial Administration (2015), "Gender Statistics: Judges and Magistrates". Consultado el 11.08.2015, en <http://www.aija.org.au/online/JudgesMagistrates.pdf>.
- Baines, Beverley (2013), "Must Feminist Judges Self-Identify as Feminists?", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 379-398.
- Bazelon, Emily (2009), "The Place of Women on the Court", *The New York Times*, 12.07.2009, Consultato el 11.08.2015, en [http://www.nytimes.com/2009/07/12/magazine/12ginsburg-t.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2009/07/12/magazine/12ginsburg-t.html?_r=0).
- Bogoch, Bryna (2003), "Lawyers in the Courtroom: Gender, Trials and Professional Performance in Israel", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 247-270.
- Boigeol, Anne (2003), "Male Strategies in the Face of the Feminisation of a Profession: The Case of the French Judiciary", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 401-418.
- Boigeol, Anne (2013), "Feminisation of the French 'Magistrature': Gender and Judging in a Feminised Context", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*, Oxford/Portland: Hart Publishing, 125-144.
- Brockman, Joan (2001), *Gender in the Legal Profession: Fitting or Breaking the Mould*. Vancouver: UBC Press.
- Bustamante, Tirza Rivera (comp.) (1991a), *Las juezas en Centro América y Panamá. Un enfoque ampliado con los casos de Chile y Estados Unidos*. San José: CAJ.
- Bustamante, Tirza Rivera (1991b), "Las juezas en Centro América y Panamá: Algunas consideraciones para su estudio", in Tirza Rivera Bustamante (comp.), *Las juezas en Centro América y Panamá. Un enfoque ampliado con los casos de Chile y Estados Unidos*. San José: CAJ, 61-77.
- Cardinal, Monique C. (2013), "The Impact of Women on the Administration of Justice in Syria and the Judicial Selection Process", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*, Oxford/Portland: Hart Publishing, 191-210.
- Chiu, Charlotte (1998), "Do Professional Women Have Lower Job Satisfaction Than Professional Men? Lawyers as a Case Study", *Sex Roles*, 38, 521-537.
- Chiu, Charlotte; Leicht, Kevin (1999), "When Does Feminization Increase Equality? The Case of Lawyers", *Law & Society Review*, 33, 557-593.
- Choc, Olga Esperanza (1991), "La mujer guatemalteca: Su participación en los procesos de toma de decisión, su situación y desempeño como jueza", in Tirza Rivera Bustamante (comp.), *Las Juezas en Centro América Y Panamá. Un enfoque ampliado con los casos de Chile y Estados Unidos*. San José: CAJ, 181-188.
- Cooney, Sean (1993), "Gender and Judicial Selection: Should There Be More Women on the Courts?", *Melbourne University Law Review*, 19, 20-44.

- Crosby, Faye (1982), *Relative Deprivation and Working Women*. New York: Oxford University Press.
- Darbyshire, Penny (2006), "Cameos from the World of District Judges", *Journal of Criminal Law*, 70, 443-57.
- Darbyshire, Penny (2011), *Sitting in Judgment: The Working Lives of Judges*. Oxford/Portland: Hart Publishing.
- Davis, Rachel; Williams, George (2003a), "A Century of Appointments but only One Woman: Gender and the Bench of the High Court of Australia", *Alternative Law Journal*, 28, 54-58.
- Davis, Rachel; Williams, George (2003b), "Reform of the Judicial Appointments Process: Gender and the Bench of the High Court of Australia", *Melbourne University Law Review*, 27, 819-63.
- De Groot-Van Leeuwen, Leny E. (2003), "Women in the Dutch Legal Profession", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 341-351.
- Dinovitzer, Ronit; Garth, Bryant G.; Sander, Richard; Sterling, Joyce; Wilder, Gita Z. (2004), *After the JD: First Results of a National Study of Legal Careers*. A Joint Project of the NALP Foundation for Law Career Research and Education and the American Bar Foundation.
- Duarte, Madalena; Fernando, Paula; Gomes, Conceição; Oliveira, Ana (2014), "The Feminization of the Judiciary in Portugal: Dilemmas and Paradoxes", *Utrecht Law Review* 10, 29-43.
- Epstein, Cynthia Fuchs (1993), *Women in Law*. Champaign: University of Illinois Press.
- Evans, Simon; Williams, John (2008), "Appointing Australian Judges: A New Model", *Sydney Law Review*, 30, 295-327.
- Feenan, Dermot (2005), *Applications by Women for Silk and Judicial Office in Northern Ireland*. Commissioner for Judicial Appointments for Northern Ireland.
- Feenan, Dermot (2007), "Understanding Disadvantage Partly through an Epistemology of Ignorance", *Social & Legal Studies*, 16, 509-31.
- Feenan, Dermot (2008), "Women Judges: Gendering Judging, Justifying Diversity", *Journal of Law and Society*, 35, 490-519.
- Firebaugh, Glenn; Harley, Brian (1995), "Trends in Job Satisfaction in the United States by Race, Gender and Type of Occupation", *Research in the Sociology of Work*, 5, 87-104.
- Fuszara, Małgorzata (2003), "Women Lawyers in Poland under the Impact of Post-1989 Transformation", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 371-386.
- Gastron, Andrea (1991), *Situacion actual de la mujer en el poder judicial srgentino*. Buenos Aires: 1er. Premio Coca-Cola en las Artes y las Ciencias.
- Gastron, Andrea L.; Amante, M. Angela; Rodriguez, Rubén (2013), "Gender Arguments and Gender Perspective in Legal Judgments in Argentina", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 303-316.

- Gaudron, Mary (1997), "Speech to Launch 'Australian Women Lawyers'", 19.09.1997. Melbourne, Australia. Disponible en [http://www.hcourt.gov.au/assets/publications/speeches/former-justices/gaudronj/gaudronj\\_wlasp.htm](http://www.hcourt.gov.au/assets/publications/speeches/former-justices/gaudronj/gaudronj_wlasp.htm).
- Genn, Hazel (2008), *The Attractiveness of Senior Judicial Appointment to Highly Qualified Practitioners: Report to the Judicial Executive Board*. London: Directorate of Judicial Offices for England and Wales.
- Graycar, Reg (2013), "A Feminist Adjudication Process: Is There Such a Thing?", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*, Oxford/Portland: Hart Publishing, 435-457.
- Hagan, John; Kay, Fiona (1995), *Gender in Practice: A Study of Lawyers' Lives*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Hagan, John; Kay, Fiona (2007), "Even Lawyers Get the Blues: Gender, Depression and Job Satisfaction in Legal Practice", *Law and Society Review*, 41, 51-78.
- Hodson, Randy (1989), "Gender Differences in Job Satisfaction: Why Aren't Women More Dissatisfied?", *The Sociological Quarterly*, 30, 385-399.
- Hull, Kathleen E. (1999), "The Paradox of the Contented Female Lawyer", *Law and Society Review*, 33, 687-702.
- Hull, Kathleen E.; Harter, Ava A. (2005), "A Satisfying Profession?", in John P. Heinz; Robert L. Nelson; Rebecca L. Sandefur; Edward O. Laumann (comps.), *Urban Lawyers: The New Social Structure of the Bar*. Chicago/London: University of Chicago Press, 256-274.
- Hunter, Rosemary (2003), "Women in the Legal Profession: An Australian Profile", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 87-102.
- Hunter, Rosemary (2008), "Can Feminist Judges Make a Difference?", *International Journal of the Legal Profession*, 15, 7-36.
- Hunter, Rosemary (2013), "Justice Marcia Neave: Case Study of a Feminist Judge", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*, Oxford/Portland: Hart Publishing, 399-418.
- Hunter, Rosemary; McGlynn, Claire; Rackley, Erica (comps.) (2010), *Feminist Judgments: From Theory to Practice*. Oxford: Hart Publishing.
- Hurwitz, Mark; Lanier, Drew Noble (2008), "Diversity in State and Federal Appellate Courts: Change and Continuity across 20 Years", *Justice System Journal*, 29, 47-70.
- Junqueira, Elaine Botelho (2003), "Women in the Judiciary: A Perspective from Brazil", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 437-450.
- Kamau, Winifred (2013), "Women Judges and Magistrates in Kenya: Challenges, Opportunities and Contributions", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 167-190.

- Katvan, Eyal (2013), "The Entry and Integration of Women into Judicial Positions in Israel", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 83-102.
- Kenney, Sally J. (2004), "Equal Employment Opportunity and Representation: Extending the Frame to Courts", *Social Politics*, 11, 86-116.
- Kenney, Sally J. (2013), *Gender and Justice: Why Women in the Judiciary Really Matter*. New York and Oxon: Routledge.
- Kohen, Beatriz (2008), *El género En la Justicia de Familia. Miradas y protagonistas*. Argentina: Ad Hoc.
- Kohen, Beatriz (2013), "What's in a Label? Argentine Judges' Reluctance to Call Themselves Feminists", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*, Oxford/Portland: Hart Publishing, 419-434.
- Laster, Kathy; Douglas, Roger (1995), "Feminized Justice: The Impact of Women Decision Makers in the Lower Courts in Australia", *Justice Quarterly*, 12, 177-205.
- Law Institute of Victoria (2000a), "Community Focus for New Magistrates", *Law Institute Journal*, 74, 26-28.
- Law Institute of Victoria (2000b), "Public Faces of Justice", *Law Institute Journal*, 74, 13-16.
- Leiper, Jean McKenzie (2006), *Bar Codes: Women in the Legal Profession*. Vancouver and Toronto: UBC Press.
- Lempert, Richard O.; Chambers, David L.; Adams, Terry K. (2000), "Michigan's Minority Graduates in Practice: The River Runs through Law School", *Law & Social Inquiry*, 25, 395-505.
- Lithwick, Dahlia (2009), "Once More, without Feeling", *Slate*, 11.05.2009. Disponible en [http://www.slate.com/articles/news\\_and\\_politics/jurisprudence/2009/05/once\\_more\\_without\\_feeling.html](http://www.slate.com/articles/news_and_politics/jurisprudence/2009/05/once_more_without_feeling.html).
- Lorber, Judith (1984), *Women Physicians: Careers, Status and Power*. New York: Tavistock Publications.
- Mack, Kathy; Roach Anleu, Sharyn (2008), "The National Survey of Australian Judges: An Overview of Findings", *Journal of Judicial Administration*, 18, 5-21.
- Mack, Kathy; Roach Anleu, Sharyn (2010), "Women in the Australian Judiciary", in Patricia Easteal (comp.), *Women and the Law in Australia*. Chatswood: LexisNexis.
- Mack, Kathy; Roach Anleu, Sharyn (2012), "Entering the Australian Judiciary: Gender and Court Hierarchy", *Law & Policy*, 34, 313-47.
- Malleson, Kate (2003a), "Justifying Gender Equality on the Bench: Why Difference Won't Do", *Feminist Legal Studies*, 11, 1-24.
- Malleson, Kate (2003b), "Prospects for Parity: The Position of Women in the Judiciary in England and Wales", in Ulrike Shultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the Worlds Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 175-190.
- Malleson, Kate (2006), "Rethinking the Merit Principle in Merit Selection", *Journal of Law and Society*, 33, 126-40.

- Malleson, Kate (2013), "Gender Quotas for the Judiciary in England and Wales", *in* Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 461-500.
- Martin, Bill; Pixley, Jocelyn (2005), "How Do Australians Feel About Their Work?", *in* Shaun Wilson; Gabrielle Meagher; Rachel Gibson; David Denemark; Mark Western (comps.), *Australian Social Attitudes: The First Report*. Sydney: UNSW Press.
- Martin, Elaine (2013), "Profiles in Leadership: Eminent Women Judges in the United States", *in* Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 69-82.
- McGlynn, Clare (2003), "The Status of Women Lawyers in the United Kingdom", *in* Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 139-156.
- Menkel-Meadow, Carrie (1995), "Feminization of the Legal Profession: The Comparative Sociology of Women Lawyers", *in* Richard L. Abel; Philip S. C. Lewis (comps.), *Lawyers in Society: An Overview*. Berkeley: University of California Press, 221-279.
- Messick, Richard E. (1999), "Judicial Reform and Economic Development: A Survey of the Issues", *The World Bank Research Observer*, 14, 117-36.
- Michelson, Ethan (2009), "Gender Inequality in the Chinese Legal Profession", *in* Lisa A. Keister (comp.), *Work and Organizations in China after Thirty Years of Transition*. Bingley, UK: Emerald Group Publishing, 337-375.
- Moss Kanter, Rosabeth (1977), *Men and Women of the Corporation*. New York: Basic Books.
- Mossman, Mary Jane (2013), "Becoming the First Women Judges in Ontario: Women Lawyers, Gender and the Politics of Judicial Appointment", *in* Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 51-68.
- Murray, Georgina (2003), "New Zealand Women Lawyers at the End of the Twentieth Century", *in* Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing , 123-138.
- National Association of Women Judges (2013), "2013 Representation of United States State Court Women Judges". Consultado el 13.12.2013, en [http://www.nawj.org/us\\_state\\_court\\_statistics\\_2013.asp](http://www.nawj.org/us_state_court_statistics_2013.asp).
- Neave, Marcia (1995), "The Gender of Judging", *Psychiatry, Psychology and Law*, 2, 3-23.
- Office of the Commissioner for Federal Judicial Affairs Canada (2013), "Number of Judges on the Bench as of December 1, 2013". Consultado el 13.12.2013, en <http://www.fja-cmf.gc.ca/appointments-nominations/judges-juges-eng.html>.
- Pocock, Barbara; Skinner, Natalie; Ichii, Reina (2009), *Work, Life and Workplace Flexibility: The Australian Work and Life Index 2009*. Adelaide: Centre for Work and Life, University of South Australia.
- Rackley, Erika (2002), "Representations of the (Woman) Judge: Hercules, the Little Mermaid, and the Vain and Naked Emperor", *Legal Studies*, 22, 602-624.

- Rackley, Erika (2006), "Difference in the House of Lords", *Social and Legal Studies*, 15, 163-185.
- Rackley, Erika (2007), "Judicial Diversity, the Woman Judge and Fairy Tale Endings", *Legal Studies*, 27, 74-94.
- Rackley, Erika (2013), *Women, Judging and the Judiciary: From Difference to Diversity*. Oxon/New York: Routledge.
- Remiche, Adélaïde (2015), "When Judging is Power", *Journal of Law and Courts*, 3, 95-114.
- Resnik, Judith (1988), "On the Bias: Feminist Reconsiderations of the Aspirations for Our Judges", *Southern California Law Review*, 61, 1877-1944.
- Roach Anleu, Sharyn (2013), "Mulheres nas profissões jurídicas: Teoria, pesquisa e prática", *Panóptica*, 8, 97-121. Traducción de Julya Paschoal Ferraz y revisión de Fernanda Ferrari. Traducción de Roach Anleu, Sharyn (1992), "Women in Law: Theory, Research and Practice", *Australian and New Zealand Journal of Sociology*, 28, 391-410.
- Roach Anleu, Sharyn; Mack, Kathy (2005), "Judicial Appointment and the Skills for Judicial Office", *Journal of Judicial Administration*, 15, 37-53.
- Roach Anleu, Sharyn; Mack, Kathy (2007), "Magistrates, Magistrates Courts and Social Change", *Law & Policy*, 29, 183-209.
- Roach Anleu, Sharyn; Mack, Kathy (2009), "Gender, Judging and Job Satisfaction", *Feminist Legal Studies*, 17, 79-99.
- Roach Anleu, Sharyn; Mack, Kathy (2013), "Job Satisfaction in the Judiciary", *Work, Employment & Society*, 28(5), 683-701.
- Rock, Paul (1998), "Rules, Boundaries and the Courts: Some Problems in the Neo-Durkheim Sociology of Deviance", *British Journal of Sociology*, 49, 586-601.
- Rose, Michael (2003), "Good Deal, Bad Deal? Job Satisfaction in Occupations", *Work, Employment and Society*, 17, 503-527.
- Russell, Peter H. (2010), "Judicial Recruitment, Training, and Careers", in Peter Cane; Herbert M. Kritzer (comps.), *Empirical Legal Research*. Oxford: Oxford University Press, 522-544.
- Ryan, John Paul; Ashman, Allan; Sales, Bruce D.; Shane-DuBow, Sandra (1980), *American Trial Judges: Their Work Styles and Performance*. New York: Free Press.
- Sackville, Ronald (2005), "Judicial Appointments: A Discussion Paper", *Journal of Judicial Administration*, 14, 117-143.
- Schultz, Ulrike (2003a), "Introduction: Women in the World's Legal Professions: Overview and Synthesis", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, xxv-lxii.
- Schultz, Ulrike (2003b), "The Status of Women Lawyers in Germany", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 271-293.
- Schultz, Ulrike (2013), "'I Was Noticed and I Was Asked ...' Women's Careers in the Judiciary. Results of an Empirical Study for the Ministry of Justice in Northrhine-Westfalia,

- Germany", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 146-166.
- Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (comps.) (2003), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford/Portland Oregon: Hart Publishing.
- Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (comps.) (2013), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing.
- Smith, Michael David (1983), *Race versus Robe: The Dilemma of Black Judges*. New York: National University Publications.
- Sommerlad, Hilary (2002), "Women Solicitors in a Fractured Profession: Intersections of Gender and Professionalism in England and Wales", *International Journal of the Legal Profession*, 9, 213-234.
- Sommerlad, Hilary (2013), "Let History Judge? Gender, Race, Class and Performative Identity: A Study of Women Judges in England and Wales", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Gender and Judging*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 355-375.
- Sommerlad, Hilary; Sanderson, Peter (1998), *Gender, Choice and Commitment: Women Solicitors in England and Wales and the Struggle for Equal Status*. Hampshire: Dartmouth Publishing Company.
- Szto, Mary (2008), "Gender and the Chinese Legal Profession in Historical Perspective: From Heaven and Earth to Rule of Woman?". Unpublished manuscript, Consultado el 13.12.2013, en [http://works.bepress.com/mary\\_szto/1/](http://works.bepress.com/mary_szto/1/).
- Thomas, Cheryl (2015), *2014 UK Judicial Attitude Survey: Report of Findings Covering Salaried Judges in England & Wales Courts and UK Tribunals*. London: UCL Judicial Institute.
- Thornton, Margaret (1996), *Dissonance and Distrust: Women in the Legal Profession*. Melbourne: Oxford University Press.
- Thornton, Margaret (2007), "‘Otherness’ on the Bench: How Merit Is Gendered", *Sydney Law Review*, 29, 391-413.
- Webley, Lisa; Duff, Liz (2007), "Women Solicitors as a Barometer for Problems within the Legal Profession - Time to Put Values before Profits?", *Journal of Law & Society*, 34, 374-402.
- Wells, Celia (2003), "The Remains of the Day: The Women Law Professors Project", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (comps.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 225-245.

## MAGISTRATURA E GÊNERO: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES NAS CÚPULAS DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

**ROBERTO FRAGALE FILHO, RAFAELA SELEM MOREIRA, ANA PAULA DE O. SCIAMMARELLA**

**Resumo:** Este artigo explora a questão da ascensão das mulheres na magistratura brasileira a partir do exame da existência de um possível “telhado de vidro”, que limitaria sua chegada de forma representativa à cúpula do judiciário. O estudo realiza uma análise quantitativa da representatividade feminina nas cúpulas da magistratura brasileira tanto na justiça estadual quanto na justiça federal. Os dados compilados foram analisados por segmento funcional. O texto discute, ainda, as principais questões relacionadas à distribuição de gênero no poder judiciário a partir de levantamento bibliográfico e entrevistas com magistradas de tribunais de justiça do Brasil ocupantes de cargos de direção. As principais questões identificadas foram analisadas quanto à construção da heterogeneidade do corpo institucional pela diversidade de gênero e seu impacto na administração das cortes.

**Palavras-chave:** magistratura, gênero, poder, representatividade, poder judiciário.

## COURTS AND GENDER: AN OVERVIEW OF THE WOMEN ON THE TOP OF BRAZILIAN JUDICIAL SYSTEM

**Abstract:** This study explores the question of the rising of women in the Brazilian Judicial System by testing the hypothesis of the "gender glass ceiling" as a limitation to their actual reaching the top of the judiciary. We perform a quantitative analysis of female representation in the domes of the Brazilian judicial system in two categories: state courts and federal courts. The data collected is analysed by functional segment. The text also addresses key issues related to gender distribution in the judicial system through a literature review and interviews with female magistrates in top positions in Brazilian courts. The main issues identified were analysed from the perspective of the building of gender heterogeneity and its impact on the administration of Brazilian courts.

**Keywords:** courts, gender, power, representation, judicial system.

No tradicional balanço de mais um Dia Internacional da Mulher, a chamada da reportagem não deixava margem à dúvida ao afirmar que, “em pouco tempo, (as)

mulheres estarão na cúpula da Justiça.”<sup>1</sup> Com tal vaticínio, a reportagem nada mais fazia do que extrair as consequências do depoimento de uma procuradora de Justiça de São Paulo para quem tudo isso nada mais seria do que uma “questão de tempo”. O discurso otimista evidencia uma verdadeira descrença na hipótese de um telhado de vidro (Boigeol, 2013), que funcionaria como um limite prático para a progressão das mulheres na magistratura. Esse otimismo é, sem dúvida, tributário do sistema de progressão na carreira, que salvaguarda a antiguidade como mecanismo de acesso às instâncias superiores. A combinação dessa circunstância com as restrições normativas às condições de elegibilidade para as cúpulas judiciais brasileiras, que restringem as candidaturas aos membros mais antigos do correspondente tribunal, parece sinalizar para a correção da hipótese de inevitabilidade. É justamente essa hipótese que procuramos explorar no presente texto, examinando, em um primeiro momento, a distribuição de gênero nas cúpulas judiciais brasileiras. Após examinar a suposta inevitabilidade da chegada feminina às cúpulas sob um viés quantitativo, buscamos compreender, em um segundo momento, o impacto dessa possível feminização das cúpulas, explorando, sobretudo, seu alcance sobre a identidade profissional da magistratura. Não se trata, contudo, de produzir uma análise conclusiva, mas de levantar hipóteses para análise de um fenômeno cada vez mais presente na magistratura brasileira.<sup>2</sup>

Na realidade nacional, o discurso da inevitabilidade do predomínio feminino se impõe e exalta algumas trajetórias pioneiras.<sup>3</sup> Entre outras, são recuperadas histórias pessoais como a de Thereza Grisória Tang, primeira juíza de direito do Brasil, que ingressou na carreira por concurso público em dezembro de 1954 e veio a ocupar a presidência do Tribunal do Estado de Santa Catarina por pouco menos de três meses, entre dezembro de 1989 e março de 1990. Por sua vez, Cnéa Cimini Moreira é lembrada por ter sido a primeira ministra de um tribunal superior do país ao ter sido nomeada para o Tribunal Superior do Trabalho em 1990. De forma semelhante, Ellen Northfillet Gracie e Carmen Lúcia Antunes Rocha são incensadas por sua presença no Supremo Tribunal Federal. Em comum, todas elas parecem apresentar percursos de exceção, cuja tônica consiste em um gigantesco voluntarismo e uma impressionante vontade pessoal de triunfar em uma carreira essencialmente masculina. Suas trajetórias, conquanto

<sup>1</sup> Consultado a 01.02.2014, em <http://www.conjur.com.br/2012-mar-08/aumenta-numero-mulheres-direito-sao-chegam-cupula>.

<sup>2</sup> A magistratura brasileira é composta pelo conjunto de juízes que integram o Poder Judiciário. É organizada pelos dispositivos constitucionais que definem a estrutura do judiciário brasileiro e ainda pela Lei Complementar n.º 35 (Lei Orgânica da Magistratura), de 14 de março de 1979, que estrutura sua carreira. Diferentemente de Portugal, ela não engloba os membros do Ministério Público.

<sup>3</sup> Consultado a 01.02.2014, em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-judiciario-de-saia-ou-melhor-de-calca>.

carreadas de forte simbolismo, parecem não mais serem representativas de um judiciário em transformação, em que as mulheres batem fortemente às suas portas e começam a alcançar suas cúpulas, consoante exploramos a seguir.

## 1. NOTA METODOLÓGICA

Para os objetivos deste trabalho, que parte da aplicação da hipótese suscitada por Boigeol – no contexto francês – à magistratura brasileira, realizamos inicialmente a revisão bibliográfica internacional e nacional que dialoga profissionalismo e gênero. Em seguida, reunimos dados do censo do poder judiciário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2014, sobre a distribuição por sexo da magistratura brasileira. A partir daí, realizamos um levantamento de dados primários, cujo foco foi a cúpula do poder judiciário. Esta última coleta reuniu o quantitativo de mulheres nas cúpulas do poder judiciário no Brasil em âmbito federal e estadual ao longo dos dois últimos biênios. A investigação teve como foco a distribuição de gênero na cúpula diretora eleita: presidente, vice-presidente e corregedor, os três cargos mais elevados de poder político nos tribunais brasileiros. Isto significa uma amostra de 180 cargos de comando no primeiro biênio e 180 no segundo biênio, perfazendo um total de 360 cargos em exercício. A pesquisa foi realizada através de consulta às páginas eletrônicas dos Tribunais de Justiça Estaduais, dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)<sup>4</sup> e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs).<sup>5</sup> No âmbito da Justiça Estadual, cada estado da federação possui um tribunal estadual com administração e jurisdição própria. Ao todo, 27 tribunais estaduais e 29 tribunais federais (24 TRTs e cinco TRFs) foram investigados.

Os dados coletados e analisados nos instigaram a aprofundar a análise em uma dimensão qualitativa. Considerando a principal hipótese que pretendíamos enfrentar, nosso enfoque foi entrevistar magistradas que integravam ou haviam integrado cargos de direção de tribunais. Inicialmente, enviamos formulários *on-line* com perguntas abertas e fechadas para presidentas dos tribunais brasileiros analisados neste estudo. O índice de retorno foi fraco, pois recebemos apenas a resposta da presidente do

<sup>4</sup> Há 24 TRTs no país, cada qual com jurisdição correspondente ao Estado de instalação, salvo os TRTs da 2.<sup>a</sup> Região (São Paulo – Capital e Região Metropolitana), 10.<sup>a</sup> Região (Distrito Federal e Tocantins), 11.<sup>a</sup> Região (Amazonas e Roraima), 14.<sup>a</sup> Região (Acre e Rondônia) e 15.<sup>a</sup> Região (São Paulo – Campinas e interior do Estado).

<sup>5</sup> Os cinco TRFs possuem jurisdições extremamente díspares. Entre eles, o tribunal com mais ampla competência territorial é o da 1.<sup>a</sup> Região, que alcança os Estados de Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Por sua vez, os TRFs da 2.<sup>a</sup> e da 3.<sup>a</sup> Regiões possuem competência territorial mais restrita, limitada a dois Estados: Rio de Janeiro e Espírito Santo para a Segunda Região e São Paulo e Mato Grosso do Sul para a Terceira Região. O TRF da Quarta Região compreende os Estados da Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe compõe o TRF da Quinta Região.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Optamos, então, por outra estratégia metodológica: a realização pessoal de entrevistas. Após uma entrevista exploratória com a desembargadora Denise Levy do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, procuramos entrevistar, pessoalmente, mulheres que, em sua trajetória profissional, houvessem ocupado cargos de presidência, vice-presidência, corregedoria das diferentes áreas do poder judiciário. Por razões práticas e orçamentárias, restringimos o recorte geográfico da pesquisa qualitativa ao estado do Rio de Janeiro, local de atuação dos pesquisadores.<sup>6</sup> Nesta primeira etapa, focamos nas presidentes e ex-presidentes de tribunais. A amostra a que chegamos foi de oito magistradas considerando os seguintes ramos da justiça: federal, do trabalho e estadual.<sup>7</sup> Até o momento, foram entrevistadas três<sup>8</sup> das oito presidentes e uma ex-conselheira do CNJ, órgão responsável por definir os planos, metas e programas institucionais do poder judiciário brasileiro. Realizamos entrevistas semiestruturadas, explorando as questões centrais do nosso estudo.<sup>9</sup>

## 2. DA PORTA AO TELHADO: O ESTADO DA ARTE NA LITERATURA

A retrospectiva histórica realizada Boigeol (1996) analisou as dificuldades das mulheres no acesso à magistratura francesa. A pesquisa concluiu que, no período do pós-guerra, o acesso das mulheres à magistratura foi obtido pela sua origem social mais elevada e pela excelente qualificação que as candidatas possuíam. Foi esse capital que permitiu a elas superar a “debilidade de seu sexo”, compensando o que era considerado uma inferioridade (Boigeol, 2005: 24). O acesso das mulheres à magistratura constituía uma ameaça às estruturas profissionais, considerado um atentado ao modelo familiar

<sup>6</sup> A realização de entrevistas com estas magistradas exigiu trabalho de levantamento, investigação de contatos e acesso às mesmas, o que nem sempre é simples. Muitas já estão aposentadas e as que ainda atuam têm agenda bastante indisponível. Por isso, neste aspecto, os resultados aqui apresentados referem-se ao esforço inicial para este aprofundamento qualitativo.

<sup>7</sup> Entre as oito magistradas, presidentes e ex-presidentes de tribunais consideradas em nossa amostra estão três ex-presidentes do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro: Ana Maria Cossermelli (2001-2002), Dóris Castro Neves (2007-2008) e Maria de Lourdes Sallaberry (2011-2012); três ex-presidentes do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região: Julieta Lídia Machado (1993-1994), Tânia de Melo Bastos Heine (1997-1998) e Maria Helena Cisne (2011 – 2012); além da então presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: Leila Mariano (2013-2014) e da atual presidente do TRT-RJ: Maria das Graças Paranhos (2015-2016).

<sup>8</sup> As entrevistas foram realizadas entre fevereiro e março de 2015. Houve bastante dificuldade de localização das magistradas. Em geral, os acessos foram efetivados por meio de amigos em comum entre membros da equipe de pesquisa e estas magistradas.

<sup>9</sup> Foram feitas perguntas sobre: (1) formação (contexto político ao tempo da graduação, proporção mulher/homem na academia, descriminação por ser mulher na academia e formação complementar, por exemplo), (2) carreira profissional tanto na advocacia como na magistratura (apoio familiar na carreira profissional, estágio e ingresso no mercado de trabalho, tratamento de colegas e clientes/jurisdicionados, relação entre vida pessoal e carreira, por exemplo), (3) carreira política na magistratura (a chegada na cúpula, impressões sobre proporções de gênero no comando da justiça, diferença entre homens e mulheres na gestão, relação com os subordinados na perspectiva do gênero, qualidades necessárias ao exercício da presidência, discriminação e o eventual diferencial de uma gestão feminina) e (4) perspectivas de futuro para uma magistratura cada vez mais feminina.

tradicional e aos atributos constitutivos da profissão. A autora concluiu, ainda, que o ingresso das mulheres na magistratura contribuiu para alterar o *status social* da mesma, na medida em que rompeu com o monopólio masculino. A pesquisa apontou que, embora recentemente o acesso e a presença feminina na magistratura já não sejam mais questionados, para aceder às posições hierárquicas superiores as mulheres enfrentam, ainda, uma util prática de discriminação, que impede que elas atinjam com maior preponderância o topo hierárquico da carreira (Boigeol, 2005). Estes achados nos auxiliam na compreensão de muitas das questões atuais que seguem atravessando as trajetórias profissionais das magistradas. Outros estudos internacionais e nacionais, dedicados a identificar o lugar da mulher no mundo do direito e o processo feminização das carreiras jurídicas, apoiam a pesquisa aqui apresentada. As hipóteses levantadas nestas investigações e os aspectos nela identificados foram usados como referência para a análise dos dados coletados no contexto brasileiro, como veremos a seguir.

O estudo comparativo, realizado por Schultz (2003), com foco nos advogados e nas demais profissões jurídicas, ressalta as diferentes culturas jurídicas para justificar algumas diferenças e semelhanças nas características identificadas. A despeito dessas diferenças, a autora encontra alguns achados comuns aos diversos países pesquisados, no que diz respeito ao componente de gênero nas carreiras: as posições/áreas de prestígio das profissões predominantemente assumidas por homens, a ampliação do acesso às carreiras jurídicas proporcionada pela abertura dos sistemas educativos e expansão das carreiras públicas, a dificuldade de acesso de mulheres a cargos superiores preenchidos por designação/nomeação, as diferenças salariais para trabalhos equivalentes quando desempenhados por mulheres, a “penalização” de mulheres em decorrência da responsabilidade familiar. A pesquisa conclui que, embora do ponto de vista legal seja assegurado o igual acesso das mulheres às profissões jurídicas, na prática a igualdade de acesso e progressão por mérito é compartilhada somente entre os homens. Tal como informa notícia que abre este artigo, a autora (*ibidem*) faz prognóstico otimista quanto à superação de barreiras “informais” ou “invisíveis” ao acesso de mulheres a cargos de poder.

Ao analisar o processo de feminização da magistratura portuguesa, Duarte *et al.* (2014) analisam o paradoxo entre o fato de que algumas mulheres individualmente alcançam sucesso nas carreiras da magistratura, embora persistam barreiras de gênero na profissão. Nas carreiras públicas, as diferenças de condições de trabalho entre homens e mulheres seriam menos evidentes em função dos concursos públicos e da igualdade de salários, o que mascara diferenciações na prática. Os profissionais entrevistados (*ibidem*) admitem que exigências profissionais da carreira dificultam a

gestão da vida familiar. É nesse aspecto que as diferenças se evidenciariam com maior clareza.

No Brasil, os estudos de referência sobre as profissões jurídicas realizados por Bonelli (2013), retomam o “profissionalismo” de Freidson (2001) para analisar como o poder profissional, a autonomia, o controle jurisdicional, a definição e o insulamento das carreiras delimitam as diferenças entre a magistratura estadual e federal no estado de São Paulo (Bonelli, 2011). A autora relaciona profissionalismo às barreiras para progressão profissional de juízas. O uso de estratégias de fechamento das profissões jurídicas também é analisado. Este seria uma possível barreira em relação à entrada das mulheres nas carreiras.<sup>10</sup> Em outra análise, a autora (Bonelli, 2010) verifica limites e possibilidades da construção do “ser magistrado” tendo como referência o conceito da diferença nas formas como a carreira é experimentada segundo o gênero e a sexualidade. Na pesquisa, os resultados apontam que o apagamento e a visibilidade do gênero se dão ao apontar o preconceito ou ao essencializar o gênero, “atribuindo às magistradas as marcas do feminino que fragilizam a carreira” (*ibidem*: 5).

### 3. QUANDO AS MULHERES BATEM NA PORTA: OS DADOS QUANTITATIVOS

Os dados do censo educacional de 2012 não deixam margem à dúvida quanto ao predomínio feminino na educação superior. A presença feminina predomina na quantidade de ingressos (54,6%), no número de matrículas (55,5%) e no número de concluintes (59,6%).<sup>11</sup> No curso de direito, ao responderem por 391 272 das 737 271 matrículas, as mulheres são responsáveis por 53% do alunado. Ainda que esse percentual não transforme o curso jurídico em um curso predominantemente feminino,<sup>12</sup> é inequívoco que o curso jurídico vem sofrendo uma mudança bastante pronunciada em seu perfil de gênero. Na verdade, essa mudança já era perceptível desde 1998, quando o número de mulheres concluintes superou o número de concluintes masculinos (Bruschini, 2007b). Naturalmente, essa ampliação da participação feminina nos cursos jurídicos propiciou um incremento de sua participação nas carreiras jurídicas. Na advocacia, elas já representam quase 45% do total de inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).<sup>13</sup> Por sua vez, na magistratura, ainda que os dados

<sup>10</sup> Embora o “discurso” dos magistrados naturalize as desigualdades e afirme que, com o tempo e com a progressão profissional feminina, elas irão desaparecer (Bonelli, 2011).

<sup>11</sup> Consultado a 01.02.2014, em

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=14153&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14153&Itemid=).

<sup>12</sup> No censo de 2003, com uma presença feminina superior a quatro quintos do total das matrículas existentes, os dez cursos predominantemente femininos eram: Serviço Social, Fonoaudiologia, Nutrição, Secretariado, Ciências Domésticas, Serviços de Beleza, Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, e Terapia e Reabilitação. Consultado a 01.02.2014, em

[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo\\_tecnico\\_050105.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo_tecnico_050105.pdf).

<sup>13</sup> Consultado a 22.01.2015, em <http://www.oab.org.br/noticia/16099/na-advocacia-289-mil-mulheres-representam-44-dos-inscritos-na-oab>.

coletados por Sadek (2006) sinalizem para uma participação feminina de 22,4%, elas teriam passado de 22,5% em 1993 para 34% em 2004 (Bruschini, 2007b). O recente censo do poder judiciário, por sua vez, indica que, nas últimas três décadas, embora o número de mulheres que ingressam na carreira tenha aumentado em relação às décadas anteriores, elas não chegam, no quadro geral, à proporção de 40% em relação aos homens (CNJ, 2014). Na maioria dos ramos da justiça – federal, eleitoral, conselhos e tribunais superiores – a média da presença feminina não chega a 30%. Em suma, em termos de igualdade de gênero, a situação geral do sistema judiciário ainda é bastante distinta entre homens e mulheres, tanto no cenário da magistratura em exercício quanto em relação aos ingressantes na carreira, ainda que este último aspecto sugira, por meio de prospecção temporal, em breve, uma equiparação, o que parece ser ratificado à luz da atual presença feminina nas faculdades de direito. O censo do poder judiciário revela ainda que, atualmente, o quadro geral do judiciário no Brasil é composto por apenas 35% de mulheres e que, hoje, o ingresso de mulheres é aproximadamente 25% menor que o de homens.<sup>14</sup> Tudo isso parece indicar que uma mudança de perfil de gênero na magistratura estaria em curso e seria inevitável por conta da pressão da oferta. Em outras palavras, a expansão do ensino jurídico com uma maior presença feminina importaria na expansão do ingresso nas profissões jurídicas e, por via de consequência, no crescimento de sua participação na magistratura.

O Comitê de Monitoramento da aplicação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher expressou, em meados dos anos 2000, suas preocupações

com o fato de que as mulheres ainda estão significativamente sub-representadas em todos os níveis e instâncias de poder de decisão [...] e com a sub-representação de mulheres em posições qualificadas em algumas áreas da vida pública e profissional, tais como no judiciário e nas relações exteriores, particularmente nos mais altos escalões. (Melo, Nastari e Massula, 2005)

Na verdade, o Comitê, ao explicitar sua preocupação com a pouca representatividade de mulheres em espaços de poder e decisão, verbalizava sua preocupação com o fenômeno designado por “masculinização do comando e feminização da subalternidade”, reiteradamente denunciado nos relatórios subsequentes.<sup>15</sup> Isto significa que mesmo em espaços conquistados pelas mulheres, as

<sup>14</sup> No contexto institucional, a maior parte destas mulheres ocupa cargos de juíza substituta (CNJ, 2014).

<sup>15</sup> Consultado a 22.01.2016, em [http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/CEDAW%20VII%20Relatorio%20\\_portugues\\_.pdf/view](http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/CEDAW%20VII%20Relatorio%20_portugues_.pdf/view).

cúpulas de poder permaneceriam ainda dentro da lógica de uma cultura patriarcal, masculina. No judiciário, é assim que ainda é. Na base da carreira seria significativo o número de magistradas, cujo ingresso vem reiteradamente superando o quantitativo masculino, sem que essa alteração de perfil tenha impacto sobre as instâncias superiores e, em especial, os cargos providos por indicação, como, por exemplo, no CNJ (Fragale Filho, 2012). Nesse sentido, examinar o espelho desta realidade e os meandros percorridos pelas magistradas dentro da instituição no trajeto à cúpula do poder é o que nos propomos a ver na próxima seção.

#### 4. QUANDO A INÉRCIA SE TRANSFORMA EM CRITÉRIO

Não obstante a grande incidência de tratamento díspar entre mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro (Boletim Mercado de Trabalho, 2006), no caso específico da magistratura, pela forma de ingresso via concurso público e ascensão interna em poder de mando, de forma alternada, por antiguidade e mérito, estabelecido este último, em tese, sobre bases objetivas, as mulheres estariam mais blindadas quanto às discriminações de gênero.

A magistratura cuida da aplicação e guarda do direito. Independentemente das convicções de foro íntimo, magistrados e magistradas têm a reputação de um tribunal a zelar.<sup>16</sup> No entanto, quando o tema é a representatividade das mulheres no poder, o judiciário ainda é o poder com menores percentuais de representatividade feminina em sua cúpula,<sup>17</sup> como veremos através das tabelas subsequentes.

**TABELA I – Quadro Geral da Cúpula do Judiciário no Brasil**

Categoria	Total de Cargos	Cargos ocupados por mulheres (Biênio I)	Cargos ocupados por mulheres (Biênio II)	Percentual da representação feminina (Biênio I)	Percentual da representação feminina (Biênio II)
Cargos de Direção	180	53	51	29,44%	28,33%
Presidência	56	16	11	28,57%	19,64%
Vice-presidência	67	21	23	31,34%	34,32%
Corregedoria	57	16	17	28,07%	29,82%

Fonte: elaboração dos autores.

<sup>16</sup> Para maior compreensão de como estes discursos são constituídos, reproduzidos, contestados e ressignificados, ver Brah (2006). No que tange a essa relação entre o externo e o foro íntimo nos tribunais, Bonelli elucida a seguinte situação: “Marcadores de diferenças como gênero, sexualidade, raça foram incorporados pelo tribunal, mas como identificações da esfera íntima, a diferença interiorizada como subjetividade. O ‘nós’ exteriorizado é corporificado pela neutralidade do profissionalismo, que invisibiliza as especificidades. Ser magistrado(a) é experimentado como uma existência pública, em uma organização de elite: uma alta posição, que traz recompensas, como poder, autoridade, deferência e autonomia profissional, mas na visão do grupo, requer uma contenção das pulsões, um recato e um autocontrole maiores” (Bonelli, 2010: 277).

<sup>17</sup> Consultado a 22.01.2016, em <http://www.cnj.jus.br/7hqq>.

Dos 180 cargos de direção nos tribunais brasileiros, 53 foram comandados por mulheres no primeiro biênio e 51 no segundo biênio. A ascensão de mulheres à diretoria de tribunais brasileiros tem nestes tempos as proporções mais notáveis de toda a história, ainda que seja um *status* marcado pela subrepresentação e ineditismo. O censo do judiciário indica que a presença feminina no sistema de justiça é de 35,9%. Um cenário bastante compatível com o cenário das cúpulas onde a média de representatividade aproxima-se de 30%.<sup>18</sup>

## 5. ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS DIFERENTES ESFERAS DE JUSTIÇA

Na justiça federal, há quinze cargos de cúpula, cujo detalhamento encontra-se na tabela II:

TABELA II – Quadro Geral da Cúpula do Judiciário na Justiça Federal (TRFs)

Categoria	Total de cargos	Cargos ocupados por mulheres (Biênio I)	Cargos ocupados por mulheres (Biênio II)	Percentual da representação feminina (Biênio I)	Percentual da representação feminina (Biênio II)
Cargos de Direção	15	02	04	13,33%	26,66%
Presidência	05	00	00	00%	00%
Vice-presidência	05	01	02	20%	40%
Corregedoria	05	01	02	20%	40%

Fonte: elaboração pelos autores.

A justiça federal apresenta um número de cargos de cúpula muito pequeno quando comparado a outros ramos da justiça. São ao todo apenas quinze cargos de comando. Neste sentido, qualquer cargo considerado individualmente tem um peso muito grande na conformação dos percentuais finais de representatividade. Isto é o que podemos ver com a comparação dos biênios I e II onde, com a entrada de duas mulheres na cúpula da justiça federal, há um crescimento de representatividade de dez pontos percentuais. Enquanto no atual biênio há uma marca de 26,66% de mulheres na cúpula, no biênio anterior este número era de 13,33%. Se considerarmos que o total de

<sup>18</sup> Na análise das cúpulas foram levantados dados apenas da justiça federal, do trabalho e estadual enquanto que o censo do judiciário (CNJ, 2014) considera um universo mais amplo com dados destes ramos e, ainda, das justiças eleitoral, estadual militar e conselhos e tribunais superiores. A média da representatividade feminina no judiciário, considerando apenas os três ramos ora analisados quanto às cúpulas, é de 35,9%, igual à média geral, considerando todos os ramos da justiça.

mulheres na justiça federal é o correspondente a 26,2%, a atual representatividade feminina na cúpula parece coerente com o contexto institucional.

**TABELA III – Quadro Geral da Cúpula do Judiciário na Justiça do Trabalho (TRTs)**

Categoria	Total de cargos	Cargos ocupados por mulheres (Biênio I)	Cargos ocupados por mulheres (Biênio II)	Percentual da representação feminina (Biênio I)	Percentual da representação feminina (Biênio II)
Cargos de Direção	76	35	27	46,05%	35,52%
Presidência	24	09	07	37,5%	29,16%
Vice-Presidência	26	14	11	53,84%	42,30%
Corregedoria	26	12	09	46,15%	34,61%

Fonte: elaboração dos autores.

Em um cenário diferente do apresentado na Tabela II acima, a justiça do trabalho apresentada na Tabela III permite um estudo de representatividade em uma amostra mais ampla, com 76 cargos de cúpula espalhados por todo o país. Neste sentido, o que mais nos chama a atenção são os altos números de presença feminina na cúpula quando comparados às cúpulas de outros ramos da justiça. No atual biênio, 35,52% da cúpula da justiça do trabalho é composta por mulheres e este número chegou a ser mais elevado no biênio anterior, com 46,05%.<sup>19</sup> Quando analisamos esta representatividade à luz da presença feminina na instituição justiça do trabalho – 47% segundo o censo (CNJ, 2014) – percebemos mais uma vez uma cúpula que reflete o quadro geral institucional dentro de um respectivo ramo da justiça. Estes números revelam um cenário bastante positivo da representação feminina na esfera federal do poder judiciário. A participação feminina corresponde ao percentual de 46,05% da cúpula da justiça do trabalho, no primeiro biênio, está bem próximo do ideal de representatividade de gênero, com referencial equânime de representatividade (Melo, Nastari e Massula, 2005).

**TABELA IV – Quadro Geral da Cúpula do Judiciário na Justiça Estadual (TJs)**

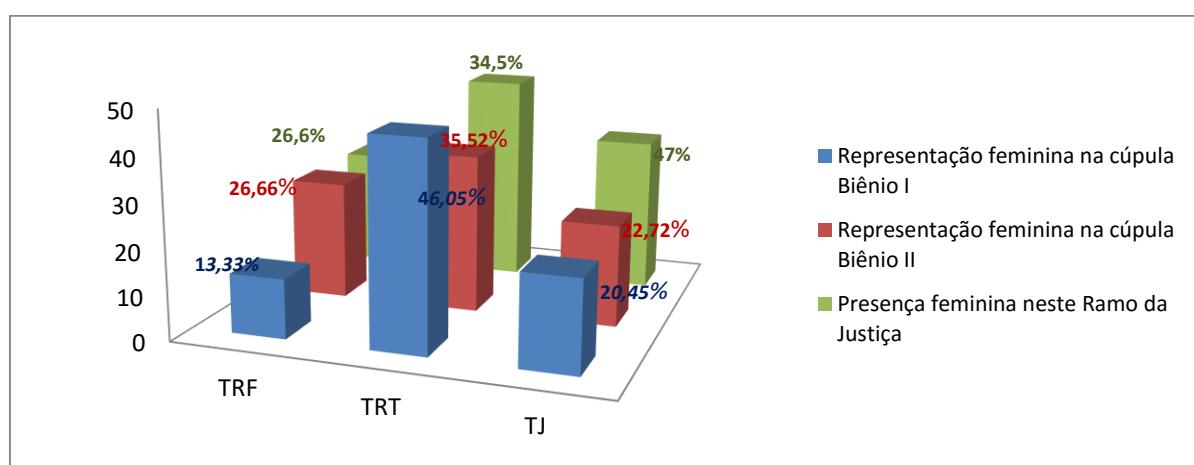
Categoria	Total de cargos	Cargos ocupados por mulheres (Biênio I)	Cargos ocupados por mulheres (Biênio II)	Percentual da representação feminina (Biênio I)	Percentual da representação feminina (Biênio II)
Cargos de Direção	88	18	20	20,45%	22,72%
Presidência	26	07	04	26,92%	15,38%
Vice-Presidência	36	06	10	16,66%	27,77%
Corregedoria	26	05	06	19,23%	23,07%

Fonte: elaboração dos autores.

<sup>19</sup> Número este maior que a presença feminina no quadro geral da magistratura segundo o censo (CNJ, 2014).

De forma semelhante à justiça do trabalho, a amostra levantada na justiça estadual é ampla, com 88 cargos de cúpula espalhados por todo o país. No atual biênio, a representatividade feminina é de 22,72%, apenas dois pontos percentuais superior à do biênio anterior com 20,45% de magistradas no comando. Apesar do estatisticamente insignificante crescimento de mulheres no comando da justiça estadual, é significativo observar que este número é inferior à presença geral de magistradas no sistema de justiça como um todo em quase 15 pontos percentuais. Ainda que comparemos os dados da cúpula da justiça estadual com os dados da presença feminina neste mesmo ramo, ainda há um déficit de representatividade de quase 15 pontos percentuais. Enquanto a cúpula atual apresenta 22,72% de participação, as magistradas hoje são 34,5% da justiça estadual.

A Figura I abaixo apresenta um panorama comparativo dos dados apresentados nas tabelas acima.



**FIGURA I – Representatividade feminina nas cúpulas do judiciário, por ramo da justiça, por biênio**

Fonte: elaboração pelos autores.

Ela mostra certa proporção na representatividade de mulheres na cúpula, quando comparado ao número de mulheres na carreira. Como vimos antes, apenas no contexto da justiça estadual é que ainda há uma significativa subrepresentação feminina na cúpula, mesmo com uma possibilidade de cargos ampla, com 88 postos de comando.

## 6. AFINAL, GÊNERO FAZ DIFERENÇA?

Conquanto o cenário sugira que a ascensão de mulheres ao comando do poder judiciário seja uma questão de tempo, o que se observa no interior das instituições judiciais são tensões que revelam uma constante e sistemática militância das primeiras gerações de magistradas<sup>20</sup> pela conquista de respeito ao exercício de sua subjetividade nas cortes brasileiras. Esse esforço dá-se em um contexto que distingue a “diferença entre os gêneros percebida e vivida como subjetividade” e a “diferença entre os gêneros posta nas relações sociais”. Com efeito, segundo Bourdieu (1999), a subjetividade experimentada como identidade se distingue da interpretação que nega a hierarquia de gênero na carreira, ou seja, a interpretação que materializa a legitimação feminina da violência simbólica, praticada pela dominação masculina. Naquilo que diz respeito às relações de dominação nos tribunais, Bonelli (2010) recupera o estudo de Sinhoretto (2005) nos Centros de Integração da Cidadania em São Paulo para distinguir a forma como o corpo dos operadores desses núcleos se relacionava externa e internamente. Para fora, ele aparecia como um corpo uniforme, ainda que internamente fosse diferenciado por relações de hierarquia e gênero. A ideia da magistratura enquanto um corpo moldado para ocupar determinado posto nas relações de poder (Foucault, 1991) sugere um centro de dominação em que padrões como comportamentos e vestimentas, entre outros, são moldados para a carreira. O poder de definir o que é ou não a postura de um “magistrado” seria dado pelas relações dos magistrados com o ambiente interno e externo, em um constante enfrentamento. Estes padrões não são fixos e seu conteúdo está sujeito a ressignificações relacionadas às experiências individuais e coletivas da diferença.

As magistradas que chegaram à cúpula, em entrevistas, narraram-nos que os aspectos da firmeza e da rigidez foram marcas de suas trajetórias. Firmeza e rigidez, além do fato de a todo tempo, precisarem demonstrar a capacidade de fazer seu ofício, não igual, mas melhor que os homens. Uma das magistradas entrevistadas afirmou que:

É evidente que você, não só eu, qualquer pessoa, para você se destacar, você tem que ser melhor que os homens. Para os homens se destacarem, basta ele ser bom. A mulher para se destacar, pelo menos no meu meio, ela tem que ser mais que boa e ela tem que mostrar, demonstrar e ficar o tempo todo mostrando [...] você tem que ser firme. [...] As mulheres não podem demonstrar fraqueza. [...] Eu tenho a regra como norte, mas em determinados casos eu flexibilizo a regra

---

<sup>20</sup> A atual geração de magistradas hoje na segunda instância dos tribunais brasileiros é composta por mulheres que ingressaram na carreira nos anos 1980 (Bruschini, 2007a). São, portanto, representantes de uma geração de pioneiras.

[...] eu não tinha pensado nisso, estou vendo que essa presidente [referindo-se à presidente anterior], quer dizer as duas, a primeira muito mais que a segunda [se referindo à rigidez], talvez... é acho que é isso mesmo... a primeira foi de uma insensibilidade a toda prova [...] é para mostrar que era dura, para se impor, para mostrar que era capaz de estar naquele lugar. [...] Eu sou mulher, mas..., essa [se referindo à primeira presidente] só admitia ser chamada de juiz [...] não juíza. Por que ela foi uma das primeiras mulheres a entrar na justiça do trabalho. [...] Quando chegou a minha vez, já fui a terceira. Disputei com uma mulher a presidência. E a presidência foi uma consequência, não foi um ideal de vida. Foi ótimo, foi uma circunstância que me fez concorrer [...] e foi uma presidência muito tranquila. Foi uma disputa razoável.<sup>21</sup>

Neste sentido, em seguida pensaremos quais diferenças e ressignificações podem gerar a chegada das mulheres à cúpula dos tribunais e qual o preço pago pelas pioneiras.

#### **6.1. CONSTRUINDO HETEROGENEIDADE NA HOMOGENIA**

Com ineditismo, os “inputs” trazidos pelas magistradas, que começam a ingressar nas cortes brasileiras mais fortemente a partir dos anos 1980, afetam certas “zonas de conforto” de uma força política predominantemente masculina, caracterizada por um comando pautado em “qualidades” masculinas. Com efeito, um judiciário operado e liderado majoritariamente por homens constitui um cenário pautado pelo entendimento de que qualidades como objetividade, força e racionalidade, particularmente atribuídas aos homens, seriam as mais valorizadas socialmente para cargos de poder e liderança (Lips, 1991: 160). No entanto, com a chegada das mulheres e as constantes tensões provocadas pela diferença, recentemente, este cenário vem sofrendo transformações. Características como cooperação e conciliação passam a ser bem vistas como atributos de comando.

Com o reconhecimento de atributos de gestão mais femininos, aliado à entrada de cada vez maior número de mulheres no judiciário e à chegada de uma geração de pioneiras na segunda instância dos tribunais, a pressão pela eleição de mulheres para os cargos de comando aumenta internamente no judiciário brasileiro (Pinho, 2005). Externamente, esta pressão também se dá com as discussões de igualdade de tratamento de gêneros em pesquisas acadêmicas (Bonelli, 2010; Costa *et al.*, 2008; Hirata e Kergoat, 2003; Giannini, 2005; Schultz e Shaw, 2003) e pareceres técnicos de

---

<sup>21</sup> Maria de Lourdes Sallaberry, ex-presidente do TRT-RJ (2011-2012), entrevista realizada em março de 2015.

organismos nacionais (Melo, Nastari e Massula, 2005) e internacionais.<sup>22</sup> O resultado deste movimento é a consequente chegada cada vez mais significativa de magistradas às cúpulas dos tribunais brasileiros, e com elas, as novidades do comando a partir de uma subjetividade feminina.

Apontada por presidentas como qualidade da liderança feminina, a gestão mais “humanizada” é a mais citada.<sup>23</sup> Uma das entrevistas, contudo, nos apontou o seguinte:

Eu acho que tem um olhar diferente, eu não tenho dúvidas de que tem um olhar diferente, quando o olhar é feminino e quando a preocupação é feminina. Na vara de família, isso é super nítido, assim a tentativa de compreensão. Eu acho que veem diferente, ouvem diferente. Mas eu sempre insisto nisso, eu acho que é natural. Mas é o que eu te falei não é o fato de ser mulher é o fato de você estar preocupada como um olhar feminino, porque nem todas as mulheres são preocupadas com isso e, às vezes, repetem uma modelo que é absolutamente masculino e acham normal. Então se você tem uma preocupação com a escuta feminina, como olhar feminino eu acho que é diferente sim. A pauta da mediação, a pauta da conciliação, tem até presença de homens mas majoritariamente esse espaço interessa às mulheres, eu acho. Tenho esse dado pelas reuniões que a gente fazia sobre projetos de conciliação. Eu não sei se tem com avaliar isso pelas inscrições no prêmio Innovare de práticas colaborativas de justiça e de conciliação. A maioria desses projetos são projetos de mulheres.<sup>24</sup>

Entre as magistradas que ocupam dezesseis dos 56 cargos de presidência de tribunais brasileiros analisados neste texto, seis delas disponibilizam informações sobre sua trajetória nas respectivas páginas eletrônicas de seus tribunais. O que todas estas seis presidentas têm em comum é a atuação em varas de família, participação em conselhos e comissões de defesa dos direitos das mulheres, direitos humanos e/ou ainda certo engajamento direto com projetos de mediação de conflitos e formas colaborativas de solução de controvérsias. A gestão humanitária, característica destas presidentas, estaria diretamente relacionada ao que descrevem como aptidão da mulher para “certos aspectos de justiça” para a qual teriam mais sensibilidade que os homens e para os quais sua presença seria fundamental. Um exemplo disto é o que se verifica

<sup>22</sup> Consultado a 22.01.2016, em [http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-poder-judiciario/a\\_participacao\\_da\\_mulher\\_na.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-poder-judiciario/a_participacao_da_mulher_na.pdf).

<sup>23</sup> Ver <http://www.mariaberenice.com.br/pt/entrevistas-carta-forense-a-mulher-no-direito.cont>. Consultado a 01.02.2014.

<sup>24</sup> Andréa Pachá, ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça (2007-2009), entrevista realizada em março de 2015.

com a experiência relatada em entrevista pela desembargadora Denise Levy, representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. Entrevistada por nós pessoalmente em seu gabinete em janeiro de 2014, ilustrou a militância de magistradas pelo respeito à sua subjetividade e senso de justiça a partir do “caso do usineiro”. Tratava-se de uma ação judicial em que certa empresa exigia das funcionárias ligadura de trompas sob a promessa de mais estabilidade no emprego. Ela relatou a importância de sua atuação no caso:

Uma funcionária que fez a cirurgia – e pagou pela cirurgia, pois o valor era descontado dos salários – foi demitida e estava então propondo ação de danos morais. Neste caso o entendimento da turma de magistrados era que a funcionária fez a cirurgia por liberalidade, livre vontade, não cabia indenização. Convocada como vogal, eu era a única julgadora mulher escalada para o julgamento, em uma turma de homens, iniciei da seguinte forma: hoje aqui eu serei voto vencido, e então continuei, por isso... isso e isso, ao final sustentei que, naquela circunstância, para aquela mulher, não havia livre vontade, ela foi coagida. Ao final um dos desembargadores solicitou vista para rever seu voto, ‘dê-me aqui este processo’, disse ele, e assim, todos os demais mudaram seus votos. Aí eu vi a importância da mulher estar ali e dizer: isso é uma injustiça! Eu tenho feito isso sistematicamente. Eu vou estar ali e eles já sabem... isso por si só já muda a postura.

Estas vantagens comparativas como a humanização do julgamento e da gestão, a sensibilidade mais apropriada para algumas questões de justiça seriam qualidades demonstradas por magistradas que as dignificariam para ocupar cargos de cúpula. No entanto, na trajetória percorrida pelas pioneiras, houve um preço a ser pago. No caso da desembargadora Denise Levy no julgamento do usineiro, ela relata ter sido convocada: “O presidente ficou uma *fera*” e sua promoção ao tribunal por “critérios objetivos de antiguidade e mérito” teria sido retardada em quatro anos.

## **6.2. EMPRESTANDO SENTIDO À HETEROGENEIDADE**

A composição da cúpula dos tribunais está relacionada diretamente à preocupação com a preservação de uma posição política. Esta posição, em geral, é a manutenção de uma tradição construída ao longo da história do tribunal. No caso da magistratura paulista, por exemplo, a composição da cúpula está ligada à preocupação com a preservação de mais de um século de tradição, motivo pelo qual não só apenas os desembargadores

votam sua escolha como só podem se candidatar os três mais antigos membros (Bonelli, 2010). A manutenção de uma tradição secular não se restringe à cúpula, mas está presente desde a entrada na carreira. Neste aspecto, o concurso para magistrados, além de todas as exigências probatórias de conteúdo e de saúde física, mental e psicológica realiza uma entrevista pessoal com os(as) finalistas. Nestas entrevistas, aspectos comportamentais como o recato dos(as) candidatos(as) padroniza a postura, evitando a diferença corporificada.

Neste aspecto também as mulheres hoje à frente de cúpulas dos tribunais de justiça não passaram sem lutas por respeito à sua subjetividade e condição de mulher, o que não teria sido nada fácil. “Na minha entrevista, fizeram muitas questões referentes à minha situação de mulher, inclusive se eu era virgem,” disse a desembargadora Maria Berenice Dias, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), em entrevista à revista Carta Forense em março de 2006.<sup>25</sup> A criação de obstáculos à aprovação e à posse de magistradas foi um dos desafios enfrentados pela geração de mulheres que ingressou na magistratura no início dos anos 1980, geração à qual pertencem aquelas que hoje estão na cúpula da justiça brasileira. No TJ-RJ, “algumas aprovadas precisaram entrar com mandado de segurança para tomar posse, inclusive eu”, conta a desembargadora Denise Levy. Bruschini (2007b: 06) relata o episódio havido com a desembargadora Zélia Maria Antunes do TJ-SP, consoante o qual, “recentemente, numa solenidade do Tribunal de Justiça, estava numa roda com outros colegas, conversando, quando se aproximou um homem, cumprimentou todos, menos a mim. [...] Isto revela como existe ainda latente na sociedade, reservas quanto à capacidade feminina.”

Para fazer jus à promoção para a segunda instância de um tribunal e, por fim, chegar à sua cúpula, as atuais presidentas precisaram demonstrar notório merecimento dentro de padrões masculinizados de produtividade. Todas as dezesseis presidentes dos tribunais brasileiros têm em seus currículos prêmios e condecorações como medalhas e diplomas, além de vários títulos de cidadania, pelos relevantes serviços prestados à magistratura e à sociedade. Nesta premiada trajetória aos olhos de quem está do lado de fora, tensões em corredores, salas de audiência e turmas de colegas, sutis e declaradas eram e são enfrentadas sistematicamente. Muitas mulheres ao ingressar na magistratura se sentiram pressionadas psicologicamente por produtividade e foram assim desafiadas a demonstrar capacidade produtiva em parâmetros praticados pelos demais magistrados homens: “[...] no lugar do questionamento da competência da advogada, pairam as dúvidas sobre a produtividade da juíza, como se elas precisassem

<sup>25</sup> Consultado a 01.02.2014, em <http://www.mariaberenice.com.br/pt/entrevistas-carta-forense-a-mulher-no-direito.cont>.

mostrar que são tão produtivas quanto os juízes, que se dedicam integralmente à carreira, que se capacitam e atualizam, e que dão conta do recado” (Bonelli, 2010: 289).

Considerando os vários turnos de trabalho diários que uma mulher enfrenta para garantir que as atividades do lar com os filhos e marido sejam conciliadas com a carga horária profissional, as magistradas precisaram desenvolver a habilidade de melhor gerir o uso do tempo. Se antes as mulheres não eram bem vindas em cargos de liderança em função da dedicação distribuída de tempo com casa, filhos, família e outras prioridades, a qualidade do uso do tempo que estas mulheres desenvolvem é a pedra lapidada pela magistrada. O que, à primeira vista, seria um problema da heterogenia foi transformado por muitas magistradas em uma vantagem comparativa para cargos de direção: a capacidade de administração do tempo. Hoje, com a informatização de processos e sistemas de informação, a capacidade gerencial de tempo e informações é atributo caro no mercado. As mulheres, pelas exigências de vida que tiveram ao tomar posse como magistradas, adquiriram esta vantagem comparativa para cargos de gerência. Entre as respostas obtidas em formulários enviados às magistradas presidentas de tribunais brasileiros e em entrevista pessoal e disponibilizadas em websites,<sup>26</sup> verifica-se a recorrente indicação que a capacidade de gestão do tempo é uma virtude feminina à frente da cúpula de um tribunal.

Cúpulas com mulheres seriam, por conseguinte, marcadas pela sensibilidade, humanidade e gestão mais participativa, além adotar um qualificado uso do tempo. Devidamente munidas de qualidades de liderança, não aquelas apontadas por Lips (1991), mas as que a necessidade e vocação lhes levaram a desenvolver, as presidentas de tribunais lidam, enfim, com os mesmo problemas que administram as cúpulas masculinas. Quando perguntada por nós sobre os maiores desafios à frente da presidência de um tribunal, lá estavam eles, os mesmos desafios dos quais se queixam os homens em alto escalão: “lidar com orçamento e com cumprimentos de metas do CNJ, face às dificuldades financeiras e de pessoal – dependência do executivo na questão financeira/orçamentária – fica difícil cumprir todo o planejamento estratégico,” informou-nos a magistrada presidente do TJ-PA, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Mas as mulheres “têm disciplina e a força ou o comprometimento com a causa”<sup>27</sup> e, certamente, dão conta do desafio.

---

<sup>26</sup> Consultado a 01.02.2014, em <http://www.youtube.com/watch?v=ubO2d42GxEU>, <http://noticias.r7.com/record-news/video/cartao-de-visita-recebe-maria-doralice-novaes-presidente-do-trt-52520ba10cf2514816ee61b8> e em <http://www.mariaberenice.com.br/pt/entrevistas-carta-forense-a-mulher-nodireito.cont>.

<sup>27</sup> Consultado a 01.02.2014, em <http://www.youtube.com/watch?v=ubO2d42GxEU> e em <http://noticias.r7.com/record-news/video/cartao-de-visita-recebe-maria-doralice-novaes-presidente-do-trt-52520ba10cf2514816ee61b8>

## CONCLUSÃO

Quando se articula magistratura e gênero, dois tipos de problemática parecem emergir: de um lado, uma preocupação quantitativa quanto à composição dos tribunais e, de outro, o viés de gênero no processo decisório. Ou seja, enquanto uns se preocupam com a representação feminina no âmbito da magistratura, outros perquirem sobre o impacto de gênero nas decisões judiciais. Nesse texto não nos preocupamos tanto em explorar a segunda perspectiva, mas em elevar a primeira a outro patamar.

Em um primeiro momento, ao examinarmos a hipótese da inevitabilidade em relação à presença de mulheres nas cúpulas judiciais brasileiras, verificamos que o impacto do sistema de organização da magistratura, em especial do acesso por concurso público e dos critérios de promoção alternados entre antiguidade e merecimento, parece indicar que a ocupação dos espaços das cúpulas pelas mulheres seja uma questão de tempo. Atualmente, essa ocupação apresenta distinções mais marcadas segundo segmentação funcional. A análise dos dados coletados, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo sugere a ratificação desta hipótese – a chegada das mulheres aos tribunais e aos órgãos de cúpula do poder judiciário é uma questão de tempo.

Em um segundo momento, quando examinamos o impacto da presença feminina na administração judiciária, percebemos que o maior desafio não parece residir na expansão da presença feminina, mas na construção de uma alteridade de gênero que propicie diversidade e heterogeneidade nas cúpulas. Em outras palavras, enquanto a chegada de mulheres às cúpulas judiciais brasileiras pareça ser uma simples questão de tempo, o significado e o alcance dessa chegada ainda constitui um espaço de contenda. No interior das instituições judiciais ainda há tensões. O discurso da “igualdade”, muito relacionado com o ideal de “neutralidade” do profissionalismo – que ressalta competências e *expertises* – contrasta com evidências de possíveis barreiras de gênero no interior das instituições. As experiências do cotidiano do trabalho, ou as dificuldades para o acesso aos cargos de poder, revelam este paradoxo entre o discurso e a prática.

Os obstáculos inferidos no aspecto hierarquia denotam que, apesar do processo de feminização, a magistratura está inserida, enquanto profissão, em um “sistema de gênero”, ou seja, um sistema socialmente construído, que coloca mulheres e homens em lugares bem determinados nas instituições e na sociedade. Nota-se a predominância de um paradigma masculino no exercício profissional que impõe às magistradas posturas profissionais mais rígidas e a necessidade constante – ainda hoje – de afirmação de sua competência para ocupação o cargo. Essa observação desdobra-se em outro dado interessante: a ocupação dos cargos de direção pelas mulheres não

significa necessariamente que estes espaços estejam se tornando “mais femininos” – do ponto de vista subjetivo – ou que neles se apresentem pautas de interesse das mulheres. Em suma, entre sexo, gênero e questões de alteridade, ainda há muito a construir no judiciário brasileiro.

### **ROBERTO FRAGALE FILHO**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Direito (II), Rua Tiradentes 17, Casarão (térreo), Ingá, Niterói RJ  
CEP: 24210-510, Brasil  
Contato: roberto.fragale@gmail.com

### **RAFAELA SELEM MOREIRA**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Direito (II), Rua Tiradentes 17, Casarão (térreo), Ingá, Niterói RJ  
CEP: 24210-510, Brasil  
Contato: selemmoreira@gmail.com

### **ANA PAULA DE O. SCIAMMARELLA**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Direito (II), Rua Tiradentes 17, Casarão (térreo), Ingá, Niterói RJ  
CEP: 24210-510, Brasil  
Contato: anapaula.dh@gmail.com

Artigo recebido a 02.02.2014

Aprovado para publicação a 02.09.2015

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Boigeol, Anne (1996), “Les femmes et les cours: La difficile mise en œuvre de l’égalité des sexes dans l’accès à la magistrature”, *Genèses*, 22(1), 107-129.
- Boigeol, Anne (2005), “Las mujeres y la corte. La difícil implementación de la igualdad de sexos en el acceso a la magistratura”, *Academia. Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires*, 3(6), 03-25.
- Boigeol, Anne (2013), “Feminisation of the French Magistrature, between Parity and Disparities” Conferência realizada a 18.06.2013, na Assembleia da República, Lisboa, Portugal, no âmbito da sessão “As mulheres nas profissões jurídicas: experiências europeias” do Colóquio “As mulheres nas magistraturas: percursos e desafios”. Consultado a 01.02.2014, em <http://saladeimprensa.ces.uc.pt/?col=canalces&id=8185>.
- Boletim Mercado de Trabalho (2006), “Desemprego”, n.º 30, p. A30, tab. A4.2.

- Bonelli, Maria da Glória (2010), "Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista", *Civitas*, v. 10, p. 270-292.
- Bonelli, Maria da Glória (2011), "Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais", *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 1, 103-123.
- Bonelli, Maria da Glória (2013), "Carreiras jurídicas e vida privada: interseções entre trabalho e família", *Anais do 37.º Encontro Anual da Anpocs*. São Paulo: Anpocs, 2-23.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brah, Avtar (2006), "Diferença, diversidade e diferenciação", *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Bruschini, Maria Cristina A. (2007a), "Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos", *Cadernos de Pesquisa*, 37, set/dez, 537-572.
- Bruschini, Maria Cristina A. (2007b), "Elas chegaram para ficar", *Difusão de Idéias*. Fundação Carlos Chagas, outubro, p. 1-7.
- Costa, Albertina de O.; Sorj, Bila; Bruschini, Cristina; Hirata, Helena (orgs.) (2008), *Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- CNJ - Conselho Nacional de Justiça (2014), *Censo do Poder Judiciário. Votores Iniciais e Dados Estatísticos*. Brasília.
- Duarte, Madalena; Fernando, Paula; Gomes, Conceição; Oliveira, Ana (2014), "The Feminization of the Judiciary in Portugal: Dilemmas and Paradoxes", *Utrecht Law Review*, 10(1), 29-43.
- Foucault, Michel (1991), *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Fragale Filho, Roberto (2012), "O Conselho Nacional de Justiça e seus possíveis impactos institucionais", paper apresentado no 35.º Encontro Anual da ANPOCS.
- Freidson, Eliot (2001), *Professionalism: The Third Logic*. Cambridge: Polity Press.
- Giannini, Mirella (org.) (2005), "The Feminization of the Professions", *Knowledge, Work & Society*, 3(1).
- Hirata, Helena; Kergoat, Danièle (2003), "A divisão sexual do trabalho revisitada", in Margareth Maruani; Helena Hirata (orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 111-123.
- Lips, Hilary M. (1991), *Women, Men and Power*. Califórnia, EUA: Mayfield Publishing Company.
- Melo, Mônica de; Nastari, Marcelo; Massula, Letícia (2005), "A participação da mulher na magistratura brasileira", *Revista Jurídica Virtual - Brasília*, 6(70), março.
- Pinho, Ana Paula David de (2005), *Nem tão frágil assim: um estudo sobre mulheres em cargos de chefia*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Rio de Janeiro, Brasil.
- Sadek, Maria Tereza (2006), *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV.
- Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (orgs.) (2003), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford/Portland, OR: Hart Publishing.

- Schultz, Ulrike (2003), "Women in the World's Legal Professions: Overview and Synthesis", in Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (orgs.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford/Portland, OR: Hart Publishing, XXV-LIX.
- Sinhoretto, Jacqueline (2005), "Corpos do poder: Operadores jurídicos na periferia de São Paulo", *Sociologias*, 13, 136-161, junho.

## WOMEN IN INDIAN COURTS OF LAW: A STUDY OF WOMEN LEGAL PROFESSIONALS IN THE DISTRICT COURT OF LUCKNOW, UTTAR PRADESH, INDIA

SAURABH KUMAR MISHRA

**Abstract:** Men have traditionally dominated legal profession in India. Women's entry could be possible only after long and protracted legal battles, and even then, their presence in the courts remained insignificant until the end of the twentieth century. However, the policy of globalisation in the twenty-first century has provided additional opportunities to Indian women in legal education and training. The invasion of modernity has not only moderated the court environment but has also put an end to the medieval male chauvinism in the profession. The present paper, based on the data collected from the District Court in Lucknow, Uttar Pradesh, India, critically analyses the gender bias, sexual morality and criminal discourse within the court premises, in addition to women's role and status as legal professionals, wives, mothers and daughters-in-law in the disintegrating joint family structure.

**Keywords:** legal professions, women, Courts of Law, India.

## MULHERES NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS INDIANOS: UM ESTUDO SOBRE AS PROFISSIONAIS DO DIREITO NO TRIBUNAL DISTRITAL DE LUCKNOW, UTTAR PRADESH, INDIA

**Resumo:** Tradicionalmente, os homens têm dominado as profissões jurídicas na Índia. A entrada de mulheres começou somente após longas e duras batalhas legais e, mesmo depois destas lutas, a presença das mulheres nos tribunais manteve-se de forma insignificante até ao final do século xx. No entanto, a política de globalização no século xxi trouxe novas oportunidades às mulheres indianas na área do ensino e da formação jurídica. A invasão da modernidade não só amenizou o ambiente do tribunal, como pôs fim ao machismo medieval na profissão jurídica. O presente artigo, baseado em dados recolhidos no Tribunal Distrital de Lucknow, Uttar Pradesh, na Índia, analisa de forma crítica os preconceitos de género, a moral sexual e o discurso criminal na sala de tribunal, para além do papel e do estatuto da mulher enquanto profissional do Direito, esposa, mãe e nora enquanto parte de uma estrutura familiar em desintegração.

**Palavras-chave:** profissões jurídicas, mulheres, tribunais judiciais, Índia.

## INTRODUCTION

Feminism is a movement that has grown around an ideology and aims at defining, establishing and defending equal political, economic and social rights for women, including equal opportunities in education, occupation, profession and other kinds of employment dominated exclusively by men since antiquity. Charles Fourier, the French philosopher, is credited to have coined the term in 1837, but its history involves the stories of all the struggles of women for equal rights – right to property, right to vote, and so on – in all ages.

The feminist movement can be divided into three phases. The first phase of the movement lasted from the nineteenth to the early twentieth century, and dealt with the issues of equal suffrage, working conditions and educational rights for women and girls. The second wave, which started in the 1960s and continued until the 1980s, concerned itself with inequalities faced by women and their role in the society. The third and final phase, from the late 1980s until the early 2000s, is considered both a continuation of the second phase and a feminist response to the perceived failures of the earlier ‘waves’.

The history of feminism began with the colonization of the Americas, when the colonists – often from poor, lower classes and with criminal backgrounds – migrated in large numbers to the continent. Such migrant groups were effectively outside the socio-cultural norms of Europe, thereby resulting in more open and free, inter-gender contacts wherein men and women, often strangers, found themselves living together under the same roof in remote, lawless colonies. Gradually, women living in such a society began to choose their spouses or mates – a situation hitherto unthinkable in more conservative Europe. This freedom was often accompanied by financial freedom as women had to be self-sustaining in a hostile and remote territory, and gradually came to acquire property and education. Initially, women started taking up medicine and education as careers. However, by the 1880s, they also took to legal practice in the US. At the outbreak of the First World War in 1914, Britain experienced a shortage of manpower on the home front in its factories working for the war effort. As a result, a large number of women started working in lieu of men in factories, while the latter enlisted as troops for the front. This gave a major boost to the feminist demand of enfranchising women in Britain, and in 1918 the government passed the Representation of the People Act 1918, wherein women over the age of 30 and meeting the minimum property qualifications were allowed to vote. It is interesting to know that the year when women first entered law as a profession in Britain was 1917, thus showing the close relationship between the feminist movement and women’s fundamental rights and emancipation from the traditional duties in the society.

Feminism in India may be said to have arrived during the second decade of the twentieth century with the foundation of Women's India Association (WIA) in 1917 by Annie Besant, Margaret Cousins and Dorothy Jivarajadasa to promote suffrage movement (Cousins, 1947). The same decade witnessed the first few Indian women qualifying to pursue legal profession in India.

In the immediate years after the establishment of the Allahabad High Court, the legal profession in Uttar Pradesh was mainly dominated by men. Cornelia Sorabji was the first woman allowed by the Allahabad High Court to practise. However, women's participation in legal profession in the state still remained at a low level, and saw a noticeable increase only during the last decade of the twentieth century. This change in the configuration of the profession brought many issues to the fore, including modernity, professional mobility and income inequality. The women entering the profession inevitably came to face the traditional mindset of the Indian families posing innumerable challenges to both single and married women aspirants. In addition to their marital status, their caste and religious identity also played no insignificant role in demoralising the new entrants. The gender discrimination and sexual harassment were further addition to their woes and plight in the court premises, especially the lower courts. However, irrespective of these challenges, the growing educational status of the Indian women has now become the transforming agent in professionalising the traditional Indian woman. Despite her multi-dimensional challenges, her quest for identity and consciousness for an equal gender status are apparent in both the society and the premises of the lower courts.

## 1. LITERATURE REVIEW

Researches into women in legal profession remain severely handicapped because of the sore lack of literature available on the subject. Even though there has been a plethora of studies on gender specific issues, including women in various professions, yet when it comes to women in the legal profession, literature is mostly conspicuous by its absence. Therefore, the paper draws mostly on the works on related topics, which throw some useful sidelight on the subject.

Buckee, in her unpublished thesis titled "An examination of the development and structure of the legal profession at Allahabad, 1866-1935", submitted to the London University, has made a study of the legal profession in the United Provinces of India, in a social and historical context. Though her thesis mainly focuses on caste composition, it gives some information about women in the legal profession as well. Paul (1991), on the other hand, confines his study to the legal profession in South India, but parallels can be drawn from his work to study women in the legal profession in Uttar Pradesh.

The works of Gooptu (2007) and Vadagama (2011) give valuable information about the problems faced by the first woman lawyer of UP, Cornelia Sorabji, and therefore are quite useful for a study of women in legal profession in Uttar Pradesh. Sen (1999), in her study of the problems and potentials of women professionals across cultural perspectives, also sketches the struggle and successes of women legal practitioners in India. Besides, the Bar Council of UP, Allahabad, keeps a record of the registered legal practitioners in Uttar Pradesh, which is a virtual treasure mine for a researcher. The High Court of Judicature at Allahabad, in its centenary year publication (1966), also throws significant light on the historical development of the legal profession in UP, including information on women lawyers.

## 2. WOMEN IN PROFESSIONS

The position of women in Indian tradition has been a subject of controversy. Though, theoretically, they have been assigned a high position in the society, the actual situation has always remained far removed from the theoretical ideal. As far as modern professions are concerned, women remained conspicuous by their absence in them for a long time. The position of women in different parts of the country has been affected differently by the economic condition, religious traditions and thinking patterns of the people. In this backdrop, India's struggle for independence proved to be a great boon to the cause of women in India, as most of its leaders had their grounding in the Western liberal education system. In post-independence India, the contemporary feminist movement began by basing itself firmly on the principles of equality and asserting that the gender based structures, such as the sexual division of labour, oppressed and subordinated women. This cry of vulnerability and helplessness brought about a new subjectivity into Indian feminism, expressing emotions which had so far not found expression. At the same time, the focus on working women represented a rejection of the wife-mother image, replacing it with the image of an economically independent woman. It also represented the development of class consciousness accompanied by an interest in organizing and mobilizing women, and a growing involvement of the feminists in workplace politics. Women in rural India are mostly employed in agriculture and household industry, while most urban women find work in the services sector. Most of these women, from middle and upper middle class families, go for jobs to raise their family income for a better quality of life. However, a select group of highly educated and talented women is also emerging as civil servants, legal practitioners, medical practitioners, engineers, professors, directors, etc. These women are propelled by their ambitions and the desire to give expression to their talents (Sen, 1991).

## 2.1. WOMEN IN LEGAL PROFESSION

The first professions to feel the influence of feminism were journalism, academics and medicine. The later years saw the influence of feminism on professions which were largely dominated by men, for example surgery, civil services, law, management, entrepreneurship, and politics.

In recent years, there has been an acute pressure of economic necessity in every family, including the families in the orthodox, backward and conservative classes. The struggle is no longer directed against external obstacles. The public opinion is also no longer hostile, and there are a lot of opportunities for women today. However, the psychological problems and the tug of war between the family and work go on throughout their lives.

Most working, professional and career oriented women face real problems, and their going out of homes is a big challenge. Commuting long distances, travelling in crowded buses, long working hours in courts, tolerating indecent remarks of male colleagues in the court premises and on public transport, and eve-teasing are some of the problems of women, in addition to their personal and family problems, work schedules, working hours and work timings.

Women's entry and rising representation in the legal profession has been one of the most remarkable social changes in recent years, often termed "revolutionary" (Abel, 1988) over the past 90 years. This influx of women has prompted a great speculation among both academics and political activists as to the changes women would bring about in the nature and administration of substantive law, as well as the way law is practised (Kay and Gorman, 2008). Till 1947, India was a colony administered by the British, who changed the administrative system and institutions from time to time, according to their convenience. Introduction of the Indian Penal Code (IPC), Criminal Penal Code (Cr PC) and Civil Procedure Code (CPC), establishment of the Rule of Law, and institution of the Indian Civil Services are a few examples. The court system and the legal profession were also introduced in the same vein by the British government. The legal professionals soon came to form a new middle class in the Indian society. After the revolt of 1857, when Queen Victoria took over the reins from the East India Company, a system entirely new to India came into existence with the establishment of three High Courts in Calcutta, Bombay and Madras. In 1866, a new High Court was set up for the United Provinces of Agra and Oudh, at Allahabad. The Judicial Commissioner's Court in Oudh kept functioning up to 1925, was then converted to the Chief Court of Oudh, and finally amalgamated with the High Court in 1948. In the courts, legal professionals were registered with minimal educational

qualifications, but had to qualify the prescribed examination. The practitioners were expected to follow professional ethics, conduct and dress code. In the twentieth century, men were not only in majority but also in dominance in the legal profession in India. Even in the US, women had not been admitted into the prestigious law schools at this time. As Auerbach pointed out, for women, the unique minority group that actually constitutes a majority of the population, sex discrimination was still rampant for decades and the elite law schools had excluded them altogether (cited in Paul, 1991). In England, the Inns of Court also kept them out until the passing of the Sex Disqualification (Removal) Act in 1919. Nevertheless, certain women candidates, both in England and in India, publicly demanded the opening up of the legal profession (Paul, 1991).

For the first time in India, the pioneer of the movement for entry of women to the legal profession, Dr Hari Singh Gaur, moved the following amendment to the resolution adopted by the Central Legislative Assembly of India to remove the sex disqualification against women. The purpose was the inclusion on the electoral roll for the elections to the Legislative Assembly, on 1<sup>st</sup> February 1922: "And the Government be further pleased to remove the sex bar held to disqualify women from enrolment as legal practitioners in the courts of this country" (*ibidem*).

Dr Singh narrated the short history of this movement before the House. In 1916, Ms Regina Guha passed her examination of B. L. from the University of Calcutta and applied to Calcutta High Court for her enrolment as a legal practitioner. The judges met at a special Bench. Under the Legal Practitioner Act, any person otherwise qualified is eligible to apply for such an enrolment, and under the General Clauses Act, 'a person' is held to include both a man and a woman. Consequently, there was no legal impediment to the enrolment of a duly qualified graduate in law at the High Court in Calcutta. However, it was 1916; the Removal of Sex Disqualification Act was yet to be passed by the Mother of Parliaments, which it did three years later, in 1919. Their Lordships of the Calcutta High Court observed that it was perfectly true that both, according to the etymological sense and the context of the Indian Legal Practitioners Act, the word 'person' made a woman eligible for enrolment as a legal practitioner. However, the judges still said that the thing had never been done and they were not prepared to make an innovation (Proceedings of the Govt. of the United Provinces in the Judicial Civil Department, Sep 1922, File no. 104/1922, p. 2). A full Bench decision of the High Court, delivered on 29<sup>th</sup> August 1916, refused the enrolment of Regina Guha as a pleader (Paul, 1991). In 1921, five years later, another lady from Orissa, Ms Sudhansu Bala Hazra, filed a petition before the Patna High Court. The judges again observed that there was no legal impediment to the enrolment of Ms Hazra as a legal

practitioner, but in the view of the fact that the Calcutta High Court, in 1916, had held that such an enrolment was limited and confined only to the persons of the male sex, they could not make a deviation. The Patna High Court judges took the view that the reference to a ‘person’ in section 6 of the Legal Practitioner Act of 1879 did not include a ‘female’. But, at the same time, one of the learned judges of that court opined that it was for the legislature to decide whether women graduated in law should be made eligible for enrolment. At about the same time, another woman law graduate, Ms Cornelia Sorabji, filed an application before the Allahabad High Court, which had the good sense to allow her to be enrolled as a duly qualified legal practitioner. The position, thus, had now become anomalous. While a woman law graduate was duly enrolled and practising law in Allahabad in the same manner as a man, women in Calcutta or Patna still did not have this prerogative (Proceedings of the Govt. of the United Provinces in the Judicial Civil Department, Sep 1922, File no. 104/1922, p. 3).

A barrister and champion of the cause of women, Dr Hari Singh Gaur, moved that the government should remove the sex bar, which disqualified women from enrolment as law practitioners in Indian courts. Assured by Sir William Vincent, the Home Member, that the Government of India would elicit opinions from the local governments, High Courts, Oudh Bar Association, general public and professional bodies, Dr Gaur withdrew the amendment (Paul, 1991).

The Allahabad Bar Library forwarded an opinion in this regard that women’s education had not progressed sufficiently to justify the adoption of the proposal, but the Oudh Bar Association was in favour of the proposal. It was nothing short of a revolutionary opinion in favour of women legal practitioners. The first point in the favour of the proposal was the abstract argument that there was no justification for discrimination between the sexes, that women had been admitted to the Bar in England and other European countries, and that India should follow their example. Women had indeed been admitted to the English Bar and no Indian High Court, in theory, could refuse to allow a lady Barrister to appear before it. The practical argument advanced was that lady practitioners would be of great use to the *parda nashin* (vein clad) ladies who had the occasion to undertake litigation, especially in the Court of Wards Matters. However, there was no dearth of arguments against either. Many asserted that women’s education was not sufficiently advanced to justify the change, and that the number of ladies who would wish to be enrolled was likely to be so small that the question had no more than merely academic interest. Others opposed the proposal on the ground that it was premature, so long as the prevailing conditions in the society did not change (Proceedings of the Govt. of the United Provinces in the Judicial Civil Department, Sep. 1922, File no. 104/1922, p. 3). After assessing these reactions, the

Government of India passed the Bill on 21<sup>st</sup> March 1923, which became a law on 2<sup>nd</sup> April 1923, and was enforced across India. As noted earlier, in 1922, the Allahabad High Court readily gave permission to Ms Cornelia Sorabji, a qualified advocate practising in Allahabad, to be enrolled as an advocate. Once the ice was broken, the Government of India was forced to initiate legislation in order to remove any disabilities that might be attributed to women subsequently seeking enrolment in the legal profession, provided that they possessed the necessary educational qualifications (Buckee, 1972).

This was followed by a series of women legal professionals being registered at the High Court of Allahabad. However, the registrations still remained few and far between. For example, Shyam Kumari Nehru, Leena Clarke and Begum Menakhi Amina Farrukhi were registered in 1928, 1931 and 1933, respectively. The enthusiasm that the legislators showed in enabling women to practise law seemed to have been largely superficial. The token appearance of women practitioners evoked both sentimentality and curiosity in the bar rooms. The prospects of securing a decent position for women in the profession, which for decades had been competitive and male dominated, were grim indeed (Paul, 1991).

**TABLE 1 - Growth of Women in the Legal Profession over the Years**

Years	Total registered practitioners	Women practitioners	Percentage
1962-1997	136,635	4,265	3.12
1998-2005	91,509	7,346	12.3
1962-2005	228,144	11,611	5.08

Uttar Pradesh is a state that holds a special significance for studies concerning the legal profession in India, as it is the state with the maximum number of registered legal practitioners in the country. However, still only a meagre number of women legal professionals are practising in the courts of UP. During 1962-1997, a period spanning 35 years, there were only 4,265 women legal professionals registered, out of a total of 136,635, forming just 3.12% of the total legal workforce. However, during 1998-2005, a period of just 8 years, 7,346 women legal professionals were registered, out of 91,509, i.e. approximately 12% of the total strength of the legal professionals (Record of Registered Practitioners). However, as can be seen from Table 1, the total participation of women in the legal profession still remained at a meagre 5.08%.

### **3. RESEARCH METHODOLOGY**

As the research topic required qualitative information for analysis, the research methodology adopted was both quantitative and qualitative, consisting of questionnaires and semi-structured interviews respectively. Lucknow, being the capital of the state of Uttar Pradesh, was the best option for the place. The venue chosen was the District Court of Lucknow, as there are still very few women practising in the High Court.

For the purpose, 101 women lawyers were chosen, practising at the District Court of Lucknow. The Central Bar Association of Lucknow District Court was established in 1908, and it is the second oldest Bar of India. In 2013, there were 3,531 legal practitioners associated with the Central Bar Association, out of which only 181 were women; of these, only 101 women lawyers were regular practitioners and were approached for an interview during the months of December 2012 to January 2013. The questionnaire included questions on the women lawyers' religion, caste, entry age into the profession, marital status, income tax payee status, gender discrimination faced by them, level of family support, job satisfaction levels, and their willingness to allow their wards to join the legal profession. They were assured about the confidentiality of their identity as well as the information provided by them. A specimen questionnaire can be seen in the Appendix.

Out of the 101 women lawyers chosen, 8 refused to fill up the form, making adverse remarks about, and doubting the integrity of the research. This fact itself shows the level of suspicion about the intent of men, even in the mind of women who are in the profession of law and are generally more empowered than other women. Further, 20 women lawyers did not return the completed questionnaire. Thus, the effective sample population consisted of 73 respondents which is still a good number, considering the low number of women lawyers in the court. These 73 respondents not only returned the questionnaires with full information, but also gave their consent to be interviewed.

As for the general observations during the research, I found no proper chambers or other infrastructure for women practitioners in the court premises; they had a single common room. Most of them lacked a personal chamber, mostly sitting in the verandahs or under tin sheds.

Most of the women lawyers, being junior, were working under senior male lawyers. Only in one chamber could I find a senior woman lawyer, with women lawyers practising as her juniors. Of the 101 female advocates, very few women were independent practitioners.

#### 4. RESEARCH FINDINGS

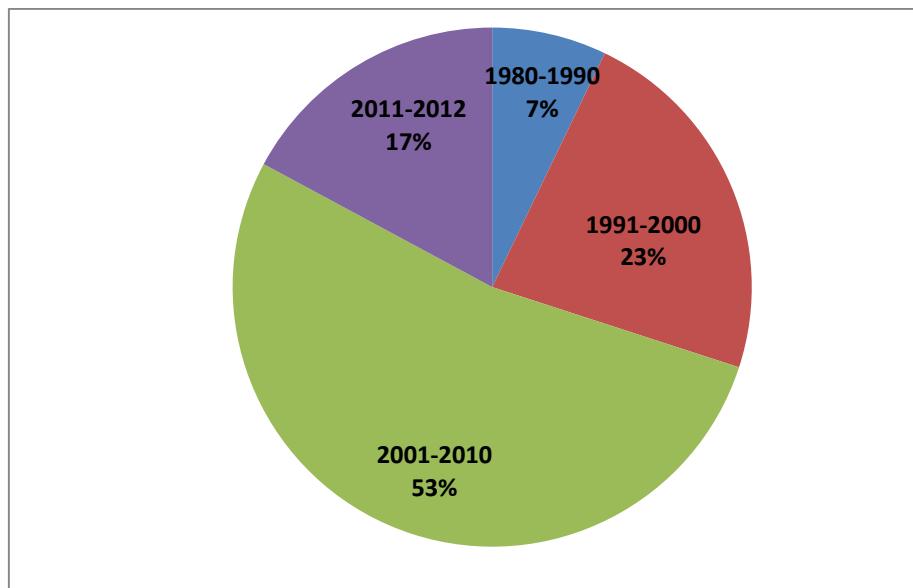
The results of the survey are summarized below:

##### 4.1. DECADE-WISE REGISTRATION OF WOMEN LAWYERS

The decade-wise registration of women legal practitioners at the District Court Lucknow shows an increasingly rising participation of women in the profession over time, as shown below in Table 2 and Figures 1:

**TABLE 2 - Decade-wise Registration of Women Practitioners at District Court Lucknow**

1980-1990	5
1991-2000	16
2001-2010	37
2011-2012	12



**FIGURE 1 - Percentage Break-up of the Decade-wise Registration of Women Lawyers at District Court Lucknow**

As can be seen from the table, the number of women legal professionals registered during the decade of 1980-90 was a meagre 5, but rose sharply to 16 and 37 in the next two decades. The number of women registered during the year 2011-12 was an impressive 12. In terms of percentage, as the figure shows, while only 17% of the current women legal practitioners at the District Court Lucknow were registered during the decade of 1980-90, 23% were registered in the decade of 1991-2000, and a

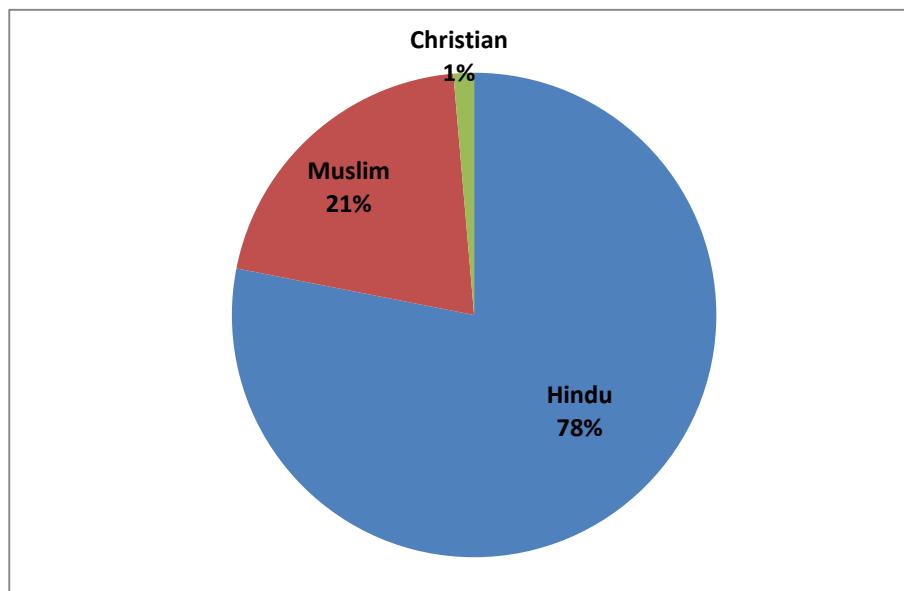
whopping 53% during the decade 2001-10. Here, 17% of the current women legal professionals were registered in the year 2011-12.

#### **4.2. RELIGIOUS BREAK-UP OF WOMEN LAWYERS**

Out of the 73 respondents, 57 belonged to the Hindu community, while 15 were Muslims. Christians, on the other hand, were represented by just 1 respondent. In terms of percentage, the Hindus constituted 78% of women legal professionals, the Muslims accounted for 21% and the Christians for a meagre 1%. Table 3 and Figure 2 below give the religious break-up of the women lawyers surveyed:

**TABLE 3 - Religious Break-up of Women Lawyers**

Hindu	57
Muslim	15
Christian	1



**FIGURE 2 - Religious Break-up of Women Lawyers in Percentage**

As is obvious, the religious break-up of women lawyers generally follows the pattern in the Indian society. However, the very low number of Christian women is a bit surprising, as the Christians in India form one of the better educated communities.

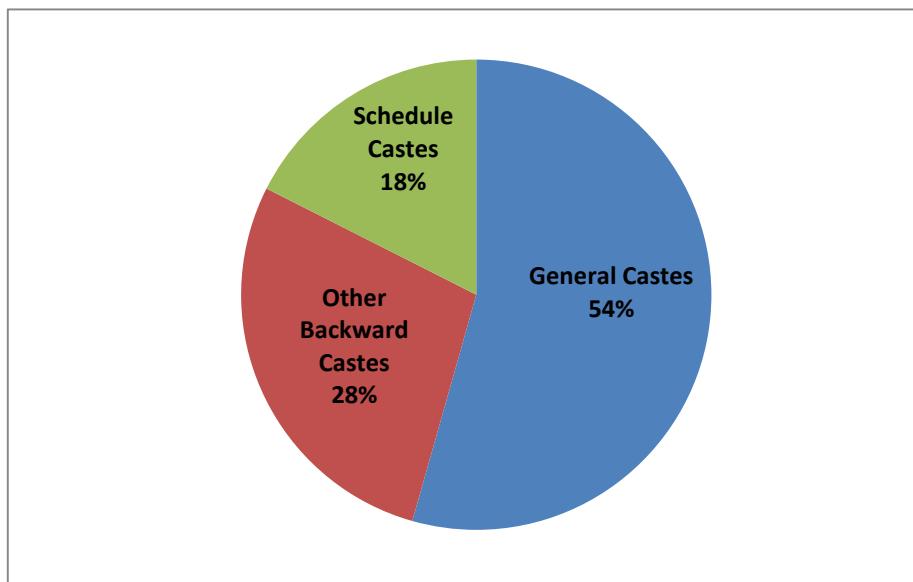
#### **4.3. CASTE COMPOSITION OF WOMEN LAWYERS**

Out of the 73 women legal professionals surveyed, 31 came from the General Castes, also known as the forward castes. At the lower end of the social spectrum, 16 were

from the Other Backward Castes and 10 from the Scheduled Castes.<sup>1</sup> In terms of percentage, we can see that 54% women legal professionals surveyed came from the General or forward castes, 28% from the Other Backward Castes and an impressive 18% from the Scheduled Castes. The caste composition of the women legal professionals surveyed is illustrated in Table 4 and Figure 3 below:

**TABLE 4 - Caste Composition of Women Lawyers**

General castes	31
Other Backward Castes	16
Schedule Castes	10



**FIGURE 3 - Caste Composition of Women Lawyers in Percentage**

As can be seen from the data, like most other professions in India, the legal profession is also dominated by the forward castes, even in case of women. Nonetheless, the progress made by the lower castes is also impressive. Taken together, the Other Backward Castes and Scheduled Castes form about 36% of the total number of women legal professionals in the District Court of Lucknow.

---

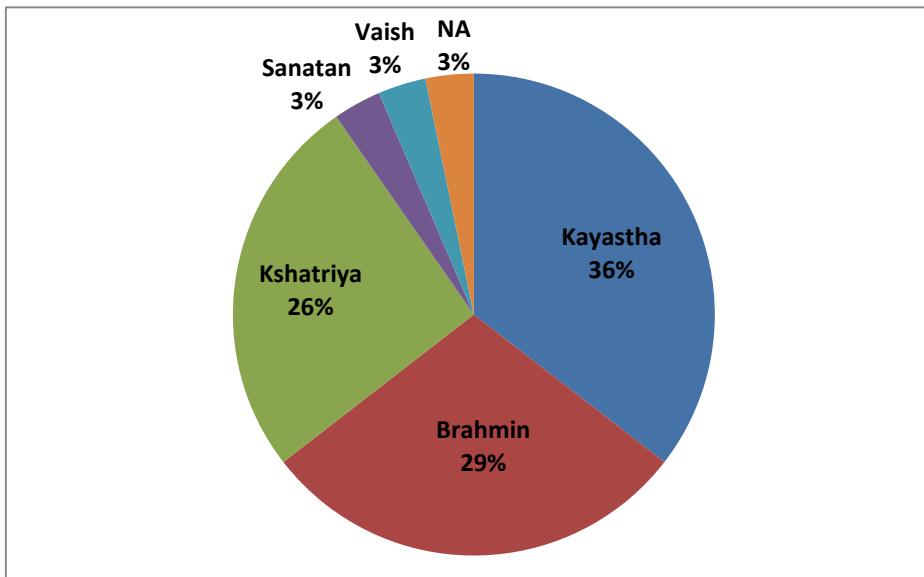
<sup>1</sup> 'General Castes' signifies those communities or social groups which occupy a higher social position in Indian society, whereas 'scheduled castes' are those communities or social groups which form the lowest rung of the Indian social strata. The other backward castes (OBC) come somewhere in between the two groups. (Hutton, 1961: 47; Ghurye, 1957: 241).

#### 4.3.1. BREAK-UP OF THE FORWARD CASTES AMONG WOMEN LEGAL PROFESSIONALS

Out of the 31 forward caste women legal professionals at the District Court, Lucknow, the largest number came from the Kayastha, Brahmana and Kshatriya castes – 11, 9 and 8 respectively – while 1 member each came from the castes of Sanatan, Vaish and others. Taking percentage-wise break up, the Kayasthas, Brahmanas and Kshatriyas accounted for 36%, 29% and 26% of the women legal professionals surveyed, while Sanatan, Vaish and others accounted for 3% each. The findings are illustrated in Table 5 and Figure 4:

**TABLE 5 - Break-up of Forward Caste Women Lawyers**

Kayastha	11
Brahmin	9
Kshatriya	8
Sanatan	1
Vaish	1
NA	1



**FIGURE 4 - Break-up of Forward Caste Women Lawyers in Percentage**

As the figure shows, although there are a large number of women legal professionals from the upper castes of the Brahmanas and Kshatriyas, the largest number of women lawyers comes from the Kayastha caste. This relates well with the high average marriage age among women of this caste, who give preference to their career, and are increasingly entering the career of law. Unlike most other castes of the Indian society, the Kayastha caste is traditionally job dependent rather than land

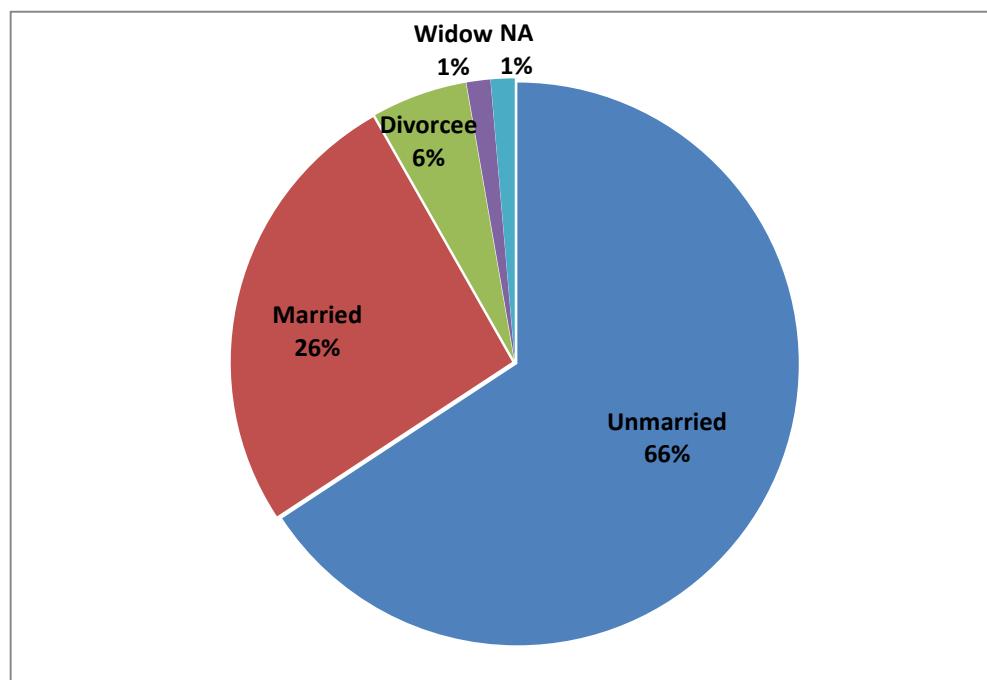
dependent, and therefore, the Kayasthas – both boys and girls – get married after becoming professionally qualified. This leads to a higher than average marital age among the Kayastha youth.

#### 4.4. MARITAL STATUS OF WOMEN LEGAL PROFESSIONALS

Among the 73 women legal professionals surveyed, an overwhelming majority of 48 were unmarried while only 19 were married. Among others, 4 were divorcees and 1 widow, while 1 respondent preferred not to disclose her marital status. Taking the percentage-wise break-up, 66% of the women legal professionals surveyed were unmarried and only 26% married. Divorcees and widows accounted for 6% and 1% respectively. The findings can be seen in Table 6 and Figure 5 below:

**TABLE 6 - Marital Status of Women Legal Professionals**

Unmarried	48
Married	19
Divorcee	4
Widow	1
NA	1



**FIGURE 5 - Marital Status of Women Legal Professionals in Percentage**

The overwhelming number of women lawyers being unmarried, and only a small number of married women lawyers, is a disturbing finding indeed. It clearly shows that

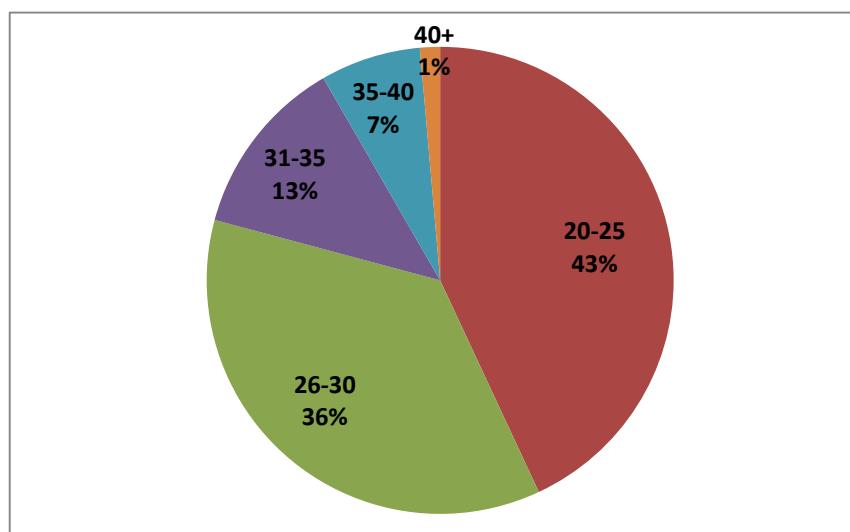
women lawyers are facing severe family pressure and, more often than not, have to opt out of the profession after marriage. Women lawyers, by the time they find themselves to be professionally well grounded, become too old to be considered suitable for marriage in the Indian society. Therefore, most Indian women practitioners remain spinsters throughout their life. The interviewed women lawyers were hesitant to discuss the reasons behind their not marrying.

#### 4.5. AGE COMPOSITION OF WOMEN IN LEGAL PROFESSION

In the sample population of 73, an overwhelming number of women legal professionals, i.e. 57, were below 30; 31 from the age group 20-25 and 26 from the age group 26-30. Nine were from the age group 31-35, 5 from 35-40 and only 1 above 40. Talking of percentage, 43% women legal professionals surveyed were from the youngest age group of 20-25, and 36% from the next youngest age group of 26-30. Women legal professionals from the age groups of 31-35 and 36-40 accounted for only 13% and 7% respectively, while women over 40 formed just 1%. These figures are illustrated in Table 7 and Figure 6 below:

**TABLE 7 - Age Composition of Women Legal Professionals**

20-25	31
26-30	26
31-35	9
35-40	5
40+	1



**FIGURE 6 - Age composition of Women Lawyers in Percentage**

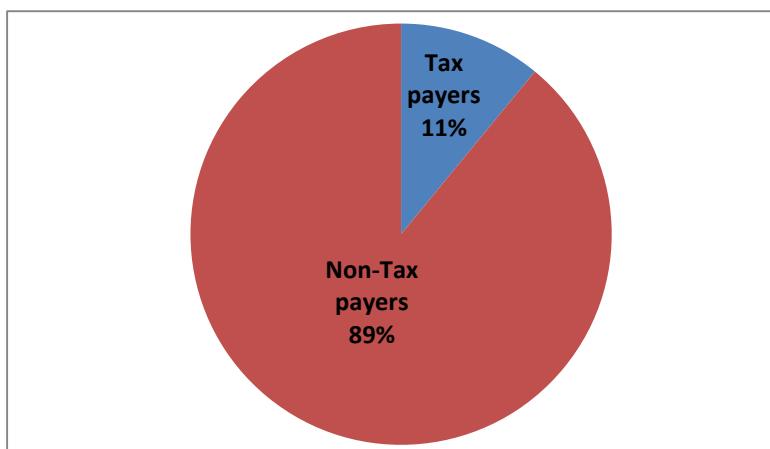
The large number of women legal professionals coming from the lower age groups shows a growing preference for the legal profession as their first choice of career. In the 1990s, the Law Honours course was introduced in India which allowed students to take up law immediately after completing their schooling; this was in contrast to the prevailing system of a three year course after graduation, the wherein students interested in law had to study subjects which were not of their interest for three years at the university level. This discouraged many bright students from taking up law as a profession earlier. A simultaneous development which occurred in India in the 1990s was the advent of globalisation following the liberalisation of the economy. This resulted in the influx of Multi-National Companies (MNC) into the country which, in turn, resulted in the proliferation of law firms in India. These law firms provided attractive career opportunities to young, aspirational women who now increasingly considered law as a viable career. However, such a small number of women from the higher age groups again shows that the family pressure is compelling them to opt out of the profession sooner rather than later.

#### **4.6. INCOME-TAX PAYERS AMONG WOMEN LEGAL PROFESSIONALS**

A striking finding was that, out of the 73 women legal professionals surveyed, as many as 65 did not come in the tax-paying slabs. Only 8 of them paid income tax. In terms of percentage, while 89% women lawyers surveyed were non-tax payers, only 11% paid income tax. The data are shown in Table 8 and Figure 7 below:

**TABLE 8 - Tax-payee Women Legal Professionals**

Tax payers	8
Non-tax payers	65



**FIGURE 7 - Tax-payee Women Legal Professionals in Percentage**

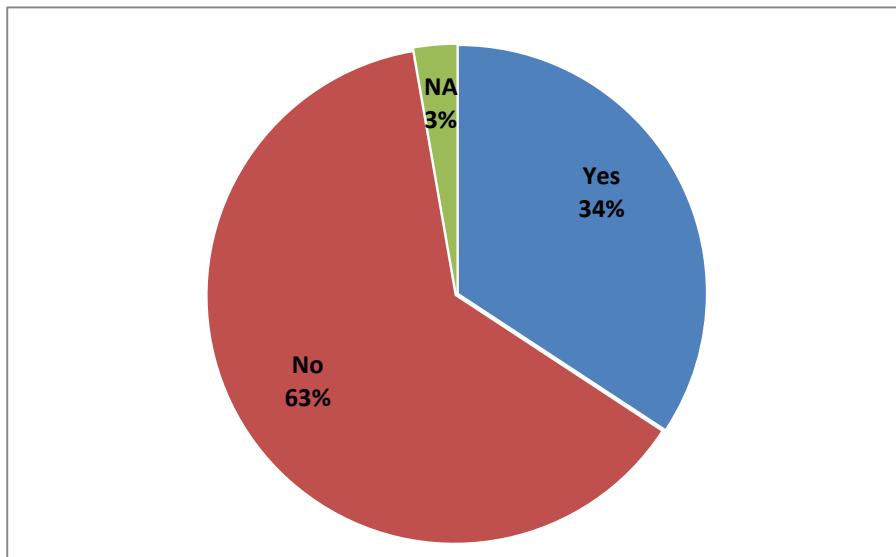
These data bring out a very shocking truth that an overwhelming number of women legal practitioners are not getting enough cases, and consequently their income levels remain low; it is mentioned earlier (under the section ‘Research Methodology’) in the research paper that most of the women are junior lawyers working under senior male lawyers in the capacity of an assistant. Thus they have very limited income of their own if at all, and do not come under the taxable bracket. Another reason for low income is that women lawyers tend to get low paying cases as none of them is a leading or well-known legal practitioner in the civil and criminal cases. Moreover, most of the cases finding their way to female lawyers involve petty family disputes which are inherently low paying. Some of the additional reasons for getting fewer cases were revealed by the interviewed lawyers themselves; they include social constraints of the Indian society which frowns upon women interacting with strangers or going out at odd hours (to their chambers), as well as lacking a network of touts to attract clientele, which is in marked contrast to their male counterparts who have a well-developed tout network. Similarly, few female lawyers find land dispute cases because they require making field visits to the disputed sites, which is socially stigmatised.

#### **4.7. EXPERIENCE OF GENDER DISCRIMINATION BY WOMEN LEGAL PROFESSIONALS**

Out of the sample population of 73 women legal professionals, as many as 25 accepted to having experienced some kind of gender discrimination at the District Court of Lucknow. Forty-six had not felt any such discrimination, while 2 preferred not to comment on this aspect. In terms of percentage, while 63% had not experienced any gender discrimination, 34% had, and 3% refused to comment. A female practitioner revealed in the interview that the office staff had a patronising attitude towards women while having a mindset that favoured male lawyers. Another female lawyer revealed that she and most other female lawyers had experienced sexual harassment at some point in their professional career. The figures are illustrated in Table 9 and Figure 8 below:

**TABLE 9 - Experience of Gender Discrimination by Women Legal Professionals**

Yes	25
No	46
NA	2



**FIGURE 8 - Experience of Gender Discrimination by Women Legal Professionals in Percentage**

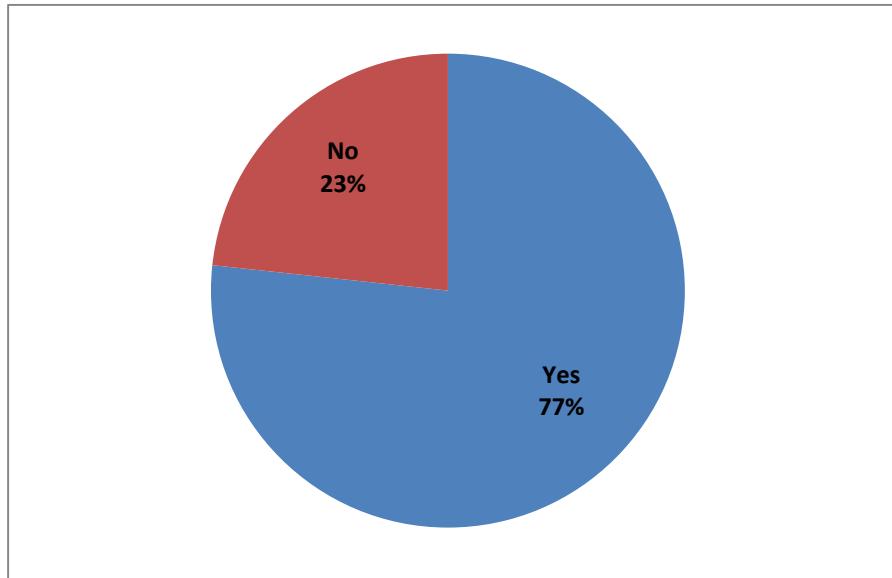
Thus, although the majority of women legal professionals at the District Court of Lucknow have not experienced gender discrimination in any form, the number of those who have is still substantial. Such discrimination at a place where one expects justice is indeed a cause of grave concern.

#### 4.8. FAMILY COOPERATION

Of the 73 women legal professionals included in the research, 56 accepted to receiving family cooperation, while only 17 complained of not getting cooperation from their families. The cooperation was in the form of both moral support and understanding towards their professional responsibilities, as well as distribution and division of their household responsibilities which is traditionally considered as the woman's domain in India. Thus, while 77% of the women legal professionals surveyed were receiving cooperation from their families, 23% were not so fortunate. The data are illustrated in Table 10 and Figure 9 below:

**TABLE 10 - Family Cooperation to Women Legal Professionals**

Yes	56
No	17



**FIGURE 9 - Family Cooperation to Women Legal Professionals in Percentage**

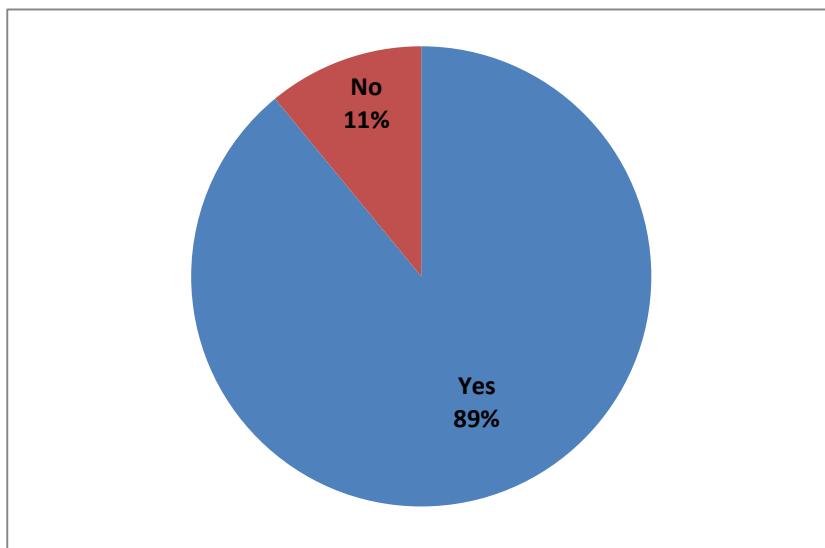
Superficially, these data seem to contradict our earlier observation of women opting out of the profession because of lack of family support. However, when we remember that the majority of women in our sample population are unmarried, the data begin to make sense. Obviously, unmarried girls are receiving support from their parents and other family members, but not the married women legal professionals, whose husbands and in-laws seem to be hostile to their continuing in this profession.

#### 4.9. JOB SATISFACTION AMONG WOMEN LEGAL PRACTITIONERS

In our sample population of 73 women legal practitioners, 65 said they were satisfied with the profession, while only 8 expressed dissatisfaction. Thus, a large majority of women legal professionals surveyed were satisfied with their profession, and only 11% were not. The figures are illustrated in Table 11 and Figure 10:

**TABLE 11 - Satisfaction with the Profession among Women Legal Professionals**

Yes	65
No	8



**FIGURE 10 - Satisfaction with the Profession among Women Legal Professionals in Percentage**

Considering our earlier inference of low income levels among women lawyers, the satisfaction of the overwhelming majority of women comes as a pleasant surprise. Obviously, the attractions of the profession are other than money. The most likely explanation for their sense of satisfaction is that the profession provides them with a sense of identity as well as a feeling of helping the people to get justice. The sense of helping their clients in getting justice is further enhanced by the fact that women lawyers make good counsels to the women suffering from domestic violence or having marital disputes – a common social problem in India. It is also worthwhile to point out that traditionally lawyers have occupied an esteemed position in the Indian society. Thus being a legal practitioner provides women with a strong sense of professional and social identity, which are both interlinked in the Indian social setup. Moreover, it makes the women lawyers legally self-sufficient and capable of resolving their own family litigations involving land or family. Also, female lawyers often being unmarried, and living largely in a joint family setup, do not feel seriously aggrieved because of their low income which is enough for bare sustenance.

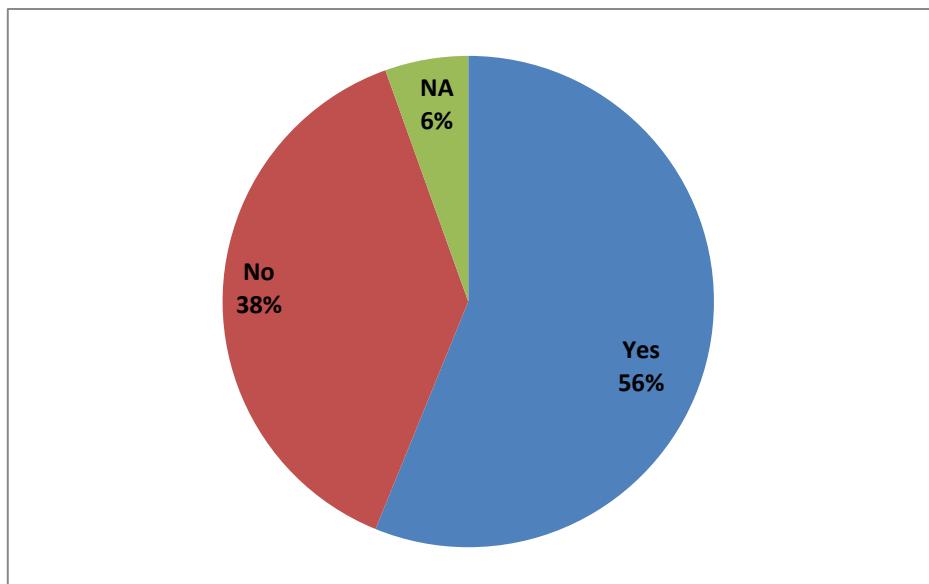
#### 4.10. CHOICE OF LEGAL PROFESSION AS A CAREER OPTION FOR THE OFFSPRING

The majority of the women legal practitioners surveyed, i.e. 41, were willing to allow their children to join the legal profession as a career option. However, the number of unwilling women legal practitioners at 28 was also not insignificant, which would rise to 32 on adding those 4 who were not sure about it. In terms of percentage, while 56% women legal professionals surveyed were willing to allow their offspring to join the legal

profession, 38% were unwilling to do so and 6% were undecided. The findings are illustrated in Table 12 and Figure 11 given below:

**TABLE 12 - Choice of Legal Profession as a Career Option for the Offspring**

Yes	41
No	28
NA	4



**FIGURE 11 - Choice of Legal Profession as a Career Option for the Offspring in Percentage**

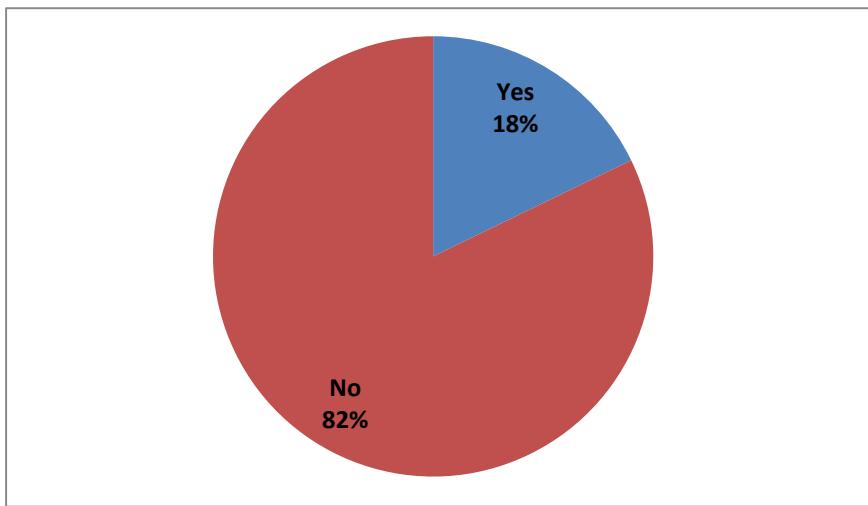
Clearly, even though most women legal professionals are satisfied with their profession, many of them would not like their children to join this profession. This again shows that, despite their professed satisfaction, things are not all that good for women in the legal profession.

#### **4.11. FAMILY MEMBERS IN THE PROFESSION**

Out of our sample population of 73 women lawyers, only 13 had other family members in the legal profession. The overwhelming majority of 60 came from the families that did not have any other member in this profession. In terms of percentage, 82% of the women legal professionals surveyed came from the families with no links with the legal profession, and only 18% came from the families with such links. These figures are illustrated in Table 13 and Figure 12 below:

**TABLE 13 - Family Members in the Profession**

Yes	13
No	60


**FIGURE 12 - Family Members in the Profession in Percentage**

The findings in this section corroborate the inferences drawn in the foregoing section. As most women legal professionals are from families with no other legal practitioner, it is clear that the existing legal professionals do not prefer legal profession as a career option for their children, especially girls.

##### **5. DISCUSSION ON FINDINGS**

The research findings bring out certain facts about women legal professionals in India, in sharp relief. The first thing to note is that the number of women in legal profession is increasing sharply, which shows a welcome change in the mind-set of the society. However, this increase is only quantitative, not qualitative. The fact that most women professionals are not getting enough cases, and consequently have low earnings, is a disturbing fact. Satisfaction with the job expressed by most women legal professionals, even in these conditions, does not seem to be more than just putting up a brave front as most of them wouldn't prefer their children, especially girls, to join the profession.

Secondly, marriage and family-raising seem to be big hurdles for women legal practitioners. Although a number of women join the legal profession as a career of first choice, most of them opt out immediately or soon after marriage. It is really shocking that very few women are able to continue after the age of forty. This is the stage when the legal practitioners have acquired experience and would be at the height of success.

Evidently, family pressures after marriage are depriving women legal professionals of the fruit of their hard work put in during their initial years in the profession.

Finally, gender discrimination experienced at the workplace by the women legal practitioners is a serious issue. It is important to note here that, keeping the sensitivities of women, no separate question on sexual harassment was asked in the questionnaire, and gender discrimination was supposed to be inclusive of sexual harassment. This makes it clear that even the profession of law, whose aim is to provide justice to everyone, is not free from discrimination and harassment, often of a sexual nature, meted out to its own women fraternity. In fact, as mentioned earlier, out of the 101 women legal practitioners contacted, 8 refused to participate in the survey, with adverse comments on the intent of the researcher. This fact itself is a grim reminder of the sense of insecurity and suspicion towards men, being felt by women, even in the profession of law which is associated with considerable power and prestige.

## **CONCLUSION**

As the above discussion brings out, there are three areas that need immediate attention in order to ensure a fruitful participation of women in the legal profession. The first is the need to bring about a qualitative improvement in the participation of women legal professionals, i.e., ensuring enough number of cases and a financially rewarding career to them. The second problem of family pressure to opt out after marriage is expected to fade once women lawyers' practice sees this qualitative improvement, i.e. improvement in terms of the number and nature of cases as well as earnings, which would go a long way in changing the attitudes of husbands and in-laws.

The third and the most serious issue is gender discrimination, including sexual harassment. In fact, the apprehension of such harassment is likely to be a major reason for women opting out of the profession themselves, or being compelled by their family members to do so. Gender discrimination is a widespread problem, not specific to the legal profession. However, the nature of the legal profession, as contrasted with the professions considered 'safe' for women, like school teaching and medicine, does make it seem more prone to harassment. Nevertheless, while a strict enforcement of the anti-harassment provisions of the law will help make the profession more conducive to women, ultimately even this problem will be resolved only with a qualitative improvement in the practice of women lawyers.

Bringing about a qualitative improvement in the practice of women lawyers, therefore, is the most pressing issue to focus on, for the future researchers in the field.

## SAURABH KUMAR MISHRA

Assistant Professor

Department of the History and Culture of the Asian People  
Shashibhushan Balika Vidyalaya Degree College, Lucknow (U.P.), India  
Contact: saurabh\_lko1@yahoo.com

Received on 01.01.2014

Accepted for publication on 18.12.2015

## REFERENCES

- Abel, Richard (1988), Comparative Sociology of Legal Professions: An Explanatory Essay.  
*American Bar Foundation Research Journal*, 10(1), Winter, 1-80.
- Bar Council of Allahabad (2014), *Record of Registered Legal Practitioners in UP*. Lucknow: U.P. Govt. Press.
- Buckee, Gillian F. M. (1972), *An Examination of the Development and Structure of the Legal Profession at Allahabad, 1866-1935*. Unpublished PhD Thesis presented to the University of London, the United Kingdom.
- Ghurye, Govind Sadashiv (1957), *Caste and Class in India*. Mumbai: Popular Book Depot.
- Gooptu, Sorabji (2007), *Cornelia Sorabji, India's Pioneer Woman Lawyer: A Biography*. Oxford: Oxford University Press.
- High Court of Judicature at Allahabad (1966), *High Court of Judicature at Allahabad: Centenary*. Lucknow: UP Government Press.
- Hutton, John Henry (1961), *Caste in India*. Oxford: Oxford University Press.
- Kay, Fiona; Gorman, Elizabeth (2008), "Women in the Legal Profession", *The Annual Review of the Law and Social Science*, 4, 299-332.
- Paul, John Jeya (1991), *Legal Profession in Colonial South India*. Oxford: Oxford University Press.
- Sen, Anima (1999), *Problems and Potentials of Women Professionals across Cultural Perspectives*. New Delhi: Gyan Publishers.
- Vadagama, Kusoom (ed.) (2011), *An Indian Portia: Selected Writings of Cornelia Sorabji, 1855 to 1954*. New Delhi: Zubaan.

## ESTEREOTIPOS DE GÉNERO EN EL DISCURSO JUDICIAL ECUATORIANO.

### RESTRICCIONES AL CUERPO Y A LA SEXUALIDAD DE LAS MUJERES

XIMENA RON ERRÁEZ

**Resumen:** Este artículo se propone evidenciar los estereotipos de género en relación con el cuerpo y la sexualidad de las mujeres en que incurren las autoridades jurisdiccionales en Ecuador, y más aún, la Corte Constitucional como el máximo órgano de la administración de justicia constitucional encargada de la protección de los derechos constitucionales y de los derechos humanos. Para tal efecto, se establece que el Derecho puede ser utilizado como instrumento de emancipación y control por parte de los operadores jurídicos; y que dada la influencia que tiene el lenguaje judicial en la sociedad, la incursión en estereotipos de género en el discurso judicial deriva en la restricción de derechos, la afirmación de patrones culturales de discriminación y el impulso de las relaciones injustas de poder entre los sexos.

**Palabras claves:** derecho, lenguaje, género, estereotipos, mujeres.

## GENDER STEREOTYPES IN THE ECUADORIAN JUDICIAL RHETORIC.

### RESTRICTIONS TO THE BODY AND THE SEXUALITY OF WOMEN

**Abstract:** This article proposes to shed light on the gender stereotypes in relation to the body and the sexuality of women. It shows how the Ecuadorian judicial authorities fall into these stereotypes, as well as the Constitutional Court itself, which is the highest administrative constitutional justice body in charge of protecting constitutional and human rights. For that effect, it is established that the law may be used both as an emancipation and control device by judicial operators; and taking into consideration the influence that the judicial lexicon has on society, the occurrence of gender stereotypes in judicial rhetoric leads to a restriction of rights, the assertion of cultural patterns of discrimination and the bolstering of unfair power relations between both genders.

**Keywords:** law, language, gender, stereotypes, women.

## INTRODUCCIÓN

El Derecho es parte de la cultura, es contingente y cambiante, de ahí que el discurso jurídico se construye en un entretejido de discursos sociales diversos (Ruiz, 2009: 158). Sobre esta base, es preciso considerar que el Derecho como instrumento social puede ser utilizado de múltiples formas por parte de los operadores jurídicos a través del ejercicio del poder que representa su aplicación o su exigencia.

De esta forma, el Derecho puede tanto consagrar como denunciar la discriminación, anular o reconocer la existencia de seres sujetos de derechos, participar en los espacios de conflicto encubriendo o generando soluciones, y en general, intervenir en el mundo simbólico con consecuencias reales a partir del discurso jurídico, que constituye una modalidad específica del poder (*ibidem*: 159).

Dentro del discurso jurídico se encuentra el discurso judicial que constituye el razonamiento de las autoridades de la administración de justicia plasmado en sus sentencias, mediante el cual justifican las razones por las cuales adoptan determinada decisión frente a un caso concreto. Así, en razón de su legitimidad, el discurso judicial puede ser utilizado por las juezas y jueces para mantener, ocultar o contribuir a la eliminación de inequidades, tales como la reproducción de estereotipos de género.<sup>1</sup>

Valdría recordar entonces que los estereotipos consisten en construcciones a partir de imágenes negativas cargadas de prejuicios y que contribuyen al sostenimiento cultural de las discriminaciones (Zaffaroni, 2009: 332). De ahí que los estereotipos de género refuerzan –entre otros supuestos culturales– sobre la personalidad y comportamiento de las mujeres lo que a la larga genera discriminación.

La incursión de estereotipos de género en el discurso judicial respecto al ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres constituye un tipo de violencia simbólica, cuyo influjo en la sociedad es extremadamente nefasto en la medida en que se legitiman las restricciones al cuerpo y la sexualidad de las mujeres desde el Derecho, haciendo más difícil su desarraigo de la conciencia colectiva.

En tal razón, este artículo se propone evidenciar los estereotipos de género en relación con el cuerpo y la sexualidad de las mujeres en que incurren las autoridades jurisdiccionales en Ecuador y más aún el máximo órgano de la administración de justicia constitucional, la Corte Constitucional, que constituye la entidad encargada de la protección de los derechos constitucionales y de los derechos reconocidos en instrumentos internacionales.

---

<sup>1</sup> La expresión género debe entenderse como la deconstrucción del binarismo, lo que nos remite a una realidad temporal y cultural en la que lo sexual, lo anatómico y lo fisiológico es interpretado de manera diferente, dependiendo de las distintas épocas y de acuerdo a cada cultura (Castellanos, 1997: 5-10).

Para tal efecto, se analizarán dos sentencias emitidas por la Corte Constitucional, cuya selección responde esencialmente a tres razones: 1) las dos sentencias contienen de forma expresa algunos de los más comunes estereotipos de género, 2) se relacionan con los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, y 3) son consideradas por la Corte Constitucional como fallos de trascendencia antagónica, debido a que mientras el primero es estimado como una sentencia paradigmática positiva, el segundo a pesar de la importancia del tema resuelto se ha ocultado de la opinión pública debido a las críticas recibidas.

Además, para el análisis de las sentencias referidas se utilizarán las formas de sexismo<sup>2</sup> identificadas por Margrit Eichler, entre estas, insensibilidad al género, dicotomismo sexual y familismo. Así, según la autora el estereotipo de insensibilidad al género consiste en ignorar la categoría de sexo como una importante variable en el análisis social, desconociendo intencionalmente que determinado hecho o situación puede generar efectos diferentes en razón del sexo; el dicotomismo sexual se orienta a la exageración de las diferencias de los sexos, es decir, al trato de los sexos como diametralmente opuestos; mientras que el familismo consiste en el tratamiento de la familia como una unidad de análisis sin considerar a los miembros de la familia de forma individual, es decir, como sujetos con experiencias y sensaciones propias (Eichler, 1991: 5 ss.).

A partir de las consideraciones anotadas, en la primera sección de este artículo se analizarán previamente las restricciones al cuerpo y la sexualidad de las mujeres a través del discurso judicial, y específicamente, a través de los estereotipos de género; y en la segunda sección se examinarán las sentencias seleccionadas a la luz de los estereotipos identificados por Margrit Eichler, con objeto de evidenciar la utilización de estos estereotipos en la jurisprudencia constitucional ecuatoriana.

## **1. RESTRICCIONES AL CUERPO Y LA SEXUALIDAD DE LAS MUJERES A TRAVÉS DEL DISCURSO JUDICIAL**

Los derechos sexuales y reproductivos son derechos humanos y respecto del colectivo femenino estos están estrechamente relacionados con el cuerpo de las mujeres y las decisiones que se tomen en relación con ello. En Ecuador, la salud sexual y reproductiva está garantizada a favor de todas las personas, según establece el artículo 32 de la Constitución de la República de 2008. En el mismo sentido, el artículo 66, numerales 9 y 10 de la misma Norma Fundamental, garantizan el derecho de las personas a tomar

<sup>2</sup> La expresión sexismo se refiere a un complejo sistema de ideas, discursos y actitudes que facilitan, ideológicamente y jurídicamente, la negación de los derechos de la mujer, debido a que no se reconoce su igualdad, sino que se la considera una ciudadana de segunda clase (Castellanos, 1997: 5-10).

decisiones libres, responsables e informadas sobre su sexualidad, su orientación sexual, su salud y vida reproductiva y a decidir cuándo y cuántas hijas e hijos tener.

Según refiere Judith Salgado, a partir de la Conferencia Internacional de Derechos Humanos de Viena en 1993, se empezó a discutir sobre la salud sexual y reproductiva de las mujeres con mayor confianza, en la medida en que se reconoció que la violencia contra las mujeres atenta directamente contra los derechos humanos. De la misma forma, la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo (CIDP) celebrada en el Cairo en 1994, incorporó la sexualidad y la salud sexual a los espacios de debates internacionales de derechos humanos (Salgado, 2006: 2 ss.).

Así, dio inicio en el marco del Derecho internacional y del Derecho interno de los países el reconocimiento de la relación entre salud sexual y el ejercicio de derechos; sin embargo, no es sino hasta IV Conferencia Internacional sobre la Mujer (CIM) de Pekín en 1995, cuando los derechos reproductivos de las mujeres se consagran por primera vez en un documento internacional. Por tal razón, la Plataforma de Acción de la IV CIM enfatizó que:

Los derechos humanos de las mujeres incluyen su derecho a ejercer el control y decidir libre y responsablemente sobre las cuestiones relativas a su sexualidad, incluida su salud sexual y reproductiva, libres de coerción, discriminación y violencia. Las relaciones igualitarias entre mujeres y hombres respecto de las relaciones sexuales y la reproducción, que incluyan el pleno respeto de la integridad de la persona, exigen el respeto y el consentimiento mutuo y el asumir de forma compartida las responsabilidades del comportamiento sexual y sus consecuencias.<sup>3</sup>

La salud reproductiva de la mujer incluye la capacidad de disfrutar de una vida sexual satisfactoria y la libertad para decidir si quiere procrear o no, cuándo hacerlo y con qué frecuencia. De tal manera, los derechos reproductivos abarcan tanto el disfrute y respeto en la vida sexual, como el reconocimiento del derecho básico de las personas a decidir libre y responsablemente el número de hijas o hijos, el espaciamiento e intervalo de los nacimientos y la adopción de decisiones relativas a la reproducción sin sufrir discriminación, coacciones, ni violencia.

Es importante subrayar que las mujeres no son titulares exclusivas de los derechos sexuales y reproductivos, sino que estos son reconocidos a todos los seres humanos

<sup>3</sup> Plataforma de Acción de la IV Conferencia Internacional sobre la Mujer, 1995, documento de Naciones Unidas A/CONF.177/20, Párrafo 96. Página consultada el 01.08.2015, en <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20S.pdf>.

sin distinción en razón de sexo. Sin embargo, los referidos derechos adquieren una trascendencia significativa cuando se relacionan con la población femenina, sobre la base que las mujeres sufren limitaciones a estos derechos a través de políticas públicas y disposiciones legales o judiciales que resuelven temas como el aborto o prohíben métodos anticonceptivos (Ron, 2012: 9).

Con la interferencia en las decisiones propias de las mujeres acerca de su sexualidad y reproducción se afirman los patrones culturales que determinan que ambos aspectos son inseparables, y que en consecuencia, el rol natural y social de las mujeres es la reproducción de la especie. De ahí que, instituciones tales como el Estado, la Iglesia y la Familia imponen a las mujeres los comportamientos “socialmente apropiados” como las relaciones sexuales dentro del matrimonio y la maternidad obligatoria (Bonaccorsi y Reybet, 2008: 54).

Para Sonia Montaño la limitación de la autonomía en el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, deriva en el control del uso del tiempo y el cumplimiento del mandato cultural que exige el cuidado no remunerado de la familia, lo que a su vez, está vinculado directamente con la exclusión de las mujeres y el fortalecimiento de las relaciones asimétricas de poder (Montaño, 2003: 367).

La determinación social y cultural en relación al ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres que derivan en una consideración distinta de estos respecto de los mismos derechos ejercidos por el colectivo masculino, se traduce en varios tipos de violencia, que van desde la violencia física hasta la violencia simbólica.

Así, la violencia sexual constituye apenas un ejemplo de cómo puede influir en el comportamiento humano el desigual ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de hombres y mujeres. Precisamente en este sentido, Roxana Arroyo y Lola Valladares aseguran que la sexualidad y la capacidad reproductiva de las mujeres y sus cuerpos se han convertido en un espacio sobre el que se perpetran las formas de violencia más brutales (Arroyo y Valladares, 2009: 407).

En esta línea de pensamiento, la utilización de estereotipos de género en el discurso judicial acerca de al ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres constituye un tipo de violencia simbólica, cuyo influjo en la sociedad es extremadamente nefasto en la medida en que se legitima la subordinación y discriminación de las mujeres desde el Derecho, haciendo más difícil su desarraigo de la conciencia colectiva.

Los estereotipos de género se traducen en discriminación cuando niegan a determinado grupo social ciertos beneficios sobre la base de consideraciones inexistentes o que no les sean aplicables. De este modo, los estereotipos de género como distinciones, exclusiones y restricciones, se utilizan como los límites a la

capacidad de decidir o para evitar el reconocimiento y ejercicio de derechos o libertades (González, 2011: 269).

Según refiere Madalena Duarte “...la dominación de género puede ser situada en el nivel más básico de la interacción humana: el lenguaje” (Duarte, 2013: 68). De este modo, no resulta extraño que a través del lenguaje plasmado en las sentencias se reproduzcan ideas de dominación ya sea de forma expresa o encubierta, generándose entonces la restricción del cuerpo y la sexualidad de las mujeres a través de la simulación de su regulación por parte del Derecho.

Valdría considerar aquí, que el Derecho es un discurso del poder que se orienta a establecer actitudes, pensamientos y comportamientos, y consecuentemente, a institucionalizar lo que debe ser considerado como legítimo o ilegítimo, aceptable o inaceptable, natural o desnaturalizado (Facio, 2000: 33). A esta idea convendría adicionar que, sobre la base de una estructura social patriarcal, cuando las autoridades que ejercen la administración de justicia son hombres –o mujeres que reproducen dichas estructuras– la configuración del discurso judicial podría verse influenciada por un sesgado esquema de pensamiento.

Según Carol Smart el Derecho es sexista en la medida en que establece una diferenciación entre mujeres y hombres, colocando a las mujeres en situación de desventaja y configurando un sistema afectado en su percepción que juzga a las mujeres a través de una visión prejuiciosa, por lo que el sexism se encuentra enquistado en el modo en que se comprende y negocia el orden social y se difunde mediante –entre otros– el lenguaje (Smart, 2000: 36).

Ahora bien, en palabras de Bourdieu el poder simbólico no puede ejercerse sin la contribución de los que lo soportan (2000: 32), de ahí que sea necesaria una toma de conciencia del grupo social afectado a través del análisis crítico del discurso judicial y el reconocimiento de los estereotipos de género –expresos u ocultos–, con la finalidad de contribuir con la transformación de las estructuras que perpetúan las relaciones de dominación.

Sobre la base de lo expuesto, en la siguiente sección se analizará el discurso judicial en dos sentencias emitidas por el máximo órgano de la administración de justicia constitucional del Ecuador, relacionadas con los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres. De esta manera, se buscará develar como en el poder judicial y específicamente en la mentalidad de los jueces predominan aún estereotipos de género que se plasman en las resoluciones judiciales que conciernen a las mujeres.

## 2. ESTEREOTIPOS DE GÉNERO EN EL DISCURSO JUDICIAL ECUATORIANO

Con el fundamento de las consideraciones precedentes, en esta sección expondré mediante el examen de dos sentencias constitucionales –cuyas razones de selección constan cf. *supra*– la utilización de estereotipos de género en la argumentación judicial por parte de la Corte Constitucional ecuatoriana,<sup>4</sup> relacionadas con restricciones a los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres.

### 2.1. LA EXIGENCIA DE UNA REA DE SU DERECHO A LAS VISITAS ÍNTIMAS<sup>5</sup>

La primera resolución identificada con el n.º 0198-2009-RA<sup>6</sup> fue emitida por la Corte Constitucional ecuatoriana en el contexto de una acción de amparo constitucional<sup>7</sup> planteada por una interna de un centro de rehabilitación social del Ecuador. La demandante de estado civil casada pero separada desde hace siete años de su marido con quien procreó una hija que vive junto a su padre en otro país, señaló que durante múltiples ocasiones solicitó al director nacional de Rehabilitación Social le conceda la autorización correspondiente para tener un encuentro personal bajo la modalidad de permiso de visita íntima con su actual pareja sentimental, sin obtener una respuesta positiva.

Con estos antecedentes, la Corte Constitucional empezó por plasmar en los antecedentes de la resolución, los argumentos de contestación a la demanda presentados por el director nacional de Rehabilitación Social, quien frente a la petición de la rea sostuvo en lo principal:

[...] una de las reglas para acceder a la visita íntima, es demostrar una convivencia constante y permanente de por lo menos cinco años atrás, con la persona con la que se aspira al beneficio, y que la accionante está felizmente casada con un

---

<sup>4</sup> Vale señalar que respecto de la segunda resolución analizada el órgano decisor es el Tribunal Constitucional del Ecuador, institución que precedió a la actual Corte Constitucional del Ecuador, por lo que en materia de competencias resultan análogas; salvo algunas atribuciones adicionales conferidas a la Corte Constitucional.

<sup>5</sup> En algunos países también denominada “visita conyugal”.

<sup>6</sup> Véase Corte Constitucional Ecuador. Segunda Sala. Resolución n.º 0198-2009-RA. Página consultada el 13.07.2015, en

[http://www.inredh.org/archivos/casos/derechos\\_sexuales/resolucion\\_segunda\\_13oct\\_09.pdf](http://www.inredh.org/archivos/casos/derechos_sexuales/resolucion_segunda_13oct_09.pdf).

<sup>7</sup> La acción de amparo constitucional era una garantía establecida en la Constitución Política del Ecuador 1998, mediante la cual cualquier persona frente a la vulneración de uno o más de sus derechos constitucionales, por parte de la acción u omisión de una autoridad pública –o de particulares que vulneren derechos colectivos–, podía presentar una demanda. La sustanciación de la acción de amparo tenía dos instancias, la primera que era resuelta por el juez del lugar en que se hubiere cometido la vulneración de derechos y la segunda por el Tribunal Constitucional (actual) Corte Constitucional. Actualmente la acción de amparo se denomina acción de protección de acuerdo a la vigente Constitución de la República de 2008.

ciudadano mexicano con el que ha procreado una hija que a la fecha tiene 14 años de edad, y que la pareja con la que pretende la visita conyugal no es su marido.<sup>8</sup>

De la misma manera, la Corte Constitucional dejó constancia en la resolución que se examina, que el principal argumento que fundamentó la decisión del juez de primera instancia para negar la acción de amparo constitucional presentada por la interna, fue “... preservar la unidad familiar, esto es la relación conyugal (pro reo) debidamente establecida”.<sup>9</sup>

A partir de estas precisiones, la Corte Constitucional ecuatoriana declaró que la negación del permiso de visitas íntimas a la accionante con su actual pareja constituía la vulneración de los derechos constitucionales a: a) la intimidad familiar y b) el libre desarrollo de la personalidad. Así, se estableció la transgresión del primer derecho por cuanto este se relaciona con la limitación del encuentro personal y la visita íntima entre la interna y su pareja; y, el segundo derecho en la medida en que se impidió que la interna tome decisiones libres y responsables sobre su sexualidad y su vida.

Al respecto, resulta claro que el órgano de justicia constitucional realiza un interesante razonamiento en relación con la libertad de la peticionaria para tomar decisiones libres y responsables acerca de su sexualidad, determinando que una vida digna incluye tener relaciones sexuales bajo condiciones de periodicidad, intimidad, salubridad y seguridad, independientemente de si se trata de una relación entre cónyuges o concubinos, destacando además, que las afirmaciones realizadas por el director nacional de Rehabilitación Social y por el juez de primera instancia fueron inadecuadas.

No obstante, aunque en la resolución los jueces realizan un denodado esfuerzo por proteger la libertad sexual de la interna, estos incurren en el estereotipo del “familismo” al establecer que las visitas íntimas no deberían restringirse únicamente al marido sino también al conviviente. En otras palabras, se extiende la consideración de la vida sexual de las mujeres, del cónyuge al concubino, con lo cual se continúa limitando la autonomía de las decisiones de las mujeres en cuanto a su vida sexual, sobre la base que la figura legal del concubino representa una relación amorosa estable dentro de una unión de hecho.

En esta línea de pensamiento, es fundamental indicar que el estereotipo de familismo está claramente relacionado con la limitación de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres. Esto por cuanto, según sostiene Margrit Eichler (1991: 8), el familismo consiste en el tratamiento de la familia como una unidad de análisis sin

<sup>8</sup> Resolución n.º 0198-2009-RA, antecedentes, página 6.

<sup>9</sup> Resolución n.º 0198-2009-RA, antecedentes, página 7.

considerar a los miembros de la familia de forma individual, es decir, como sujetos con experiencias y sensaciones propias.

Sobre esta base, a través del estereotipo del familismo la mujer es estimada como el pilar de la institución familiar y de sus lazos afectivos, otorgándole la responsabilidad de mantener unido al núcleo familiar e imponiéndole la culpa de la dispersión de la parentela. Precisamente por eso, durante generaciones y en la actualidad, la familia y específicamente las mujeres han venido resolviendo toda clase de problemas familiares y sociales, que van desde el cuidado a los enfermos, la atención a los adultos mayores, la solidaridad con los miembros que están desempleados, con los adictos, los discapacitados, y un largo etc. (Sánchez y Bote, 2009: 128).

La mujer se convierte entonces en sinónimo de familia y de sus consiguientes derivaciones “mujer-madre” y “mujer-esposa”; así, según afirma Vivian Rodríguez del Toro, para que las mujeres puedan ser consideradas buenas esposas y buenas madres, deben siempre anteponer los deseos y necesidades de su familia a los suyos propios aún a costa de que aquello implique sacrificio o sufrimiento (2009: 174).

De esta manera, la consideración del beneficio de las visitas íntimas para las internas, sin restricciones, no resulta una idea de fácil aceptación para la sociedad, en tal razón los jueces reproducen este patrón limitando el derecho exclusivamente al cónyuge o al concubino, situación que no sucede respecto de los internos. Así, señala precisamente Alex Ayala al referir datos extraídos del diario “La nueva Sociedad” de México del 2008, que en su artículo “mujeres invisibles”, establece que “... en los pocos establecimientos penitenciarios mexicanos, en donde existe la visita íntima conyugal para las mujeres, estas son objetos de exigencias que los hombres reclusos no lo sufren, como el uso forzoso de anticonceptivos o la obligación de estar casadas o mantener un vínculo estable con el visitante” (Ayala, 2013: 2).

De otro lado, en la resolución constitucional que se analiza se identifica también el estereotipo de género de “dicotomismo sexual”, que consiste en tratar a los sexos como diametralmente opuestos fundamentando tal diferencia de características y atributos en datos presuntamente científicos y comprobados (Facio, 1992: 127). Así, la Corte Constitucional en la resolución n.º 0198-2009-RA expresó que:

Estudios demuestran que las mujeres son más vulnerables en los Centros de Rehabilitación, porque no alcanzan el mismo nivel de adaptación que los hombres, porque el hecho de ser privadas del control de su apariencia física –por la fuerte incidencia de los modelos estéticos de belleza física– las angustia, porque para ellas el rompimiento familiar que produce la privación de su libertad es más dolorosa, porque son estereotipos de bondad, abnegación, honestidad, etc.,

porque la privación de la libertad les causa una continencia afectiva por su natural sensibilidad.<sup>10</sup>

En tal razón, la Corte Constitucional fundamentada en presuntos estudios –sin anotar la referencia a los mismos que especifique de qué clase o quiénes los realizaron– aseguró en su resolución que las mujeres son más vulnerables que los hombres en ciertas situaciones, tales como la privación de libertad. Además, determinó que las mujeres sufren más que los hombres en los centros de rehabilitación en tanto están privadas del control de su apariencia y enfrentan mayores sufrimientos en razón de su inclinación por la belleza física. Es decir, la resolución constitucional establece que la población femenina tiene características determinadas e inalterables, entre otras, preocupación por lo estético, de lo que se desprende la consideración de que cada sexo posee particularidades específicas.

El estereotipo de dicotomismo sexual constituye la representación más clara de la definición propia de estereotipo de género considerado como la percepción sobre los roles típicos y apropiados de los hombres y las mujeres en la sociedad. Los hombres y las mujeres sujetos a la presión social que involucra este estereotipo buscan que sus actuaciones se ajusten en la mayor medida a los roles establecidos, que –entre otros– se construyen alrededor de roles opuestos (González, 2011: 282).

De esta manera, en esta primera resolución se evidencia en el discurso judicial los estereotipos de género de familismo y dicotomismo sexual, lo que derivó en que la accionante obtuviera la aprobación de su petición, esto es, que se le concediera el permiso de visitas íntimas con su actual pareja sobre la base de la justificación de una relación amorosa estable.

## 2.2. LA PROHIBICIÓN DE COMERCIALIZACIÓN DE LA PASTILLA DEL DÍA DESPUÉS

La resolución n.º 0014-2005-RA<sup>11</sup> dictada por el Tribunal Constitucional ecuatoriano –actual Corte Constitucional– fue emitida en el contexto de una acción de amparo constitucional presentada por un abogado en contra del ministro de Salud Pública del Ecuador. En dicha acción el demandante solicitó la suspensión definitiva del registro sanitario para la comercialización y expendio de la pastilla “Postinor 2”, también conocida como la pastilla del día siguiente o del día después, argumentando que al ser

<sup>10</sup> Resolución n.º 0198-2009-RA. Considerando Noveno, página 11.

<sup>11</sup> Véase, Tribunal Constitucional del Ecuador. Tercera Sala. Resolución 0014-2005-RA. Consultado el 16.07.2015, en <http://www.derechoecuador.com/productos producto/catalogo/registros-oficiales/2006/junio/code/18651/registro-oficial-22-de-junio-del-2006-suplemento>.

utilizada en los tres días subsiguientes a una relación sexual no protegida, pone fin a un embarazo no deseado en contra de expresas disposiciones constitucionales y penales.<sup>12</sup>

En la resolución n.º 0014-2005-RA, el Tribunal Constitucional reconoció que no existe en el ordenamiento jurídico ecuatoriano una norma específica que defina cuándo se produce la concepción, sin embargo, sustentado en el principio *pro ser humano* el tribunal resuelve proteger *a priori* el derecho a la vida del niño sin considerar el derecho de decisión de las mujeres sobre su propio cuerpo:

De todas formas, esta Sala consciente de todo el debate científico y social, no puede aseverar que la concepción se produce desde la fecundación del óvulo, pero tampoco puede estar seguro de lo contrario.<sup>13</sup>

DÉCIMO SEGUNDO.- [...] el juez constitucional debe realizar una interpretación que garantice la vida del ser humano, desde el momento mismo de su formación, y para ello, aún frente a la duda, asumir por prudencia que ella se produce desde la fecundación del óvulo [...] Visto de esta forma, se debe concluir que al actuar el medicamento POSTINOR -2, en una de sus fases, como agente para impedir la implantación del cigoto, es decir, luego de fecundarse el óvulo, se atentaría contra la vida del nuevo ser humano.<sup>14</sup>

Luego, el tribunal en la resolución que se analiza, aseguró que tras una ponderación se ratificó la preeminencia del derecho a la vida por sobre los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, sin embargo, no se advierte del fallo la realización del ejercicio de ponderación sino que al contrario se observa que los jueces arribaron a una conclusión sin establecer los motivos que sirvieron de sustento a la decisión:

Por otro lado, ante la argumentación manifestada por grupos interesados en el proceso, que consideran que la suspensión de la comercialización del producto POSTINOR -2, atentaría contra los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, esta Sala considera necesario anteponer el principio de interpretación de la concordancia práctica, que obliga a realizar una ponderación de los valores contenidos en los principios constitucionales, de la que resulta de forma

---

<sup>12</sup> El artículo 49 de la Constitución Política del Ecuador (1998), entonces vigente, señalaba que: "Los niños y adolescentes gozarán de los derechos comunes al ser humano, además de los específicos de su edad. El Estado les asegurará y garantizará el derecho a la vida, desde su concepción [...]. Mientras que, el artículo 444 del Código Penal, entonces vigente, establece: "La mujer que voluntariamente hubiere consentido en que se le haga abortar, o causare por sí misma el aborto, será reprimida con prisión de uno a cinco años. Si consintiere en que se le haga abortar o causare por sí misma el aborto, para ocultar su deshonra, será reprimida con seis meses a dos años de prisión."

<sup>13</sup> Resolución 0014-2005-RA. Considerando Décimo, página 6.

<sup>14</sup> Resolución 0014-2005-RA. Considerando Décimo Segundo, página 7.

indubitable que en este caso se debe dar prioridad al bien jurídico constitucional de la vida, por sobre el valor de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres y de la libertad individual, pues si ninguna persona puede disponer de su propia vida, mal podría decidir sobre la vida ajena o sobre la del que está por nacer. Además que sin el derecho efectivo a la vida, no sería posible el ejercicio de los demás derechos constitucionales.<sup>15</sup>

Frente a los razonamientos expuestos, es pertinente destacar que si bien el ordenamiento jurídico nacional ecuatoriano, así como el Derecho internacional de los derechos humanos protegen el derecho a la vida de las personas, no es menos cierto que tanto en el Derecho doméstico como en el Derecho internacional se reconocen los derechos de dignidad y libertad de la mujer, otorgándole el beneficio de la maternidad como opción y no como obligación.

Así, entre los instrumentos internacionales que reconocen la autonomía de la mujer respecto de sus derechos sexuales y reproductivos, deben considerarse la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación en contra de la Mujer (CEDAW), la Plataforma de Acción de Beijing de 1995, la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer o Convención de Belem do Para, entre otras.

Así las cosas, es menester hacer una pausa a esta altura para indicar que lo anterior no significa que entre el derecho a la vida y el derecho a la libertad de decisión de las mujeres sobre su cuerpo exista un evidente antagonismo, esto es, no se trata de dos cuestiones polares que no pueden conciliarse, sino que al contrario, la referida consideración constituye uno de los mayores errores en que cae la sociedad cuando analiza el tema del aborto. Así, resulta un error asegurar que quienes están a favor del aborto están en contra de la vida o viceversa, por lo que, separar a las personas en próvida o proabortion contribuye a que estos dos grupos se consideren enemigos irreconciliables y que no se tomen el tiempo para sentarse en la mesa de debates a plantear sus perspectivas y encontrar soluciones.<sup>16</sup>

En este sentido, el Tribunal Constitucional omitió establecer los razonamientos jurídicos relacionados con la posibilidad de que los derechos cedan frente a ciertas circunstancias considerando que estos no son absolutos, tal es el caso del derecho a la

---

<sup>15</sup> Resolución 0014-2005-RA. Considerando Décimo Segundo, párrafo segundo.

<sup>16</sup> En Ecuador, esta separación y falta de diálogo ha sido producto en gran parte de la influencia de la Iglesia Católica, que sobre la base del argumento de la familia cristiana y los valores religiosos ha descalificado a las personas que defienden el derecho de las mujeres a decidir acerca de ser o no madres, lo que está en juego más que una contraposición de derechos, equivale a la falta absoluta de diálogo entre cada una de las partes.

vida que cede en el caso de la legítima defensa. De la misma manera, no se advierte ninguna reflexión respecto a que la prohibición del aborto no comporta la desaparición de dicha situación, sino que al contrario, se generan escenarios de clandestinidad y riesgo a la vida de las mujeres.

Del análisis de la resolución no consta ningún examen relacionado con las circunstancias adyacentes al aborto, tales como el problema de salud pública que representa o el hecho de que este fenómeno afecta con mayor gravedad a la clase socio-económica más deprimida y a las adolescentes de todas las clases sociales (Molina y Silva, 2005: 17). Así, el tribunal sin mayores sustentos concluye que el derecho a la vida del niño prima por sobre cualquier otro derecho:

Como corolario, se tiene que el Estado, en este caso representado en el juez constitucional, no puede sustraerse a su obligación de proteger la vida, aún por sobre el contenido de la ley o a falta de ella; y, si está en juego la vida de un grupo indeterminable de seres humanos no nacidos, cuya protección por ellos mismos es imposible, es imperativo que el Estado asuma incondicionalmente esta protección garantizando el interés superior de los no nacidos [...].<sup>17</sup>

De este modo, se advierte en la resolución una omisión de cualquier tipo de análisis respecto de sensaciones, sentimientos u opiniones de las mujeres que representan el grupo social directamente afectado, en relación al tema del aborto y del derecho de las mujeres a decidir respecto de su cuerpo. De ahí que el tribunal incurre en el estereotipo de “insensibilidad al género” que, de conformidad con Margrit Eichler, consiste en ignorar el sexo como una variable socialmente importante (1991: 6). Mientras que, para Alda Facio, el estereotipo de insensibilidad al género es una forma exagerada de androcentrismo, denominada *ginopia* que constituye la imposibilidad de ver lo femenino o la invisibilización de la experiencia femenina (Facio, 1992: 87).

Además, del razonamiento judicial se desprende el estereotipo del familismo, al hacer prevalecer la condición de mujer-madre por sobre el derecho de las mujeres a la elección de la maternidad, es decir, se exige al colectivo femenino que deje de lado sus deseos y necesidades por el bienestar del niño o niña, lo que en realidad se traduce en el bienestar de la familia.

En un análisis de esta misma resolución, Judith Salgado sostiene que el Tribunal Constitucional omitió determinar qué derechos humanos está protegiendo en la resolución y a qué derechos humanos se obliga a ceder, así como tampoco se establece

---

<sup>17</sup> Resolución 0014-2005-RA. Considerando Décimo Quinto, párrafo décimo segundo.

cuáles son las mujeres que están detrás del caso, esto es, en un intento por proteger el derecho de las niñas, niños y adolescentes, se invisibiliza a las otras partes involucradas:

¿Qué derechos humanos quedan desprotegidos con la prohibición de la comercialización de píldoras anticonceptivas de emergencia? ¿Quiénes son las titulares de tales derechos? No aparecen. Las mujeres concretas con sexo, con edad, con condiciones económicas específicas, simplemente no aparecen. Prevalece una protección absoluta de la vida del que está por nacer y no se hace el más mínimo intento de visibilizar al otro sujeto titular de derechos a quienes esa protección absoluta deja de lado también de manera absoluta. (Salgado, 2006)

De esta manera concluye Salgado que la sentencia es discriminatoria debido a que se enfoca en la concepción de igualdad formal omitiendo analizar la igualdad sustancial, asume la neutralidad de los derechos humanos e invisibiliza las necesidades específicas de un sexo (*ibidem*: 10). En tal virtud, es indispensable incluir la categoría de género en las sentencias emitidas en la administración de justicia con objeto que contribuyan a eliminar los patrones culturales de discriminación y subordinación que sufren las mujeres.

De esta manera, en esta segunda resolución se evidencian en el discurso judicial los estereotipos de insensibilidad al género y familismo, lo que derivó en que se prohibiera la comercialización de la pastilla del día después, por estimar que esta vulnera el derecho a la vida del nuevo ser humano sin analizar el derecho de las mujeres a decidir respecto de su cuerpo y la maternidad.

## CONCLUSIÓN

Conforme fue señalado precedentemente, el Derecho y específicamente el discurso judicial puede ser utilizado tanto para contribuir a la eliminación de inequidades como para fortalecerlas a través de –entre otros– la reproducción de estereotipos de género. Así, según refiere Boaventura de Sousa Santos, el Derecho es un instrumento de control social y de transformación social, como acaece con los derechos humanos –para citar apenas un ejemplo– que en su concepción hegemónica reproducen el (des)orden social capitalista, colonialista y sexista dominante y que en su concepción contrahegemónica se orientan hacia la construcción de sociedades más justas y dignas (Santos, 2013: 10).

Además, conviene considerar que a lo largo de la historia y aún en la actualidad el Derecho es un concepto masculino, identificado con las características socialmente consideradas masculinas, es decir, con lo racional, objetivo, abstracto y universal

(Olsen, 2009: 146). Por lo que, no resulta extraño que el discurso jurídico se construya como legitimador del poder tendiente a confirmar las relaciones de poder existentes en la sociedad y a preservar las desigualdades, entre ellas, las desigualdades de género (Duarte, 2013: 41).

De esta manera, en razón que el discurso judicial es una manifestación del ejercicio del poder, la incursión en estereotipos de género por parte de las autoridades jurisdiccionales se traduce en la asignación de legitimidad a estas construcciones negativas en razón del sexo. En este sentido, es fundamental indicar que los estereotipos de género constituyen ideas prejuiciosas que comparten una visión generalizada respecto de los atributos, características o roles que forman parte o deben ser ejecutados por los hombres y las mujeres. Estas ideas se reproducen fácilmente en la medida en que se originan y desarrollan a partir de prácticas culturales (González, 2011: 268).

La utilización de estereotipos de género en el discurso judicial tiene una gran influencia en su auditorio, que constituye no solo las partes procesales sino la sociedad en su conjunto, en la medida en que se ocultan detrás de un razonamiento constitucional o legal planteado por una autoridad legítima encargada de resolver conflictos sociales. De esta manera, se revela un Derecho androcéntrico y excluyente que refleja en el discurso judicial su tendencia a conservar la discriminación en contra de las mujeres, y en general, a fortalecer las relaciones asimétricas de poder entre los sexos.

Así, estimando la influencia que tiene lenguaje, y más aún, la relevancia de la argumentación judicial, es indispensable que el Derecho y el discurso jurídico adopten una perspectiva de género con la finalidad de evitar la restricción de derechos, el fortalecimiento de la discriminación y el impulso de las relaciones injustas de poder.

### XIMENA RON ERRÁEZ

Candidata doctoral en el programa “Derecho, Justicia y Ciudadanía en el siglo XXI”  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: ximenaron\_erraez@hotmail.com

Recibido: 02.02.2014

Aceptación comunicada: 02.09.2015

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroyo, Roxana; Valladares, Lola (2009), "Derechos humanos y violencia sexual contra las mujeres", in Ramiro Ávila; Judith Salgado; Lola Valladares (comps.), *El género en el derecho. Ensayos críticos*. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 397-464.
- Ayala, Alex (2013), *La irregularidad de la visita conyugal íntima influye en conductas de promiscuidad sexual en las internas del centro de rehabilitación social de Ambato*. Ambato: Universidad Técnica de Ambato.
- Bonaccorsi, Nélida; Reybet, Carmen (2008), "Derechos sexuales y reproductivos: un debate público instalado por mujeres", *LiminaR. Estudios sociales y humanísticos*, VI(2), 52-64.
- Bourdieu, Pierre (2000), *La dominación masculina*. Barcelona: Editorial Anagrama S.A.
- Castellanos, Gabriela (1997), "Aproximaciones a la articulación entre el sexismoy el racismo", *Nómadas*, 6.
- Duarte, Madalena (2013), *Para um Direito sem margens: representações sobre o Direito e a violência contra as mulheres*. Tesis doctoral presentada en la Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Eichler, Margrit (1991), *Nonsexist Research Methods. A Practical Guide*. New York: Routledge.
- Facio, Alda (1992), *Cuando el género suena cambios trae. Una metodología para el análisis de género del fenómeno legal*. Costa Rica: ILANUD.
- Facio, Alda (2000), "Hacia otra teoría crítica del Derecho", in Gioconda Herrera (coord.), *Las fisuras del patriarcado: reflexiones sobre Feminismo y Derecho*. Quito: FLACSO-CONAMU, 15-44.
- González, Denise (2011), "Gender Stereotyping and the Federal Judiciary in México", *Mexican Law Review*, 3(2), 265-296.
- Molina Betancur, Calos; Silva Arroyave, Sergio (2005), "El derecho al aborto", *Opinión Jurídica*, 4(8), 15-38.
- Montaño, Sonia (2003), "Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estrategia de lucha contra la pobreza", in Raúl Atria; Marcelo E. Siles; Irma Arriagada; Lindon J. Robison; Scott Whiteford (comps.), *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe y Universidad del Estado de Michigan, 361-378.
- Olsen, Frances (2009), "Derechos humanos y violencia sexual contra las mujeres", in Ramiro Ávila; Judith Salgado; Lola Valladares (comps.), *El género en el derecho. Ensayos críticos*. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 137-156.
- Rodríguez del Toro, Vivian (2009), "El género y sus implicaciones en la disciplina y la práctica psicológica", *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 20, 168-189.
- Ron, Ximena (2012), *Estereotipos sexistas en la jurisprudencia constitucional ecuatoriana. Análisis de sentencias desde el 2014 al 2012*. Informe de Investigación. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar. Comité de Investigaciones.

- Ruiz C., Alicia (2009), "Cuestiones acerca de mujeres y derecho", *in* Ramiro Ávila; Judith Salgado; Lola Valladares (comps.), *El género en el derecho. Ensayos críticos*. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. 157-164.
- Salgado, Judith (2006), "Género y (des)protección de los derechos humanos en la jurisprudencia constitucional ecuatoriana: El caso de la píldora anticonceptiva de emergencia", *Revista Aportes Andinos*, 20, 18-23.
- Sánchez Vera, Pedro; Bote Díaz, Marcos (2009), "Familismo y cambio social. El caso de España", *Sociologías*, 21, 122-149.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez.
- Smart, Carol (2000), "La teoría feminista y el discurso judicial", *in* Haydée Birgin (comp.), *El Derecho en el género y el género en el Derecho*. Buenos Aires: Editorial Biblos. 31-71.
- Zaffaroni, Eugenio (2009), "El discurso feminista y el poder punitivo", *in* Ramiro Ávila; Judith Salgado; Lola Valladares (comps.), *El género en el derecho. Ensayos críticos*. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 321-334.

## AS MULHERES NAS MAGISTRATURAS: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS\*

MADALENA DUARTE, ANA OLIVEIRA, PAULA FERNANDO, CONCEIÇÃO GOMES

**Resumo:** Nas últimas décadas, uma significativa transformação das profissões jurídicas tem sido a sua crescente feminização. Se até 1974 a magistratura era uma profissão vedada às mulheres, em 2014, de um total de 1784 juízes/as portugueses/as nos tribunais de primeira instância, da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, 1041 são mulheres (58%). Estes números, bem como o crescente protagonismo de algumas magistradas, têm suscitado o interesse da comunicação social e de alguns setores do judiciário que promovem debates internos sobre o tema. Contudo, enquanto noutras países podemos encontrar estudos sobre esta realidade, em Portugal esta é uma análise ainda não realizada, pelo que a interpretação relativa à feminização do judiciário assenta, não raras vezes, em especulações e, não raras vezes, em ideias estereotipadas. Procurando contribuir para o preenchimento desta lacuna na investigação sociojurídica, o objetivo geral deste artigo passa por conhecer as representações por parte da sociedade relativamente ao papel das mulheres no sistema de justiça portuguesa.

**Palavras-chave:** mulheres, profissões jurídicas, direito, feminismos.

## WOMEN AS JUDGES: AN ANALYSIS OF SOCIAL REPRESENTATIONS

**Abstract:** In recent decades, increasing feminization caused a significant transformation of legal professions. If until 1974 the judiciary was a profession forbidden to women, in 2014, in a total of 1784 judges, 1041 were women (58%). These numbers, as well as the growing role of some female magistrates, have raised the interest of the media and even of some judicial sectors which have promoted internal debates on the issue. However, whereas in other countries we can find several studies on this field, in Portugal analysis is still scarce. As a result, the social interpretation on the feminization of the judiciary is based mainly on speculation and often on stereotyped ideas. Seeking to contribute to fill this gap in sociolegal studies, the purpose of this paper is to look into? the social perceptions on the role of women in the Portuguese legal system.

**Keywords:** women, legal professions, law, feminism.

---

\* Este artigo tem por base as conclusões do Projeto “As mulheres nas magistraturas em Portugal: percursos, experiências e representações” (PTDC/CPJ-JUR/115592/2009 -FCOMP-01-0124-FEDER-014440), financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Foi desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2011 e 2013.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, uma significativa transformação das profissões jurídicas tem sido a sua crescente feminização.<sup>1</sup> Este dado não surge como surpreendente tendo em conta que “a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho está entre os fenómenos unanimemente apontados como os que mais têm determinado as recomposições sociais verificadas ao longo das últimas décadas em Portugal” (Ferreira, 2010a: 1). Uma das várias transformações que este fenómeno implicou, aliado à presença feminina em todos os níveis do ensino, em particular superior, foi a progressiva integração das mulheres em profissões das quais eram excluídas (*ibidem*).

Se, até 1974 a magistratura era uma profissão vedada às mulheres, em 2014, de um total de 1784 juízes portugueses nos tribunais de primeira instância, da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, 1041 são mulheres (58%). No Ministério Público, em 2014, 67% do total de magistrados eram mulheres. No entanto, quando analisamos com mais pormenor estas estatísticas, constatamos que a presença das mulheres é mais significativa nos tribunais de primeira instância (69% dos magistrados de primeira instância, em 31 de dezembro de 2014, eram mulheres), do que nos tribunais superiores: 34% dos juízes desembargadores eram mulheres; e no Supremo Tribunal de Justiça a percentagem de mulheres na magistratura judicial era de apenas 11% (correspondente a 7 Juízas Conselheiras a 31 de Dezembro de 2014). Também no Ministério Público, em 2014, apenas 39% dos Procuradores-gerais Adjuntos e 47% dos Procuradores da República são mulheres. A proporção entre homens e mulheres na magistratura do Ministério Público altera-se na base da carreira: 86% são mulheres.

Estes números, bem como o crescente protagonismo de algumas magistradas, têm suscitado o interesse da comunicação social e de alguns setores do judiciário que promovem debates internos sobre o tema. Contudo, se noutras países (nomeadamente nos EUA, França, Itália, Alemanha e Reino Unido) podemos encontrar estudos sobre esta realidade, em Portugal esta é uma análise ainda não realizada, pelo que é necessário apurar em que medida a interpretação relativa à feminização do judiciário assenta em especulações e ideias estereotipadas. Neste artigo centramo-nos nas representações por parte da sociedade relativamente ao papel das magistradas, procurando perceber, por um lado, se as representações sobre o papel das mulheres na sociedade interferem com a imagem de uma magistrada, nomeadamente nas expectativas em questões de resolução de conflitos e, por outro lado, se lhes é conferida a mesma autoridade e legitimidade.

---

<sup>1</sup> Ver Decreto-lei n.º 251/74, de 6 de junho.

Para tal foi realizado um inquérito, por telefone, a uma amostra representativa de 810 pessoas.<sup>2</sup> O inquérito por telefone permitiu-nos mensurar, ainda que indiretamente, as opiniões sobre assuntos relacionados com a *performance profissional* das mulheres e dos homens no sistema judicial.

O objetivo deste inquérito foi auscultar o conhecimento e as opiniões em diversas dimensões, em particular princípios jurídicos de não discriminação e promoção de igualdade; experiências em tribunal e a sua avaliação; reconhecimento da existência de obstáculos para a moldura da igualdade de direitos no emprego entre homens e mulheres; diferenças e semelhanças na administração da justiça e na prática jurídica entre juízes e juízas e magistrados e magistradas do MP.

## 1. AS MULHERES NAS PROFISSÕES JURÍDICAS

O impacto do crescente número de mulheres nas profissões jurídicas tem sido objeto de uma vasta revisão bibliográfica, sobretudo internacional. Diferentes autores e autoras têm teorizado sobre o potencial da entrada das mulheres numa profissão com uma forte tradição masculina, introduzindo várias questões em torno desta matéria. Uma primeira questão prende-se com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas profissões jurídicas. A ascensão de mulheres a carreiras relacionadas com a administração da justiça foi reveladora, para vários/as operadores/as legais, de uma diminuição das diferenças de género nestas profissões, contribuindo inclusive para elevar o estatuto social que a sociedade nega à mulher (Bonelli, 2010). Este diagnóstico não é partilhado por diversas autoras. Sandra Harding e Merrill B. Hintikka (2003), por exemplo, argumentam que quando as mulheres entram numa ocupação de prestígio dominada por homens, o prestígio e a remuneração financeira da mesma diminuem. Mary Jane Mossman (2006), por sua vez, aponta como exemplo de que a retórica da igualdade não foi acompanhada de reformas estruturais, a dificuldade de conciliação entre a vida profissional e familiar por parte das magistradas e advogadas, tal como outros campos laborais menos qualificados. A presença crescente de mulheres tem sido, aliás, apontada como responsável pela morosidade da justiça, nomeadamente devido à ausência provocada pela gravidez.<sup>3</sup> Epstein (1993) mostra que os empregadores fazem, frequentemente, suposições sobre as mulheres, especificamente em relação à motivação e ao compromisso, que as desfavorecem nas suas expectativas

---

<sup>2</sup> O inquérito foi aplicado entre os meses de fevereiro e março de 2013. O universo foi a população residente, ativa e não ativa, segmentada segundo os dados do INE por sexo, idade, região geográfica, habilitações literárias e ocupação profissional. A amostra de 810 inquéritos compreendeu um universo de 52% de mulheres e 48% de homens.

<sup>3</sup> Vide o artigo “Morosidade da justiça: afinal a culpa é das mulheres!”, *A Página da Educação*, n.º 128. Consultado a 01.07.2015, em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=128&doc=9715&mid=2>.

sobre trabalho e sobre a progressão na carreira. É neste sentido, como veremos à frente, que as mulheres tendem a concentrar-se em campos como o direito de família e menores (cf. Kohen, 2008), mais relacionados com noções estereotipadas do que constitui o trabalho feminino.

Vários/as autores/as têm igualmente defendido que há diversas condicionantes ao exercício do direito pelas mulheres, nomeadamente através de comentários degradantes sobre as mulheres (Wilder, 2007), comentários sobre o vestuário ou a aparência destas, sobretudo advogadas, observações sobre o seu papel social (Riger *et al.*, 1995), interrupções repetidas enquanto as advogadas ou magistradas estão a falar, tratamento paternalista ou uso de termos carinhosos por parte dos colegas do sexo masculino (Kay e Gorman, 2008). Ou seja, estes estudos demonstram que, mesmo numa profissão que zela pelo cumprimento da lei, há fortes indícios de discriminação e de segregação ocupacional refinados, subtils e perversamente consentidos (Thornton, 1996; Schultz e Shaw, 2013). A discriminação ocorre, com frequência, involuntariamente ou com consciência de que pode ser racionalmente justificada. Como argumenta Deborah Rhode (2003), as mulheres tendem a reparar nos atos de discriminação muito mais claramente do que os homens, mas quer as mulheres quer os homens tendem a atribuí-los a fracassos individuais, em detrimento de questões com base no género.

Estes argumentos remetem-nos para uma segunda questão, que tem que ver com a relação específica entre género e direito ou, mais especificamente, entre género e o carácter patriarcal do direito que as teorias feministas do direito têm vindo a denunciar e que procuram combater (Duarte, 2013). Para muitos/as, a presença de mais mulheres na justiça é um reflexo da legitimidade democrática e um desafio aos estereótipos de género, pretendendo-se, com tal, obter um poder judicial que reflita as diferenças presentes na sociedade (Kohen, 2008). É certo que este debate pode e deve ser complexificado questionando-se a centralidade da categoria género como eixo de discriminação e a homogeneidade identitária do conceito “mulheres”. Como defende Judith Butler, “Ao invés de um significante estável que conduz ao consentimento daqueles/as a quem se propõe a descrever e representar, o conceito mulheres, mesmo no plural, tornou-se um termo problemático, um local de competição, um motivo de ansiedade” (1990: 3). É, pois, já consensual que, à medida que as mulheres foram sendo assimiladas como um grupo único, com experiências, atributos ou opressões similares, muitas das teorias feministas foram manifestando posições privilegiadas, normativizando a experiência de mulheres brancas, da classe média, heterossexuais, como representativas de todas as mulheres. Ainda que procurando ter em consideração as diferenças entre as mulheres, as feministas manifestam frequentemente uma

hierarquização das diferenças ao não notar a especificidade da etnia, da classe ou da religião das mulheres e o modo como esta especificidade modifica a sua experiência de género. As categorias que identificam as pessoas, como semelhantes ou diferentes, argumenta Elizabeth Spelman (1988), são construções sociais que refletem naturezas ou essências. Deste modo, um dos grandes desafios da teoria feminista do direito tem sido conceptualizar “mulheres” – um lugar-comum que Iris Marion Young (1994), entre outras, argumenta encurralar as feministas num dilema. Por um lado, sem um conceito de ‘mulheres’, uma política feminista rende-se à incoerência da constituição da sua própria representação e, por outro lado, a procura de características comuns entre as mulheres, sobretudo em questões da opressão das mulheres, leva a normalizações e a exclusões. Isto é, seria tão desonesto argumentar que nas relações de género as diferenças de classe ou de raça não são tão importantes quanto a diferença de género, como seria argumentar que as relações que intersetam a classe e raça, entre homens e mulheres, não são relações *genderizadas* (*ibidem*).

Conscientes destas limitações, percecionamos as “mulheres”, na esteira de Young (*ibidem*),<sup>4</sup> como um conjunto de pessoas que partilham não tanto atributos comuns, mas sobretudo constrangimentos e relações estruturais que condicionam a ação e o significado. Deste modo, evita-se conceber as mulheres como um coletivo social, uma substância ou uma espécie de entidade com atributos inerentes específicos, aliás, atributos essenciais de *womaness* que todas as mulheres partilham – algo relacionado com os seus corpos, comportamentos, disposições ou experiências –, mas posicionamo-las através de uma organização material mutável de relações sociais, consentidas e constrangidas pelas relações estruturais patriarcais e, neste caso específico, pela divisão sexual do trabalho.

De acordo com Kay e Gorman (2008), quer as advogadas, quer as magistradas têm influenciado o direito substancial e a tomada de decisões judiciais. Segundo estas, novas matérias têm emergido à medida que as mulheres entram nos escalões mais elevados do exercício do direito e da administração da justiça e obtêm poder de decisão (*ibidem*). Esta era, aliás, a esperança do feminismo liberal na sua análise crítica do

---

<sup>4</sup> Young recupera o conceito de serialidade, de Sartre. O famoso exemplo de Sartre retrata uma fila de pessoas à espera de um transporte público urbano. Entre este grupo, as pessoas terão, certamente, diversos *backgrounds*, irão apanhar o transporte por razões muito diferentes, e seguirão absorvidas por pensamentos muito divergentes. Segundo Sartre, são uma pluralidade de pessoas isoladas: estas pessoas não pretendem falar entre si e, em geral, nem olhar umas para as outras; existem lado a lado numa paragem de autocarro. Ao entarem no transporte, fazem-no como uma série, uma a uma, isoladas umas das outras. Cada uma destas pessoas irá ocupar um lugar, perto, em solidão, como se não tivesse nada em comum com as restantes pessoas. Estas pessoas – com idade, sexo, classe, raça, etnia, etc., diferentes – produzem, na banalidade do quotidiano, a relação de solidão, de reciprocidade e de unidade pelo exterior. Cada uma nega reciprocamente qualquer elo entre os mundos interiores. É o transporte, objeto material e exterior, que determina a ordem serial. O transporte produz a série, vinculando as pessoas a uma série onde cada uma é um número qualquer do conjunto.

direito e do Estado: considerar que o direito podia contribuir para a melhoria da situação das mulheres se fosse orientado por visões feministas (Dobash e Dobash, 1992). O entendimento deste feminismo é que estas visões são possíveis integrando mais mulheres nos lugares de poder estatais (Eisenstein, 1996; Kantola, 2006).

Uma tendência analítica tem sido aplicar “a teoria de uma voz diferente” de Carol Gilligan (1982) ao estudo das profissões jurídicas, nomeadamente por Menkel-Meadow (1985, 1989), Sherry (1986) e West (1988, 1992), entre outras autoras. Estas autoras refletem sobre o potencial das mulheres para importar os valores relacionados com o cuidado, a subjetividade e o afeto às profissões jurídicas, imbuídas nos valores masculinos de autonomia e objetividade, concluindo, com otimismo, que a incorporação de mais mulheres pode traduzir-se numa mudança profunda do sistema jurídico. O argumento que justifica o estudo do impacto das mulheres na administração da justiça parte do entendimento de que a aplicação da lei não é mecânica, implica uma interpretação por parte do juiz ou da juíza (Wilson, 1990). Deste modo, juízes e juízas trazem consigo as próprias perspetivas e experiências de vida (Kennedy, 1997; Resnick, 1988: 1926). Segundo Kohen (2008), a interpretação é medida pela compreensão que um juiz ou uma juíza faz da lei, que está ligada à maneira como este ou esta apreende os atos que se apresentam, à sua biografia, às experiências de vida e à sua visão do mundo.

Contudo, alguma literatura mostra que a inserção de mulheres não tornou automaticamente o mundo do direito permeável aos valores feministas, uma vez que as mulheres entraram nas profissões jurídicas “nos mesmos termos dos homens” (Smart, 1999). Neste sentido, é possível que a entrada das mulheres no âmbito profissional reflita a assimilação da forte cultura masculina através da aprendizagem do direito, sustentada por uma educação tradicional e convencional que reforça os valores e interesses do patriarcado nos futuros operadores judiciários, mesmo nas estudantes, e da socialização profissional (O’Brien e McIntyre, 1986). Ao descrever o modo como as advogadas, no século XIX, lutaram para equilibrar o género com as identidades profissionais, Drachman (1998) mostra precisamente como estas mulheres adotaram estilos de vestir para o trabalho que refletiam os trajes dos advogados e procuravam agir de modo a ir ao encontro do perfil profissional dos colegas do sexo masculino.

Contrariamente à justificação da incorporação de uma identidade masculina, Sandra Berns (1999) argumenta que o que existe entre as magistradas e advogadas é uma identidade profissional descomprometida com qualquer variável e que visa somente o cumprimento eficaz da lei. Berns defende que a linguagem do direito é explicitamente a linguagem da justiça e não a do cuidado. As narrativas das magistradas, explica, são legiformes (*lawlike*), isto é, têm base numa retórica legalista, supostamente neutra às

identidades de género ou outras. Como sugere Carrie Menkel-Meadow (1989), o “sucesso” de mulheres individuais nas profissões jurídicas parece estar inversamente relacionado com a extensão do compromisso em assuntos sobre o género.

Estas questões confluem numa terceira, menos estudada, que está relacionada com as representações sociais. Recorrendo à metáfora teatral de Erving Goffman (1959), a vida social, no seu nível micro, decorre numa espécie de palco, onde os atores interagem entre si, perante uma audiência, e onde usam uma fachada para transmitir a essa audiência uma imagem convincente, que pode não corresponder à realidade, mas que se encaixa nos objetivos que perseguem. Estamos, portanto, perante um conjunto complexo de interações em que há um desempenho cuidado com o objetivo de se dar a conhecer uma imagem que se sabe esperada. O mundo do direito facilmente se presta ao uso desta metáfora. Existe um cenário e atores com papéis específicos para desempenhar. A sua *performance* tem de ser convincente para que correspondam às expectativas construídas pelo campo jurídico e por um imaginário social sobre o que é ser juiz ou juíza, advogado ou advogada. Este é um cenário que tem, efetivamente, uma componente simbólica, mítica, que se reflete desde o uso da beca e da toga, até à retórica empregue por quem julga, quem acusa e quem defende.

Importa saber se, nesta representação, os papéis são ocupados por figuras “neutras” ou com identidade de género. Recorrendo novamente a Berns (1999), esta defende que as convenções do julgamento – a geografia ritual do tribunal, o poder das tradições que insistem que juízes/as permaneçam com beca (e até recentemente com peruca) – enfatizam que o/a juiz/a é a personificação da razão. À medida que, coletivamente, rejeitam a particularidade do/a juiz/a, lutam por o/a desincorporar para não abalar a confiança na universalidade da justiça. Os valores liberais da neutralidade e da imparcialidade colidem com o entendimento de que as experiências, entendimentos e perspetivas são bastante dependentes, fundamentalmente daquilo que, em concreto, uma pessoa é em termos de género, etnia, orientação sexual, religião, nacionalidade, etc. O direito não pode existir, segundo a autora, sem um poder que legitima o exercício de autoridade; a exigência de autoridade nega a possibilidade de uma voz feminina? Os elementos do cenário ritualizado são suficientemente claros – força, ausência, presença, autoridade, poder –; o sexo é identificado na medida em que não deve ameaçar os elementos atrás enunciados (*ibidem*).

Neste campo complexo e, fruto dessa característica, também privilegiado de análise, procurámos, por um lado, perceber se a alteração do corpo profissional das magistraturas, *maxime* através da sua abertura à participação das mulheres, provocou mutações nas representações sociais sobre a justiça, nomeadamente se o dogma do magistrado como mero *bouche de la loi* se mantém. Por outro lado, procurámos

compreender se as visões estereotipadas da divisão sexual do trabalho se repercutem nas representações sociais sobre a administração da justiça e sobre o trabalho desenvolvido pelas magistraturas.

## **2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PAPEL DE HOMENS E MULHERES NAS MAGISTRATURAS**

Às pessoas inquiridas foi colocado um conjunto de questões destinadas a apurar as suas sensibilidades relativamente às profissões jurídicas, em particular às magistraturas, e ao modo como o género é percebido, ou não, como categoria influente no seu desempenho. É certo que somente 15,2% dos/as inquiridos/as afirmou ter tido algum litígio judicial em que fosse autor/a, réu/ré, arguido/a ou testemunha. Contudo, apesar da distância sentida em relação aos tribunais, o direito há muito que se introduziu nos discursos quotidianos dos cidadãos (Santos *et al.*, 1996; 2004). Para tal contribuem, sem dúvida, a mediatização de certos processos judiciais, a difusão de programas televisivos relacionados com esta temática, a discussão de casos próprios e conhecidos nas redes sociais, e, entre outros, a ideia de justiça e do que é justo que os cidadãos têm e de acordo com a qual regem as suas vidas. As opiniões construídas através destes processos são a matéria-prima com base na qual se vão construindo e sedimentando as representações sociais.

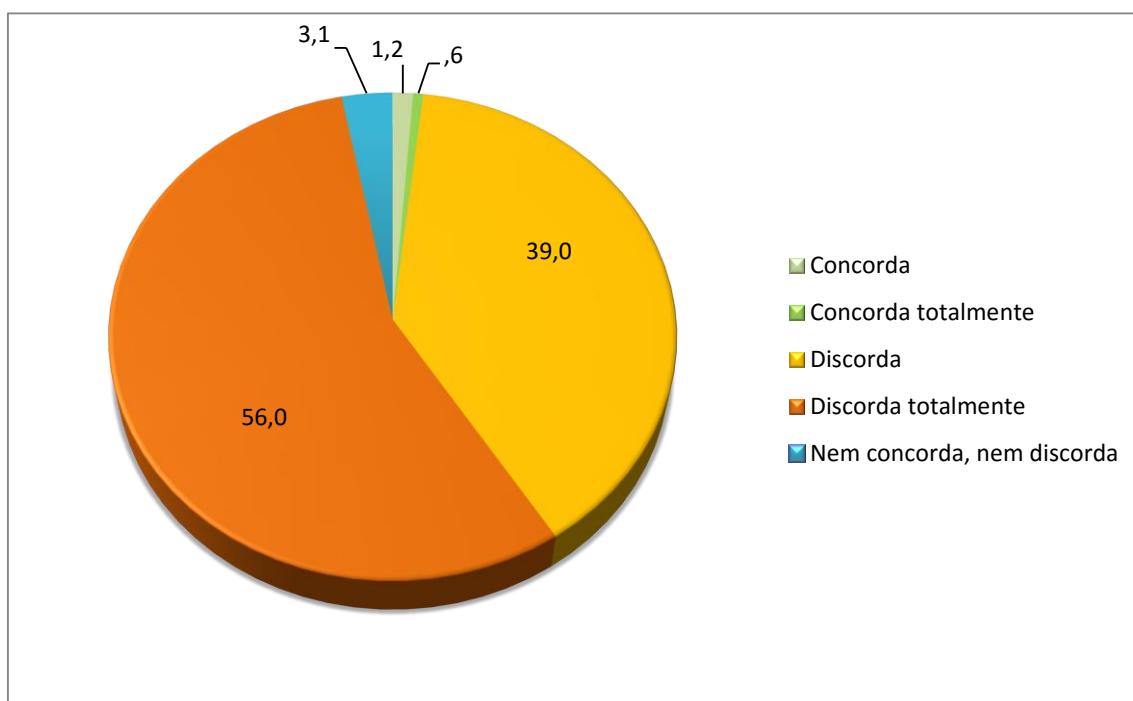
### **2.1. PERFIL DO MAGISTRADO**

Como foi referido na introdução, o número de mulheres nas magistraturas em Portugal é superior ao número de homens e tal superioridade numérica é especialmente sentida na primeira instância. É de recordar que é com as magistradas e magistrados de primeira instância que as e os cidadãos terão um contacto mais próximo. Por um lado, os julgamentos – momento único de contacto ao longo do processo entre os profissionais do foro e as e os vários intervenientes processuais (partes do processo, testemunhas, peritos, etc.) – realizam-se, salvo raras exceções, apenas na primeira instância. Por outro lado, verifica-se que os processos mediatizados tendem a ter um peso mais significativo na comunicação social aquando das decisões em primeira instância, esbatendo-se o seu interesse com a realização e apreciação dos seus recursos.

No entanto, quando inquiridas, a maioria das pessoas (60,6%) considerou que o sexo masculino ainda é predominante na magistratura judicial e do MP, o que denota que a sociedade continua a olhar para estas profissões de um modo enviesado e arredado da feminização que se verifica em diversas profissões. O que indagámos foi

até que ponto esta noção distorcida se aplica igualmente ao ideal de magistrado tido pelos cidadãos e cidadãs.

Para as pessoas inquiridas, o/a magistrado/a é, sobretudo, alguém que faz cumprir a lei (50,2%), sendo muito reduzida a percentagem de pessoas que o vê como alguém que decide os conflitos entre as pessoas (17,6%) ou alguém que aconselha e ajuda (4,2%). Estes dados apontam para um perfil legalista, neutro e impermeável a características tidas como tradicionalmente femininas ou masculinas. Esta ideia surge reforçada quando questionados sobre se as mulheres deveriam, ou não, exercer o cargo de juiz (Gráfico I).



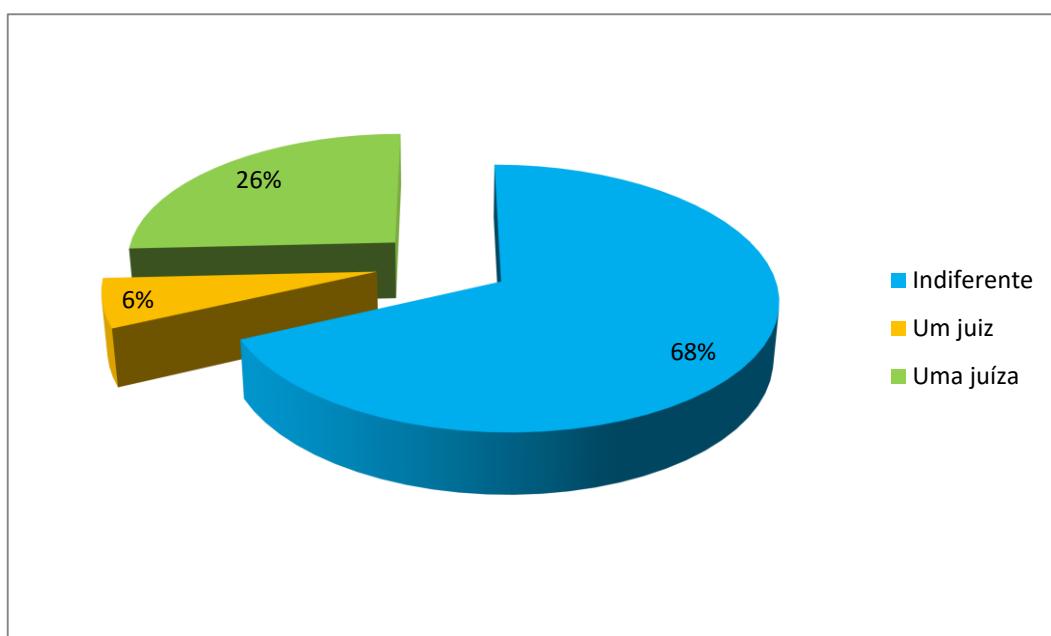
**GRÁFICO I - Qual o seu grau de concordância com a seguinte afirmação  
“As mulheres não deveriam exercer o cargo de juiz”**

Como é possível constatar pela leitura do gráfico, a percentagem de concordância (concordo e concordo totalmente) é de apenas 2%, discordando a grande maioria com tal impedimento (56% discorda totalmente e 39% discorda).

Pareceu-nos, assim, fundamental tentar averiguar, na prática, até que ponto o sexo do juiz poderia afetar positiva ou negativamente a capacidade de julgar e, portanto, a confiança no exercício de julgar. Simulámos dois casos, de domínios sociais diferentes, um com uma forte conotação sexual (caso de violação), e outro sem ela (caso de cobrança de dívida) e com base neles colocámos duas questões. Estas foram questões já aplicadas num inquérito anterior, conduzido pelo Centro de Estudos Sociais (CES), em 1993 e 2001 (Santos *et al.*, 1996; 2004). Naquele estudo, foi considerado que o

primeiro caso não podia ser formulado da mesma forma para homens e mulheres, uma vez que joga com papéis sexualmente definidos, pelo que foi colocado em duas questões distintas, que replicámos (Gráfico II e Gráfico III).

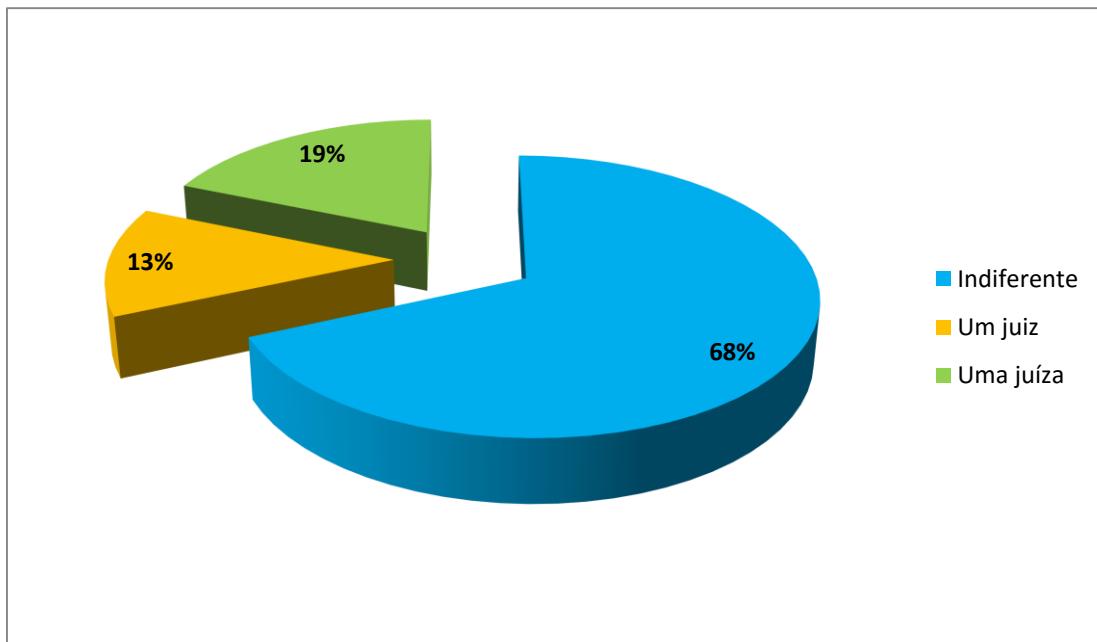
No que se refere à primeira questão colocada só a mulheres, sobre se preferia que fosse um juiz ou uma juíza a julgar em caso da sua melhor amiga ter sido violada, a maior parte das inquiridas mostrou-se indiferente (68,2%), posição reforçada relativamente ao inquérito aplicado pelo CES em 1993 (51,3%) e em 2001 (55,4%), registando-se ainda uma diminuição (6,1%) do número das que antes tinham preferido que fosse um juiz a julgar o caso (diminuição de 16% em 1993 para 12,3% em 2001).



**GRÁFICO II - Questão só para mulheres:**

**Suponha que a sua melhor amiga foi violada por um colega de trabalho. O caso é levado a tribunal. Preferiria que o criminoso fosse julgado por um juiz ou por uma juíza?**

Também na questão colocada só aos inquiridos do sexo masculino, a maioria mostrou-se indiferente, com 68,4%. Face à pergunta anterior, é de registar que há uma diminuição da percentagem de inquiridos que optou por uma juíza, pelo que, uma vez mais na esteira dos resultados dos inquéritos aplicados pelo CES (Santos et al., 1996; 2004), se verifica uma maior correspondência entre o facto de ser mulher e de preferir uma juíza.



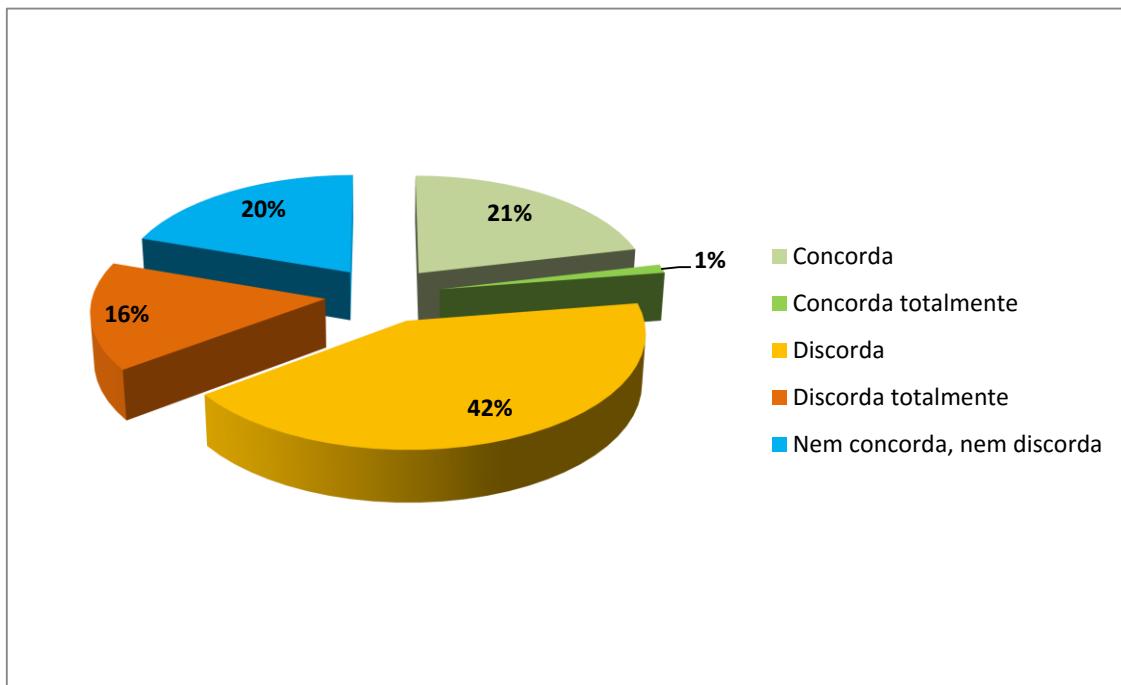
**GRÁFICO III - Questão só para homens:**

**Suponha que o seu melhor amigo é acusado de ter violado uma colega de trabalho. O caso é levado a tribunal. Pensa que seria melhor para ele ser julgado por um juiz ou por uma juíza?**

Esta tendência é reforçada no confronto destes resultados com os obtidos na pergunta sobre a identidade sexual do julgador num caso sem conotação sexual: no caso de uma cobrança de dívida preferia que o caso fosse julgado por um juiz ou por uma juíza?

A esmagadora maioria dos inquiridos, tanto mulheres como homens, respondeu que o sexo do julgador era indiferente (82,2%), reforçando ainda mais os valores obtidos no inquérito de referência (passou de 71,4% em 1993 para 77,1% em 2001). Os inquiridos que mais se mostram indiferentes são do sexo masculino.

Estes valores reforçam a visão legalista: dá-se uma maior importância a que a lei seja cumprida, e não ao sexo de quem zela pela sua aplicação e cumprimento. Há, apesar disso, dois aspectos evidenciados pelos resultados do inquérito que não devemos negligenciar. Em primeiro lugar, a indiferença nesta pergunta específica é cerca de 20% superior ao caso anterior, o que pode sugerir que, consciente ou inconscientemente, há atributos imputados a cada um dos sexos que são valorizados. Em segundo lugar, quando, num outro momento do inquérito, questionados/as se concordam, ou não, com a afirmação “Em casos de violência sexual os homens juízes tendem a desculpabilizar os atos de violência por parte dos outros homens”, os/as inquiridos/as, cerca de 23% concordaram (Gráfico IV), sendo esta percentagem constituída por mais mulheres do que homens.



**GRÁFICO IV - Qual o seu grau de concordância com a seguinte afirmação  
Em casos de violência sexual, os homens juízes tendem a desculparizar os atos de  
violência por parte de outros homens**

Para completar o desenho do perfil profissional da função judicial e mensurarmos a relevância do sexo, procurámos ainda saber se a idade era um fator relevante para a função judicial. Esta é uma questão muito atual e bastante discutida na opinião pública sempre que, num caso judicial mediático, o julgamento está a cargo de juízes/as jovens. Perguntámos, assim, qual a idade mínima para exercer o cargo do juiz/a, dando aos inquiridos/as a opção de indicar a idade mínima, indicar que não deve ser exigida uma idade mínima ou valorizar a experiência profissional.

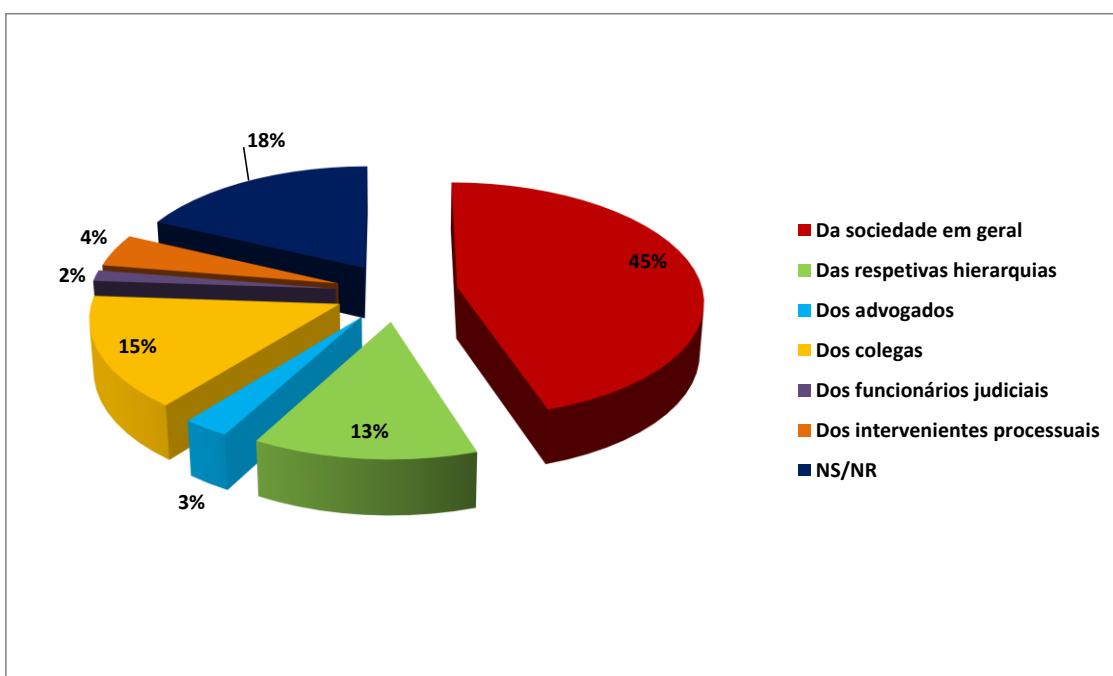
A opinião dos/as cidadãos/ãs mostra que a idade é uma variável mais significativa do que o sexo. Embora 23,5% refira que não deveria ser exigida uma idade mínima, os valores distribuídos pelos diferentes escalões etários encontram-se muito próximos, sendo a idade média mínima de eleição para se exercer o cargo de juiz/a seja entre os 31 e os 35 anos (20,6%).

## 2.2. MULHERES NAS MAGISTRATURAS: CARREIRA E SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Como demonstram vários estudos realizados em Portugal (Ferreira, 2010a; Ferreira e Monteiro, 2012; Torres, 2004), há vários obstáculos que permanecem a uma efetiva concretização das políticas de igualdade no trabalho e no emprego nos diferentes setores profissionais. A dificuldade em conciliar trabalho e vida familiar, com consequentes reflexões nas carreiras profissionais, e as diferenças salariais subsistem

(Ferreira, 2010b). Poder-se-ia pensar que as magistraturas seriam uma exceção, mas também aqui existem problemas quer ao nível da conciliação, quer de formas de discriminação mais subtils e encapotadas (e, porventura de mais difícil combate e consciencialização) (Duarte et al., 2014).

Neste ponto, a maioria dos/as inquiridos (53,3%), sendo a tendência de resposta semelhante entre os respondentes de ambos os sexos, afirma que as magistradas encontram na sua profissão mais dificuldades do que os seus pares do sexo masculino. Como primeira fonte de dificuldades, 45% por inquiridos identificaram a sociedade em geral e 13% as respetivas hierarquias profissionais (Gráfico V). Os obstáculos erguidos pelas respetivas hierarquias surgem, para 29,4% das inquiridas e dos inquiridos, como a segunda fonte de dificuldades.



**GRÁFICO V - De onde provêm as dificuldades que as magistradas encontram (1.ª opção)**

A população inquirida mostrou, ainda, considerar que estas dificuldades são acrescidas no caso das magistradas, judiciais ou do MP, serem mães (com um grau de concordância de cerca de 50%).

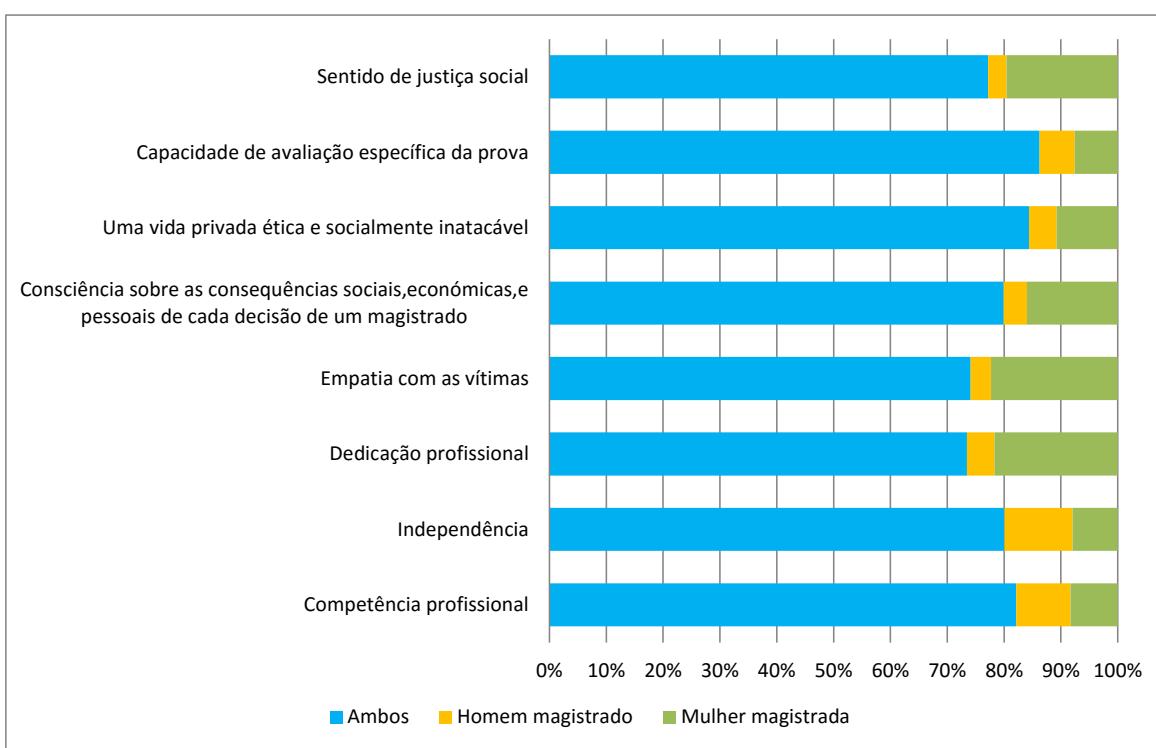
Não deixa de ser curioso que esta mesma pergunta (“Considera que em Portugal as magistradas têm mais dificuldades do que os seus colegas do sexo masculino, menos dificuldades ou as mesmas”), num outro inquérito<sup>5</sup> aplicado pelo CES somente

<sup>5</sup> Inquérito aplicado em 2013 no âmbito do projeto “Quem são os nossos magistrados? Caracterização profissional dos juízes e magistrados do Ministério Público em Portugal”, financiado pela FCT e coordenado por António Casimiro Ferreira.

a magistrados/as, tenha obtido diferentes respostas: cerca de 80% dos/as magistrados/as afirmaram existirem precisamente as mesmas dificuldades e 18,2% admitiram que as magistradas encontram maiores dificuldades. Tendo em conta que foram sobretudo as mulheres que partilharam esta segunda opinião, é possível avançar com a hipótese de que se tratará não tanto de um problema de falsa consciência, mas sobretudo de identificação, ou não, com as dificuldades vividas.

### 2.3. GÉNERO E DESEMPENHO NAS MAGISTRATURAS

Para aprofundar o nosso conhecimento das representações sociais das magistraturas apresentámos às pessoas inquiridas uma lista de oito características (competência profissional, independência, dedicação, empatia com as vítimas, consciência das consequências das suas decisões, uma vida privada ética e socialmente inatacável, capacidade de avaliação da prova e sentido de justiça social) que potencialmente são atribuídas ou exigíveis à função judicial, pedindo-lhes que as atribuíssem a magistrados, magistradas ou a ambos. Indo ao encontro da aparente neutralidade evidenciada nas respostas anteriormente analisadas, os inquiridos e as inquiridas maioritariamente afirmaram que todas as características enunciadas eram passíveis de pertencer a homens ou mulheres (Gráfico VI).



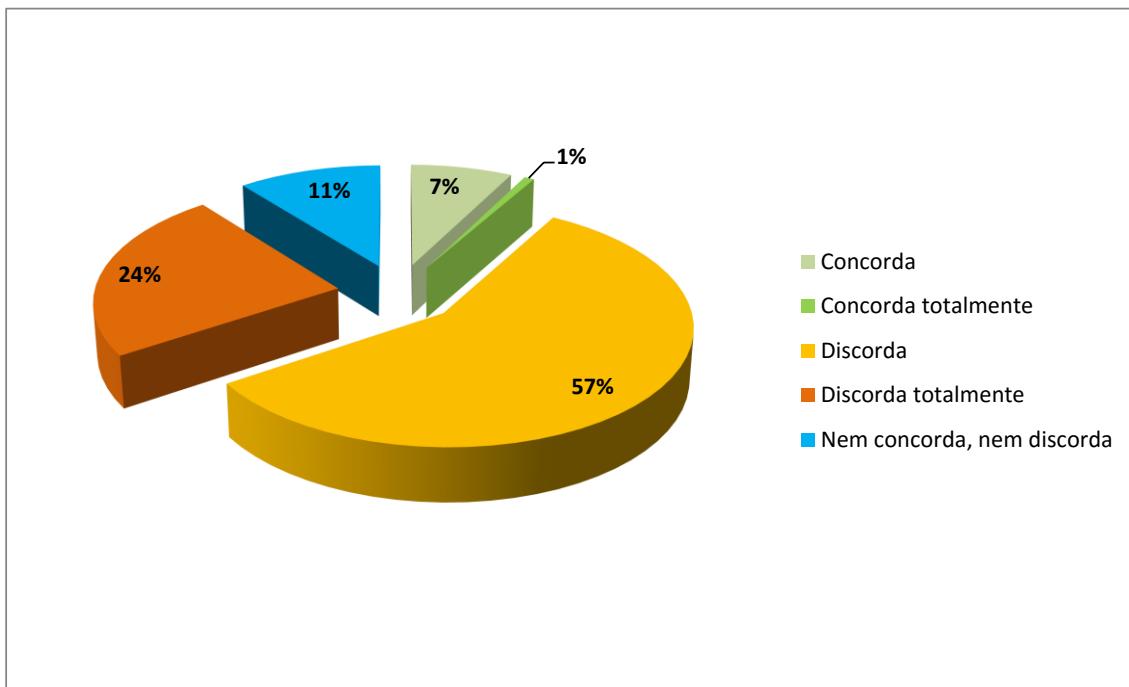
**GRÁFICO VI - Características atribuídas**

Embora seja elevado o número de pessoas que entende que estes são atributos de ambos, é possível ver algumas oscilações. Assim, a característica que parece menos despida de uma identidade de género é a capacidade de avaliação específica da prova (com 86,2% dos/as inquiridos/as a achar que ambos os sexos a possuem). Tal não surpreende já que esta é uma capacidade técnica, mas crucial para o desempenho da profissão. Esta opinião vai, aliás, ao encontro da perspetiva atrás referida de que o/a magistrado/a é, para as pessoas inquiridas, sobretudo, alguém que faz cumprir a lei. Com 73,5%, portanto o atributo que dividiu mais as pessoas, encontramos a dedicação profissional que não é específica da função judicial. É curioso ver que relativamente a todas as características enunciadas, sempre que a percentagem da opção “ambos” diminui, é a favor da mulher; isto é, considera-se que é uma característica mais marcadamente feminina. A análise das respostas dadas por sexo do/a inquirido/a mostra algumas tendências que importa referir. Assim, são os inquiridos do sexo masculino que consideram ser atributos das magistradas três importantes características para o desempenho da função: a competência profissional (58,2%), a independência (56,3%) e o sentido de justiça social (52,5%). As restantes foram atribuídas às magistradas pelas próprias inquiridas do sexo feminino. As tendências das respostas de ambos os性os são muito semelhantes, optando ambos por considerar que os atributos são partilhados por magistrados e magistradas. Já quando nos centramos naqueles/as que optaram pela associação de certas características à identidade de género, vemos que em três há tendências de resposta diferentes: as inquiridas, contrariamente aos inquiridos, atribuíram a competência profissional ao homem magistrado e a capacidade de avaliação da prova à mulher magistrada. Se por um lado entendem que os homens podem estar mais bem preparados em termos técnicos, por outro consideram, possivelmente, que a avaliação da prova vai para além das competências exigidas pela profissão.

A análise das representações sociais sobre atributos de homens e mulheres nesta profissão foi ainda por nós aprofundada mediante a avaliação do grau de concordância dos/as respondentes com um conjunto de afirmações nas quais o desempenho das mulheres nas magistraturas, em particular na magistratura judicial, é comparado com o dos seus colegas do sexo masculino. Uma vez mais verificou-se que a grande maioria da população apresenta um olhar favorável à presença e atuação das mulheres nas magistraturas, discordando de visões mais negativas.

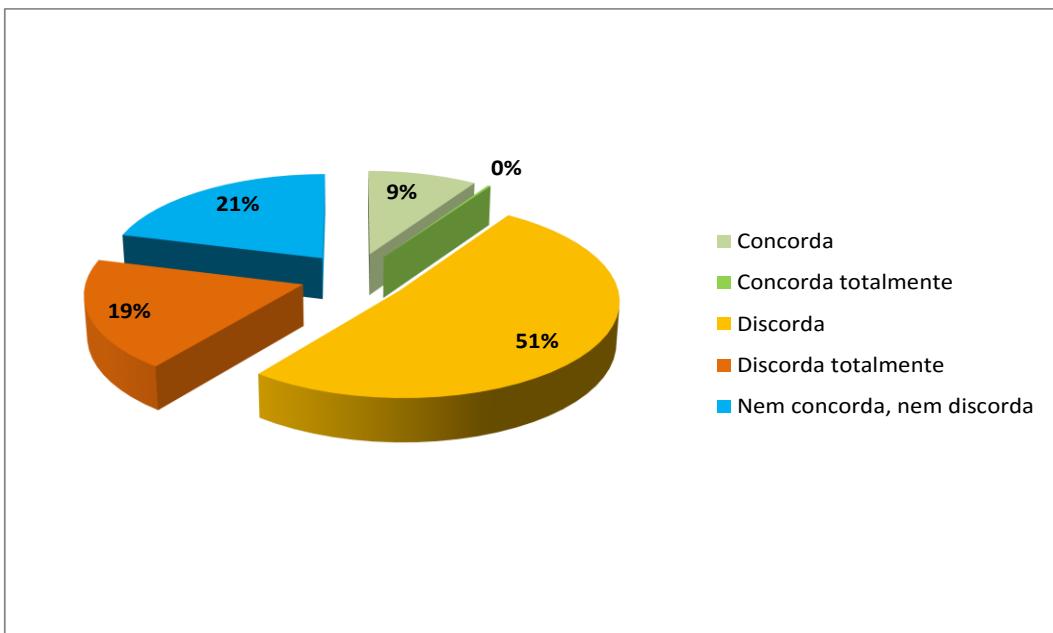
Aspetos imputados à magistratura, mas não exclusivos desta profissão, como a autoridade, a imparcialidade ou a objetividade, e que estão tradicionalmente associados ao masculino (Bartlett e Kennedy, 1991), não são vistos necessariamente como tal.

A imparcialidade é, dos três aspectos, aquele que aparenta ser mais comum para magistrados de ambos os sexos. Quando pedido para indicarem o grau de concordância com a frase “As mulheres juízas não conseguem ser tão imparciais quanto os homens”, a grande maioria dos/as respondentes discordou (81%) (Gráfico VII).



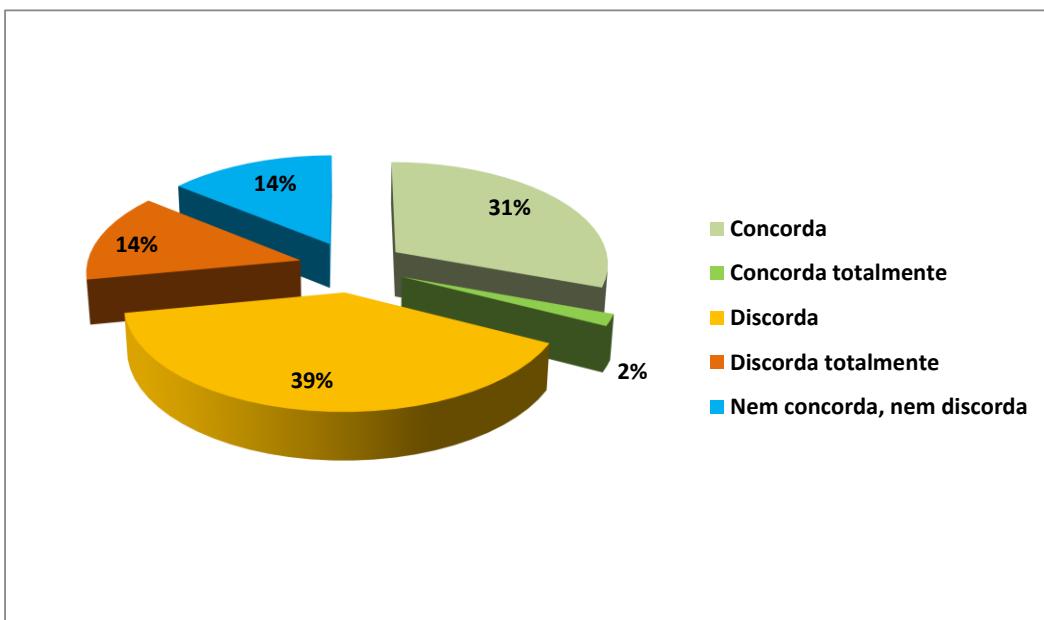
**GRÁFICO VII - As mulheres juízas não conseguem ser tão imparciais quanto os homens juízes**

A capacidade de exercer autoridade por parte das magistradas parece ser relativamente menos consensual, como indicam as percentagens, menos robustas do que a anterior, referentes a duas questões: aplicação de penas e grau de respeitabilidade. O Gráfico VIII demonstra que a população inquirida parece acreditar que não há uma diferença significativa quanto ao género quando falamos de aplicação de penas (51% discordam e 19% discordam totalmente da afirmação apresentada).



**GRÁFICO VIII - As mulheres juízas são mais brandas nas penas do que os homens juízes**

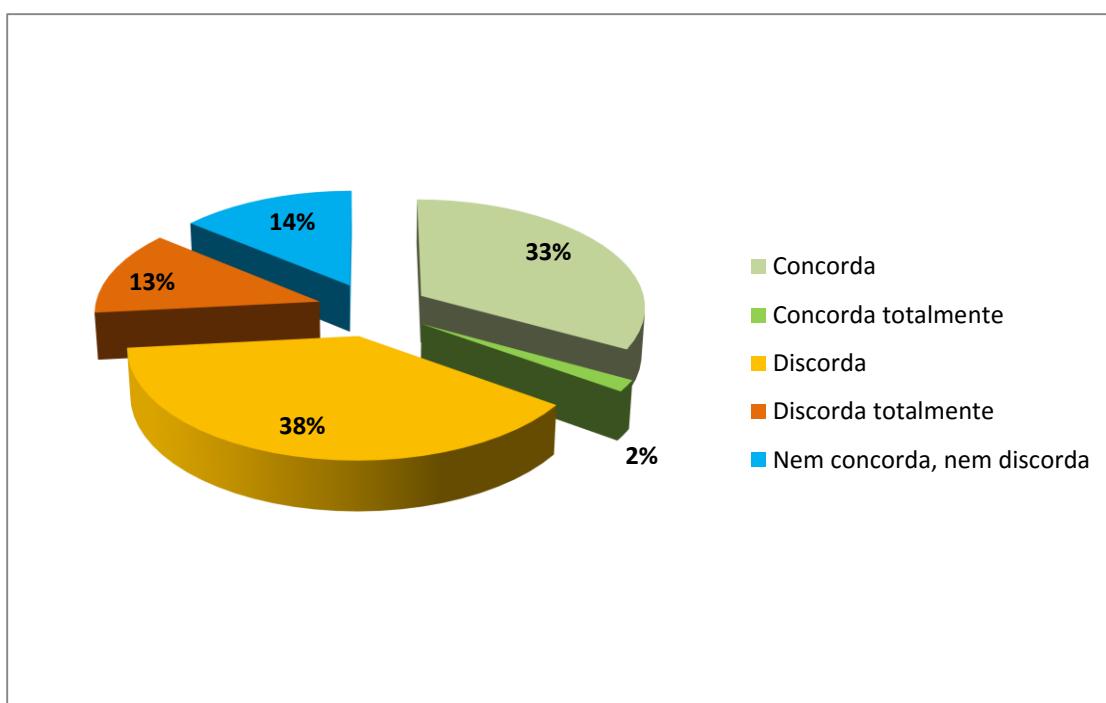
Esta convicção diminui, contudo, quando falamos da autoridade percebida e não da autoridade exercida, isto é, quando há terceiras partes envolvidas como os arguidos num processo-crime. Neste caso, discordam desta afirmação 53% dos/as inquiridos (39% discordam e 14% discordam totalmente), uma percentagem inferior aos 70% da afirmação anterior (Gráfico IX).



**GRÁFICO IX - Os homens magistrados do MP impõem mais respeito aos arguidos do que as magistradas do MP**

As percepções apontadas pelo sentido de resposta a estas questões não são influenciadas pelo sexo dos respondentes, não sendo esta variável significativa.

Com o objetivo de nos tentarmos aproximar da opinião da população sobre a objetividade das magistradas, pedimos no inquérito para nos indicarem qual o grau de concordância com a seguinte afirmação “Os homens juízes não são tão sensíveis às questões sociais como as mulheres juízas”. A atenção a questões que vão para além da lei e do caso concreto, denotam maior subjetividade e esta parece estar mais ligada com uma identidade de género comparativamente à autoridade e imparcialidade. Tal é visível no menor número de discordâncias, 51%.



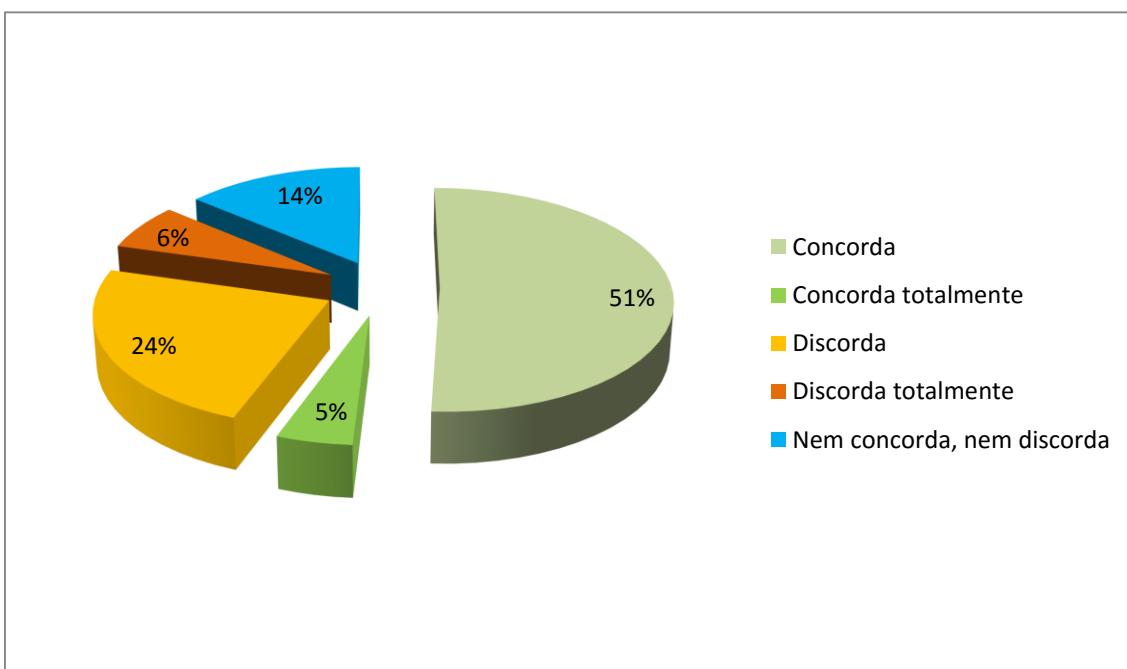
**GRÁFICO X - Os homens juízes não são tão sensíveis às questões sociais como as mulheres juízas**

Convém referir que o sexo tem aqui influência: a maioria dos homens discorda da afirmação que nega à sua identidade sexual uma sensibilidade equivalente à das mulheres (43,3%) e a maioria das mulheres concorda (35,9%). Este dado sugere-nos que esta maior sensibilidade às questões sociais é vista pelas pessoas inquiridas como uma característica mais positiva do que negativa.

Podemos interrogar se todas as características até agora mencionadas têm a mesma relevância para todas as áreas do direito. Como referem várias autoras (Smart, 1976; Beleza, 1990), se o campo legal se manteve fechado às mulheres durante muito tempo, há áreas específicas do direito que foram mais resistentes, como o direito penal, quer na consideração das mulheres como vítimas e autoras de crimes, quer ao número de

magistradas. O direito da família emerge como parte de um consenso em torno da ideia da preservação do espaço privado, espaço da mulher por excelência em contraponto com o espaço público (Smart, 1999; Okin, 1989). O contrato conjugal, e o direito da família que a partir dele se desenvolve, revolvem em torno dos poderes familiares de mães e pais, dos direitos das crianças, relações que as mulheres estarão aptas para regular (Pateman, 1988).

De um certo modo, a opinião da sociedade parece ir ao encontro desta análise ao accordarem, homens e mulheres, que as juízas têm mais aptidão para lidar com processos de família e menores (Gráfico XI).



**GRÁFICO XI - As mulheres juízas têm mais aptidão para os processos de família e menores**

Note-se que as pessoas inquiridas consideram igualmente que as mulheres são tão competentes quanto os homens na apreciação de matérias ligadas à criminalidade económica (com 52,8% de inquiridos a concordar e 25,3% a concordar totalmente). Contudo há aqui dois aspetos que merecem uma ressalva: primeiro, a convicção dos/as respondentes é menor nesta afirmação do que na anterior; segundo, na primeira fala-se de maior aptidão, na segunda de competência.

Estas são, obviamente, pistas que devem ser colocadas em diálogo com outros resultados.

## REFLEXÕES FINAIS

Os direitos consagrados pela democracia liberal, ligados a uma cidadania reguladora, pressupõem a igualdade formal de todos/as perante a lei, implicando isto que se desvanecem as diferenças inerentes à subjetividade, às histórias pessoais, etc. Contudo, para vários/as autores/as, um regime de igualdade de oportunidades e expectativas não se constrói sem um pensamento social atento às diferenças e à necessidade de tratamentos diferenciados numa lógica proativa (Santos, 1994: 207).

Um dos debates mais relevantes no seio das teorias feministas do direito passa por saber se as mulheres são ou não iguais aos homens perante a lei e se devem ou não ser vistas como iguais. Este debate, que ficou conhecido como o “dilema da diferença” (Minow, 1987) coloca-se no dia a dia dos tribunais a três níveis: na medida em que (1) magistrados/as e advogadas/os têm de determinar se as diferenças interessam ou não para o caso específico; (2) estes/as profissionais sentem que a sua identidade de género é ou não relevante no seu desempenho profissional ou na sua carreira; e (3) a população sente que o sexo, seja do/a profissional, seja do autor/a, arguido/a, réu/ré ou vítima, é, ou não, influente. Este foi o ponto sobre o qual nos debruçámos no presente artigo, por ser pouco estudado.

Os resultados do inquérito, aqui embrionariamente apresentados, permitem recolher algumas pistas. Desde logo, deve ser apontada a tendência liberal das pessoas inquiridas para enfatizar a neutralidade ou, como esclarecem as feministas, igualdade formal (Littleton, 1987). A igualdade parece ser aqui entendida como igualdade de oportunidades com os homens; para as pessoas inquiridas, se as mulheres tiverem condições idênticas aos homens podem exercer de modo igualmente competente as suas funções, não resultando daqui qualquer prejuízo para a administração da justiça. Contudo, Christine Littleton (*ibidem*) diz-nos que esta tendência que apelida de “modelo simétrico da igualdade sexual” divide-se em dois submodelos: assimilação e androginia. A assimilação baseia-se na noção de que as mulheres, se tivessem as mesmas oportunidades, são ou poderiam ser como os homens e, por isso, o Estado deve garantir que as instituições tratem as mulheres como já lidam com os homens. É assim que vemos que a população inquirida entende que magistrados e magistradas possuem as mesmas capacidades requeridas pelo direito como a autoridade, a imparcialidade e a objetividade. E é deste modo, igualmente, que mais do que o sexo, o perfil das magistraturas deve ter em conta, de acordo com os resultados, a idade do/a magistrado/a. Esta é uma argumentação que conseguiu algum sucesso junto dos tribunais. Já o segundo submodelo, partindo do mesmo princípio da igualdade, aponta para a necessidade de as instituições tratarem homens e mulheres como se de pessoas andróginas se tratasse, enveredando-se pela neutralidade, o que é difícil e, questiona

Littleton, pouco confiável. Com efeito, a aparente neutralidade demonstrada pelas pessoas inquiridas é abalada em dois momentos. O primeiro prende-se com circunstâncias e características únicas de cada sexo, especialmente no caso da gravidez e do parto, e o modo como tal se pode traduzir em obstáculos na carreira e no desempenho profissional. Neste aspeto específico, as magistradas são vistas pelos/as respondentes como tendo mais dificuldades na carreira por serem mulheres e mães.

Mas se este aspeto não se confina às magistraturas mas a qualquer área profissional, o segundo já apresenta algumas particularidades. No ponto 1 do presente artigo referimo-nos à abordagem culturalista, inspirada no trabalho de Carol Gilligan e na sua “ética do cuidado” sobre “justiça” ou “direitos”, que procura demonstrar que as mulheres ‘falam’ numa diferente voz. Efetivamente, os/as inquiridos/as parecem valorizar aspetos que entendem ser características das mulheres, como a sua maior sensibilidade e atenção ao contexto social. Isto indica que às magistraturas, principalmente à magistratura judicial, enquanto criadoras de direito é exigida, hoje, uma atenção especial na construção do direito aplicado, que deve ter na sua base a preocupação por um adequado enquadramento do fenómeno social que suscitou o litígio em tribunal.

Numa primeira leitura, poderíamos, à partida, denotar a contraditoriedade relativamente aos resultados. Se, aparentemente, as magistraturas continuam a ser percecionadas pela maioria da população como meras aplicadoras da lei – daí sobressaindo as características da neutralidade e imparcialidade – a verdade é que quando confrontados com situações hipotéticas ou com características tendencialmente atribuídas ao sexo masculino ou ao sexo feminino, a neutralidade do género no desempenho das magistraturas perde força. Esta relativa ambiguidade das representações sociais sobre a influência do género no desempenho profissional das magistraturas não se distancia de forma significativa da própria análise teórica descrita no ponto 1 do presente artigo. Na verdade, se é certo que assistimos já à queda do positivismo jurídico, não é menos rigoroso que as magistraturas, principalmente de tradição continental, não encontraram ainda a sua identidade enquanto verdadeiras criadoras do direito, refugiando-se, ainda, na formal aplicação do silogismo jurídico. A retórica e os ritualismos judiciários são manifestações externas desse formalismo.

Santos e Gomes (2011) defendem um recrutamento plural para as magistraturas que deve garantir uma seleção de candidatos/as assente em dois critérios principais: elevada competência técnica e capacidade para contextualizar os fenómenos sociais sobre os quais incidem a reflexão e a decisão jurídicas. É, assim, importante que as magistraturas sejam representativas do tecido social relativamente ao qual administram a justiça. No entanto, a afirmação da necessidade desta heterogeneidade do corpo

profissional das magistraturas desafia a confiança na universalidade da justiça. Dentro deste contexto, os valores liberais da neutralidade e da imparcialidade colidem com o entendimento de que as experiências, entendimentos e perspetivas dependem num grau bastante elevado fundamentalmente daquilo que, em concreto, uma pessoa é. Inadvertidamente, a insistência de que é essencial a existência de um judiciário mais representativo tem o potencial de desestabilizar os entendimentos liberais, convencionais, relativos ao direito. Além disso, as razões para explicar o porquê de ser essencial um sistema judicial mais representativo destabilizam os entendimentos liberais da igualdade e, aliás, da justiça. Se a nossa particularidade conta, conta de um modo que desestabiliza os vocabulários tradicionais da justiça. Ou seja, se o que somos, enquanto mulheres e homens, de diferentes *backgrounds* raciais e étnicos, com diferentes tradições religiosas, de diferentes *backgrounds* sociais e económicos, importa, os entendimentos convencionais da neutralidade e imparcialidade estão, incorrigivelmente, desadequados.

### **MADALENA DUARTE**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: madalena@ces.uc.pt

### **ANA OLIVEIRA**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: anaoliveira@ces.uc.pt

### **PAULA FERNANDO**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: pfernando@ces.uc.pt

### **CONCEIÇÃO GOMES**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: cgomes@ces.uc.pt

Artigo recebido a 11.02.2014

Aprovado para publicação 07.07.2015

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bartlett, Katharine; Kennedy, Rosanne (1991), *Feminist Legal Theory: Readings in Law and Gender*. Boulder: Westview Press.
- Beleza, Teresa Pizarro (1990), *Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra*. Lisboa: AAFDL.
- Berns, Sandra (1999), *To Speak as a Judge. Difference, Voice and Power*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.
- Bonelli, Maria da Gloria (2010), “Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista”, *Civitas*, 10(2), 270-292.
- Butler, Judith (1990), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge.
- Dobash, R. Emerson; Dobash, Russel P. (1992), *Women, Violence and Social Change*. London: Routledge.
- Drachman, Virginia G. (1998), *Sisters in Law: Women Lawyers in Modern American History*. Cambridge: Harvard University Press.
- Duarte, Madalena (2013), “Para um direito sem margens: representações sobre o direito e a violência contra as mulheres”. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Epstein, Cynthia Fuchs (1993), *Women in Law*. Urbana: University of Illinois Press.
- Eisenstein, Zillah (1996), *Hatreds: Racialized and Sexualized Conflicts in the 21<sup>st</sup> Century*. New York: Routledge.
- Ferreira, Virgínia (orgs.) (2010a), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego.
- Ferreira, Virgínia (2010b), “A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: Um percurso irregular”, in Virgínia Ferreira (org.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Lisboa: CITE, 139-190.
- Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2012), “Políticas de igualdade em Portugal - assinalando o fim de um ciclo”, *ex aequo - revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres*, 25, 9-12.
- Gilligan, Carol (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Goffman, Erving (1959), *The Presentantion of Self in Everyday Life*. US: Anchor Books.
- Harding, Sandra; Hintikka, Merrill B. (orgs.) (2003), *Discovering Reality. Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science*. London: Kluwer Academic Publishers [2.<sup>a</sup> ed.].
- Kantola, Johanna (2006), *Feminists Theorize the State*. New York: Palgrave Macmillan.
- Kay, Fiona; Gorman, Elizabeth (2008), “Women in the Legal Profession”, *The Annual Review of Law and Social Science*, 4, 299-332.

- Kennedy, Duncan (1997), *A Critique of Adjudication (fin de siècle)*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kohen, Beatriz (2008), *El género en la Justicia de Familia. Miradas y protagonistas*. Buenos Aires: Ad-Hoc.
- Littleton, Christine (1987), "Reconstructing Sexual Equality", *California Law Review*, (75)4, 1279-1337.
- Menkel-Meadow, Carrie (1985), "Portia in a Different Voice: Speculations on a Women's Lawyering Process", *Berkeley Women's Law Journal*, 1, 39-63.
- Menkel-Meadow, Carrie (1989), "Feminization of the Legal Profession", in Richard Abel; Philip Lewis (orgs.), *Lawyers in Society: Comparative Theories*. Vol. 3. Berkeley: University of California Press, 196-240.
- Minow, Martha (1987), "Foreword: Justice Engendered", in Madhavi Sunder (org.) (2007), *Gender and Feminist Theory in Law and Society*. Hampshire: Ashgate, 35-120.
- Mossman, Mary Jane (2006), *The First Women Lawyers. A Comparative Study of Gender, Law and the Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing.
- O'Brien, Mary; McIntyre, Sheila (1986), "Patriarchal Hegemony and Legal Education", *Canadian Journal of Women and the Law*, 2(1), 69-95.
- Okin, Susan Moller (1989), *Justice, Gender, and the Family*. New York: Basic Books.
- Pateman, Carole (1988), *The Sexual Contract*. California: Stanford University Press.
- Resnick, Judith (1988), "On the Bias: Feminist Reconsiderations of the Aspirations of our Judges", *Southern California Law Review*, 61, 1877-1967.
- Rhode, Deborah (2003), "Gender and the Profession: An American Perspective", in Ulrike Schultz; Gisela Shaw (orgs.), *Women in the World's Legal Professions*. Oxford: Hart Publishing, 3-32
- Riger, Stephanie; Foster-Fishman, Pennie; Nelson-Kuna, Julie; Curran, Barbara (1995), "Gender Bias in Courtroom Dynamics", *Law Hum. Behav*, 19(5), 465-480.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Gomes, Conceição (2011), *O sistema judicial e os desafios da complexidade social: novos caminhos para o recrutamento e a formação de magistrados*. Coimbra: CES/OPJ
- Santos, Boaventura de Sousa; Marques, Maria Manuel L.; Pedroso, João; Ferreira, Pedro Lopes (1996), *Os Tribunais nas sociedades contemporâneas: O caso português*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Gomes, Conceição; Mendes, José Manuel; Duarte, Madalena; Dias, João Paulo (2004), *Inquérito à opinião pública sobre o funcionamento dos tribunais em Portugal*. Coimbra: CES.
- Schultz, Ulrike; Shaw, Gisela (2013), *Gender and Judging*. Oxford: Hart Publishing.
- Sherry, Suzanna (1986), "The Gender of Judges", *Law and Inequality Journal*, 4, 159.
- Smart, Carol (1976), *Women, Crime, and Criminology: A Feminist Critique*. London: Routledge.

- Smart, Carol (1999), *Law, Crime and Sexuality*. California: Sage.
- Spelman, Elizabeth (1988), *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon Press.
- Thornton, Margaret (1996), *Dissonance and Distrust: Women in the Legal Profession*. Melbourne: Oxford University Press.
- Torres, Anália (2004), *Vida conjugal e trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Lisboa: Celta Editora.
- Young, Iris Marion (1994), "Gender as Seriality: Thinking about Women as a Social Collective", *Signs*, 19(3), 713-738.
- West, Robin (1988), "Jurisprudence and Gender", *University Chicago Law Review*, 1.
- West, Robin (1992), "The Difference in Women's Hedonic Lives: A Phenomenological Critique of Feminist Legal Theory", in Mary Joe Frug (org.), *Women and the Law*. New York: The Foundation Press, 807-825.
- Wilder, Gita (2007), *Women in the Legal Profession: Findings from the First Wave of the After the JD Study*. Washington D. C.: NALP.
- Wilson, Bertha (1990), "Will Women Judges Really Make a Difference", *Osgoode Law Journal*, 28, 507-522.

# @cetera

## JUDICIARY AND GENDER TOPICS. GERMAN EXPERIENCE AND INTERNATIONAL PERSPECTIVES

ULRIKE SCHULTZ

In Germany the first female judge was admitted in 1926 but it took decades for women judges to gain a substantial share of positions in the judiciary. In the 1970s, still only about 6% of judges were women. Their numbers only started to increase in the late 1980s, proportionally to the risen participation of women in law studies. For the past ten years more women than men have studied law (55% in 2014), the number of women judges has risen to 46% (out of 20,500), women public prosecutors even to 48% (out of 5,200), more than 50% are taken in annually, which means that their numbers will keep on rising. The bulk of women lawyers work in the legal profession (55,000 of 163,500), but their share is only 34% (rounded data from 2014 and 2015).

Women prefer an occupation in the judiciary, but admission to the judiciary depends on high marks in the qualifying examination. The judiciary offers high status and high prestige, although it has already been discussed that a feminization of the judiciary might lead to a loss in prestige. There is no income discrimination. The judiciary offers secure positions, German judges are career judges who start to work in their late twenties. The judiciary offers the social security of the civil service, a good pension scheme, maternal and educational leave, the possibility to work part-time and at least after the first few years a manageable workload.

But career perspectives are less favourable for women than men. In spite of leaders claiming that the trickle up effect would lead to an equal share in leading positions, they move up the ladder slower than their male colleagues and we can notice glass ceiling effects. The bulk of women are gathered in the local courts of first instance (68% of the

ordinary courts). In all jurisdictions, their share in positions in the appeal courts is too low compared to their overall number, age and time of service. In North Rhine-Westphalia, the largest federal state in Germany in which we have researched the situation of women in the judiciary on demand of the Ministry of Justice, only few of the presidents' positions in the first instance courts are held by women. Also the number of women in vice president positions and director positions (heads of local courts of first instance) has only risen slowly over the past ten years. This can be taken from the figures of the equal opportunities plans that the courts have to edit regularly. But there are female appeal court presidents: 1 from 3 in the ordinary jurisdiction, 1 out of 3 in the labour appeal courts and the president of the administrative appeal court is a woman (before she was president of the social appeal court). However, these swallows don't make the summer. It is a kind of virtual femininity: the number of women on the first career step, e.g. as heads of chambers is remarkably low.

The presidents of the first instance courts are the key players in the system. They decide who can get administrative experience at their court, which is a prerequisite for a career. There is also a slight tendency to give women lower marks in the regular grading, which is done every 4 years. To sum up other career impediments:

- Work at local courts of first instance is a blind alley for careers. There is a kind of barrier between the local and regional courts of first instance: the judges there are less visible to the president of the regional court, who is their supervisor.
- The classical career stop is to be a mother. Maternity and educational leave makes women "disappear", and part-time work, which is very common amongst female German judges, is taken as part-time commitment in a system where a career demands considerable commitment: extra work in special functions, the usual long hours working culture in career positions, and mobility. Women also report a lack of support in their families. Presidents may, in a patriarchal caring attitude, also assign positions to them, which may help to combine family and work but are barriers for a career.
- Although the traditional gender roles of the male breadwinner and the caring woman have started to dilute, gender stereotypes still influence the notion of superiors. Women may also forego careers for the sake of their families, although their career motivation is high, as internal studies have shown. The question is whether their life circumstances are favourable and let them have enough time and strength for a career. Women also trust less in their competencies than men (lower perceived self-efficacy) and less in their success (lower perceived efficacy).

Due to the demographic factor, the proportion of women in the judiciary is constantly raising, so the judiciary needs more women to move up. This is why our research had been commissioned. On federal level actions have been taken through the Women Jurists' Association to get more "Women in Red Robes", i.e. to the federal courts. There is also political pressure to advance equal opportunities measures although the success is slow.

Another question is whether the rising number of women on the bench changes the judiciary, whether they make a difference. Historically, women had been kept out from the legal field because it had been feared that due to their emotionality they would be unable to judge objectively. This notion had been fiercely fought against by generations of female judges. The question is whether women bring in another life experience and different world views. When the American president Barack Obama proposed Sonia Sotomayor to the Supreme Court, it was questioned whether she would be able to be a "good" judge. Her response was: "I would hope that a wise Latina woman with the richness of her experiences would more often than not reach a better conclusion than a white male who hasn't lived that life." Notions of difference were also uttered by Brenda Hale, the first woman at the British House of Lords, which is now the constitutional court of the U.K.: "The incorporation of difference on the bench subtly changes and, ultimately, improves the judicial product."

In our international comparative research on "Gender and Judging" (Schultz and Shaw, 2013) it is mainly in Anglo-American countries, where the judges personality matters more than in civil law countries statements, that we found statements like: "The colour and gender blind judge is a myth"; "Males and females develop different world views and see themselves differentially connected to society."

Does it mean that women decide differently? Do they change the culture at law courts, a phenomenon which has been described for other fields of work in society? Do they listen better? Is their style of dealing with parties and accused at the courts more cooperative, friendlier? Are they less set on competition? Or are women even more capable of better decisions?

In our book, the questions were discussed whether women:

- use a more interdisciplinary approach;
- avoid the rigid application of universal rules and doctrinal decisions;
- redraw the boundary between the legal and the social;
- reach more balanced decisions;
- avoid contentious solutions, search for win/win solutions.

There is some evidence for gender effects but of course no definite and clear answer to these questions is possible. After all, the personality of the individual judge matters.

Empirical research in common law, as well as in civil law countries, has shown that the gender of a judge may matter in gender coded case, e.g. in family law, in labour law, administrative law, criminal law, but also pension law and social law. In family law, female judges tend to be less generous than their male colleagues are to female applicants who ask for alimony (e.g. results from research in Brazil, Poland, France and Germany), an effect which can be easily explained: women judges, as working women, expect other women to gain their living themselves too. Research in France and Israel showed that women judges tend to have a more caring attitude. Women judges also wrote their decisions in a more pro-woman fashion (they even rate work at family courts higher than their male colleagues do).

In labour law in the U.S., in sexual harassment and sex discrimination cases a panel effect was observed, i.e. that male judges on labour court panels tended to orient their decision to their female colleagues' opinion, possibly expecting them to be more competent in these matters. In administrative law in asylum cases, women judges were more willing to grant asylum than their male colleagues. It was also women judges who accepted to consider genital mutilation as a cause for asylum. In criminal law women were initially expected to be more lenient, milder than men. There is some evidence that they are, but research in some countries showed that they tend to be stricter in cases of (sexual) violence due to more empathy with the female victim and another understanding of these offences, and even in these cases in some countries the opposite was found. Here the explanation can be that women counteract what is expected from them as decision. In South Africa, when at the end of apartheid black women judges were nominated to the constitutional court, they left clear traces in judgments e.g. in dealing with cases of abortion and prostitution. They also widened the definition of rape from vaginal to also non-consensual anal penetration. In pension law they e.g. granted widows' benefits also to non-married partners.

In social courts in Germany female and male judges voted differently on the question whether the health insurance should cover the prescription of Viagra or not.

In Canada it was found that after the first women took part in decisions of the constitutional court they dissented far more often than their male colleagues, an effect which decreased in recent years maybe due to a reduction of gender issues in upcoming cases.

So the question remains: why is it important to have women on the bench? It is a demand of the gender equality principle in the constitutions; in Europe it is also a demand of the EU and national anti-discrimination legislation.

Equal participation is an inherent feature of democracy, it enhances legitimacy and public confidence into the judiciary, and means that the judiciary will better reflect society and represent the diversity of the litigants.

It also raises awareness of gender issues within the judiciary and the public at large and counterbalances the traditional perception of the judiciary as a masculine enterprise.

### **ULRIKE SCHULTZ**

FernUniversität in Hagen  
Kammannstr. 18, D58097 Hagen, Alemania  
Contact: Ulrike.Schultz@FernUni-Hagen.de

### **REFERENCES**

Schultz, Ulrike; Gisela Shaw (eds.) (2013), *Gender and Judging*. Oxford: Hart Publishing.



Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



- Universidade de Coimbra – Alta e Sofia
- inscrita na Lista do Património Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento



Fundaçao para a Ciéncia e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÉNCIA



**Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra**

Editada pelo Centro de Estudos Sociais desde 2008,  
a *e-cadernos ces* é uma publicação eletrónica, disponível em  
<http://eces.revues.org>, com arbitragem científica que visa  
promover a divulgação de investigação avançada produzida  
no âmbito das ciências sociais e humanas, privilegiando  
perspetivas críticas e inter/transdisciplinares.  
A *e-cadernos ces* dissemina textos resultantes de conferências,  
seminários e workshops, assim como textos de pesquisas  
efetuadas no âmbito de programas de formação avançada e  
de projetos de investigação científica.